

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO JORNALISMO

LUNA MENDES DOS SANTOS

NARRATIVAS DA EXCEÇÃO:

COMO O DISCURSO JORNALÍSTICO DA FOLHA DE SÃO PAULO TRATOU A
ATUAÇÃO POLICIAL EM NOVEMBRO DE 2012

Porto Alegre

2013

LUNA MENDES DOS SANTOS

NARRATIVAS DA EXCEÇÃO:

**COMO O DISCURSO JORNALÍSTICO DA FOLHA DE SÃO PAULO TRATOU A
ATUAÇÃO POLICIAL EM NOVEMBRO DE 2012**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharela em Comunicação Social –
Habilitação Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Caleb Faria Alves

Coorientadora: Prof. Marcia Veiga

Porto Alegre

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado Narrativas da Exceção: como o discurso jornalístico da Folha de São Paulo tratou a atuação policial em novembro de 2012, de autoria de Luna Mendes dos Santos, estudante do curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2013

Assinatura:

Nome completo do **orientador**: Caleb Faria Alves

AGRADECIMENTOS

Minha mãe me levava pros comícios e bandeiradas do PT quando eu era pequena. Me impressionava com aquele mar vermelho. Quando eu era pequena minha mãe me contava histórias, lia meus textos, elogiava e eu ficava feliz. Hoje nós discutimos política, música, literatura, trocamos pensamentos, sentimentos. Minha mãe me motiva, me faz acreditar que posso ir adiante. Agradeço a ela pela coragem, pelo exemplo, por poder idolatrar uma guerreira que tá sempre do meu lado.

Meu pai tocava uma guitarra imaginária ouvindo Jimmy Hendrix ou Pink Floyd enquanto cozinhava o feijão. Fotografava com uma Nikon F2 analógica e regulava todas as aberturas sem precisar da ajuda do fotômetro. Nunca errou. Levei a sério demais aquela brincadeira da criança que caminha sob os pés do pai. Segui seus passos. Agradeço a ele, com uma saudade apertada.

Agradeço ao Thales por me mostrar que ainda existem pessoas boas e com o coração do tamanho do mundo. Adoro teu sorriso bondoso que me faz lembrar o irmãozinho querido que eu tenho.

Agradeço à Jade por saber que aconteça o que acontecer sempre vou ter a irmã mais parceira e forte que poderia ter na minha vida. Que me desarma com uma sensibilidade sobrenatural pra compreender as pessoas com um único olhar.

Agradeço ao Mário pelas leituras e orientações, sobretudo aquelas que têm a ver com o compartilhamento de sentimentos e emoções e que foram e são fundamentais não só pro que segue nessas páginas, mas para a vida em geral.

Agradeço às tias, aos tios, às primas, aos primos, a toda minha família. Agradeço a todos aqueles que deixaram tijolinhos na minha vida.

Agradeço ao sistema de cotas na UFRGS por democratizar minimamente o acesso ao ensino e possibilitar que esse trabalho tenha sido escrito

Agradeço ao Tabaré por me fazer acreditar que um outro jornalismo ainda é possível. Agradeço a Marcia pela parceria, pela consolação, pelos ouvidos atentos a desabafos e idéias, pela disposição e paciência.

Agradeço ao Caleb pelas aulas incríveis, pela instigação com perguntas e sugestões de leitura, pela motivação e genialidade.

Agradeço ao Ungaretti pelos pontos de interrogação e exclamação e pelas aulas vibráteis.

RESUMO

Este trabalho procura localizar as produções de sentido feitas pelo jornal Folha de São Paulo sobre os acontecimentos que ocorreram durante o ano de 2012, quando naquele estado uma série de conflitos resultou em mortes cotidianas e explicitou aquilo que neste trabalho caracterizamos enquanto um estado de exceção. Escolhemos para compor o corpus das análises o mês de novembro de 2012 que foi quando a onda de violência atingiu o seu ápice, com um aumento do número de mortes e uma presença constante nas páginas das notícias. Delimitamos o corpus dessa pesquisa entre os dias um e quinze de novembro daquele ano, formando uma série de 63 notícias sobre o assunto. Nas análises buscamos identificar quais foram os sentidos majoritariamente presentes nas notícias, identificamos oito formações discursivas que classificamos da seguinte maneira: 1. O fora da lei como inimigo de guerra; 2. Comércio de drogas como empreendimento; 3. Dupla da morte: droga-favela; 4. Criminalidade e miséria; 5. Difusão do medo, cenas do caos; 6. A invenção de um martírio: policiais heróis e vítimas; 7. Aleatoriedade das mortes civis, ou o Outro invisível; 8. Política e discurso. A partir desse mapeamento buscamos discutir acerca de que construções de visões de mundo que estão implicadas nessas narrativas.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Jornalismo. Polícia. Violência. Estado.

ABSTRACT

This paper seeks to locate the production of meaning made by the newspaper Folha de São Paulo on the events that occurred during the year 2012 when that state a series of conflicts resulted in deaths daily and explained what we characterize this work as a state of exception. We chose to compose analyzes the month of November 2012 which was when the violence reached its peak, with an increased number of deaths and a constant presence in the news pages. Delimit the corpus of this research between days 1 and November 15 of that year, forming a series of 63 stories about the subject. In the analyzes we seek to identify which were the senses mostly present in the news, we identified eight discursive formations that we classify as follows: 1. The outlaw as an enemy of war; 2. Drug trade as an enterprise; 3. Death couple: drug – favela; 4. Criminality and misery; 5. Fear mongering, scenes of chaos; 6. The invention of a martyrdom: police heroes and victims; 7 . Randomness of civilian deaths, or the other invisible; 8. Politic and discourse. From this mapping we discuss about the worldviews that are involved in these narratives.

Keywords: Journalistic discourse. Journalism. Police. Violence. State.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Jornalismo	13
3. Polícia, Cidadania e Estado	26
3.1. A “Onda de violência”	26
3.2. Os casos da polícia e os “casos de polícia”	27
3.3. Os estados do Estado	37
4. Metodologia e Análises	42
4.1. O fora da lei como inimigo de guerra	44
4.2. Comércio de drogas como empreendimento	51
4.3. Dupla da morte: droga-favela	53
4.4. Criminalidade e miséria	55
4.5. Difusão do medo, cenas do caos	59
4.6. A invenção de um martírio: policiais heróis e vítimas	61
4.7. Aleatoriedade das mortes civis, ou o Outro invisível	71
4.8. Política e discurso	73
5. Considerações Finais	78
6. Referências Bibliográficas	84
7. Anexo Notícias	85

1. Introdução

Quanto custa a bala de borracha, o gás lacrimogêneo e o tiro de fuzil? Provavelmente menos do que o patrimônio que protegem, patrimônio que veio a tona nas últimas manifestações que pipocaram pelo país: bancos, indústrias de comunicação, concessionárias, etc. Para a economia da guerra não importa o gasto, mas a eficácia da bala, a guerra sai barata se a estrutura econômica permanecer intocada. As manifestações que efervesceram ao longo de 2013 revelaram bem mais do que a estrutura protegida pelo Estado através da polícia, mostraram a truculência e o despreparo das polícias militares em todo o país. No Rio foram utilizados contra os manifestantes “caveirões” e munição letal, em todo o país foram realizadas prisões fraudulentas e autoritárias, sem falar no gás e nas balas de borracha que jorravam como se fosse água, estampadas em jornais ou transmitidas ao vivo pela imprensa.

Apesar de a atuação truculenta da polícia ter sido observada com facilidade durante as manifestações, ela não é tão evidente quando acontece nas periferias em defesa de uma suposta legalidade e tampouco recebe tanto destaque dos meios de comunicação. Neste trabalho focaremos na construção dos discursos produzidos pela imprensa com relação a uma série de acontecimentos que marcaram o ano de 2012. O período escolhido para a análise é o mês de novembro de 2012, quando em São Paulo uma série de conflitos envolvendo policiais e supostos criminosos culminou em assassinatos em série por todo o estado, mas principalmente nas regiões periféricas da Grande São Paulo. Cotidianamente foram assassinados: civis, policiais, supostos criminosos, suspeitos. Um quadro que opunha heróis x bandidos, mas que deixava muitas questões em aberto sobre que atores estariam em um lado ou outro e sobre o que constitui cada um desses posicionamentos. As associações construídas pela imprensa nesse período interessam porque fazem parte do discurso cotidiano de um processo que legitima determinadas posições e posturas em detrimento de outras.

Este trabalho relaciona o discurso jornalístico, pretensamente munido dos valores de verdade, neutralidade e credibilidade, com a construção social da realidade, processo que se estabelece a partir da linguagem e, portanto, através de construções simbólicas que se desenrolam nos discursos, as suas nomações e os seus valores. Levando em conta esses apontamentos, analisar o que constitui o discurso jornalístico é fundamental para pensarmos quais são os interdiscursos que estão circulando sobre determinados temas, que produção de sentidos está sendo produzida pelo discurso

jornalístico e quais são as associações feitas pelos noticiários. Conforme Orlandi (2001), o discurso sempre possibilita a escolha de dizer o mesmo de uma maneira diferente. A utilização repetida de palavras, sem dúvida, produz sentido em cima de um acontecimento, ao privilegiar discursos e posições de sujeitos que deixam pré-determinadas estruturas a serem ocupadas por uns ou por outros, ao mesmo tempo em que silenciam sobre determinadas temáticas é que são produzidos sentidos.

Diante desse quadro, este trabalho tem o objetivo de analisar qual foi o discurso jornalístico produzido pela Folha de São Paulo sobre os conflitos referentes a novembro de 2012. Olhando para esses discursos procuramos identificar quais foram os sentidos que circularam ali; que associações foram feitas pelo jornal entre lugares, pessoas, falas, adjetivos, sujeitos, objetos, etc; que implicações essas produções de sentido podem ter em determinado contexto; e de que maneira estão relacionadas com visões de mundo relativas a sistemas democráticos e configurações de Estado. Buscamos identificar nos discursos quais estruturas compunham essas notícias, que atores ocuparam quais espaços dentro delas, que terminologia estava associada a esses atores. Nos inspiramos na metodologia da análise de discurso francesa para refletir sobre o que foi dito, como, por quem e em que condições. A partir disso situamos a produção de informação como construtora e fornecedora de categorias de pensamento com relação às questões abordadas neste trabalho, visto que a produção desses discursos perpassa as páginas dos jornais e vai construir sentidos sobre o que é retratado nelas que terão efeitos sobre práticas sociais e políticas públicas, por exemplo.

Tendo em vista os acontecimentos analisados, pensar a constituição da polícia é fundamental, ainda mais se levarmos em consideração o histórico de violações aos direitos humanos da polícia brasileira que apenas em um passado recente promoveu a chacina na favela da Maré, desapareceu com Amarildo, assassinou Eltom Brum, massacrou Carajás, devastou Carandiru, para citar alguns episódios. A atuação policial esteve em debate durante as manifestações, um cartaz trazia o seguinte questionamento: “Porque as balas de borracha na pele branca comovem mais do que as balas de verdade que matam a população negra todos os dias?” De fato, as manifestações apenas trouxeram à superfície um problema estrutural que é mantido adormecido, apartado das discussões cotidianas das classes mais abastadas, enquanto seus alvos são “apenas” os negros e os pobres das periferias. Algum motivo há para que aqueles que cotidianamente morrem em confrontos com a polícia sejam noticiados apenas por efeito de registro: supostos traficantes, suspeitos com antecedentes, pouco importa: é gente

que o Estado parece autorizado a matar.

A violência da polícia brasileira pode ser constatada historicamente. Nosso modelo de segurança inspirado em uma mescla de polícias do mundo resultou em um aparelho a parte, capaz de tratar cidadãos como inimigos. Túlio Vianna, em artigo publicado na revista Fórum¹, atribui essa forma de ação ao treinamento militar recebido pelos policiais. Em sua análise distingue dois tipos de polícia: as Forças de Segurança (polícias) e as Forças Armadas (exército, marinha, aeronáutica); a primeira treinada para lidar com ameaças internas do país e que recebe um tratamento civil tendo em vista que suas ações ocorrem dentre cidadãos; e a segunda focada em ameaças externas, portanto, inimigos. A “esquizofrenia” começa quando misturamos essas duas policias, dando um treinamento militar para policiais que atuam entre civis. Essa militarização, segundo alguns pensadores, seria o motivo do excesso de violência e do desrespeito aos direitos humanos da polícia brasileira.

As graves violações aos direitos humanos que ocorrem no Brasil estão relacionadas com agentes do Estado e implicam em uma omissão do mesmo frente a esses problemas. Nesse sentido, este trabalho pretende pensar o papel do Estado levando em consideração Agamben (2004) quando avalia que há uma contiguidade entre Estado de Direito e Estado de Exceção, entre o que seriam duas faces de um mesmo estado. Quando essas separações se misturam e determinada face vem à tona onde não deveria, aí então se discutem os “casos de violência policial”, a truculência, a desmilitarização. Mas, nas notícias, cotidianamente, o que encontramos são casos que sequer viram “casos”. As páginas policiais registram a atuação policial acompanhadas de explicações que colocam a prática da polícia dentro de um contexto que a legitima quase que independente de sua atuação. São noticiadas mortes que acompanham o que poderíamos classificar de “justificativas para matar”, as quais aparecem na forma de uma nota sobre antecedente relativo à droga, ao estar na favela, às suspeitas de qualquer ilegalidade. O que observamos nas notícias se aproxima do que Wacquant (2003) caracteriza como sendo uma criminalização da miséria, que seria a verdadeira política de Estado que utiliza a droga como justificativa para que se efetue o encarceramento dos negros e o assassinato dos pobres, uma questão de controle social. Polícia, Cidadania e Estado são as estruturas macro às quais as produções de sentido das notícias analisadas neste trabalho estão diretamente relacionadas. As notícias que analisamos constroem e

¹ Túlio Vianna. Desmilitarizar e unificar a polícia. Publicado em 09/01/2013. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/01/desmilitarizar-e-unificar-a-policia/>

reproduzem uma visão de mundo acerca desses temas.

Esses retratos feitos cotidianamente nos jornais pelas páginas policiais fazem parte da construção social da realidade. Através das repetições, determinadas tipificações são construídas e reproduzidas. Nesse sentido, considerando o discurso jornalístico como um dos construtores da realidade da vida cotidiana, como afirmam Berger e Luckmann (1985), podemos dizer que o conteúdo das notícias publicadas nas páginas dos jornais de alguma forma terá efeito sobre quem lê, considerando que o jornalismo contribui na construção do temário social.

Tendo em vista os editoriais e os discursos sobre a política das empresas de comunicação, percebemos que o jornalismo corrente em nosso país pretende ser isento, neutro, imparcial. A “*persona*” de credibilidade que os jornais utilizam se baseia na ideia de uma verdade existente que pode ser atingida com o recurso da objetividade jornalística, através de fórmulas criadas para embasar essa ideia, como as técnicas discursivas do lide e da pirâmide invertida². As notícias se estruturam como se os acontecimentos tivessem uma única faceta e seus contextos fossem inexistentes. Esse modelo de jornalismo não é forjado a fim de complexificar os acontecimentos, de levar o leitor a refletir sobre o quão conexos estes acontecimentos sempre estão uns com os outros, como se não fossem passíveis de interpretações mais diversas. O uso de fontes que recorrentemente tendem mais a simplificar os fatos do que suscitar uma compreensão mais reflexiva e encadeada destes acaba produzindo uma unilateralidade do discurso jornalístico que resulta em efeitos perversos para a democracia brasileira. Considerando que no nosso país oito famílias controlam a mídia de uma maneira geral, não é difícil perceber que o discurso da imprensa, em maior ou menor medida, está vinculado aos interesses das corporações das quais fazem parte. Esse discurso repetido cotidianamente transpõe qualquer barreira e participa ativamente da construção social da realidade. Diferentemente de outras mídias, o jornalismo se reveste de um status de verdade através das estratégias que utiliza para produzir e legitimar seus discursos. Barthes (1977) afirma que a narrativa é constituída mais do que por frases sobre frases, a narrativa constitui mais do que aquilo que apreendemos via linguística, constitui

² Lide, ou lead em inglês, é uma das técnicas de construção da notícia que tem por objetivo apreender o fato de maneira objetiva, o lide corresponde a parte da notícia que deve responder as questões: o que, quem, quando, como, onde e porque. A pirâmide invertida tem a ver com o modo de construção da notícia que deve trazer as informações mais relevantes primeiro.

discursos que vão incidir sobre a produção de sentidos e dessa forma participar da construção de categorias de entendimento do mundo. Ainda segundo Barthes (1977), tudo é linguagem, portanto é através do discurso que se estabelecem as dominações e opressões, portanto aí está o nosso objeto.

Para pensar essas questões este trabalho está dividido em cinco capítulos. O jornalismo enquanto ator na mediação social da modernidade (Thompson, 2008) será discutido no segundo capítulo, cujo objetivo é o de compreender seu papel na construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1985) a partir das perspectivas teóricas construcionistas abordadas por autores como Alsina, 2009. Neste capítulo trataremos do discurso jornalístico, a constituição das notícias e sua relação com a linguagem e por conseguinte o discurso (Barthes, 1970 e 1996). No terceiro capítulo, são arrazoados os temas da violência policial e sua relação com a cidadania (Carvalho, 2009) e com o Estado (Agamben, 2004) e (Wacquant, 2001 e 2003), espaço em que também é feita a contextualização do período analisado, bem como das questões que se constituem como objeto central dessa análise.

O quarto capítulo discorre sobre a metodologia de Análise de Discurso utilizada nessa pesquisa, neste capítulo situamos a partir de que autores construímos o nosso processo analítico. Utilizamos referenciais como Pêcheux (2008) e Orlandi (2001), no entanto sem instituir uma filiação aos modelos de análise que ambos propõem. Neste capítulo também contextualizamos o objeto de estudo, apresentando suas características e as justificativas de seleção do corpus. Já o quinto capítulo será dedicado à apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise das matérias e sua relação com os temas citados nos capítulos anteriores.

2. Jornalismo

Neste trabalho quando falamos em jornalismo nos referimos àquele que é praticado pelas grandes empresas de comunicação, ou seja, o jornalismo de inspiração estadunidense cuja constituição como o conhecemos na contemporaneidade tem ligação com a produção de conhecimento que estabelece os alicerces do pensamento moderno. Outras práticas jornalísticas confrontam esse fazer, no entanto no contexto brasileiro, ainda são raros os veículos contra hegemônicos que conseguem chegar a grandes contingentes populacionais. Por isso neste trabalho nos referimos principalmente àquelas práticas costumeiras da chamada *grande mídia* que ainda constitui o discurso predominante. A prática jornalística que impera na maior parte das redações dos veículos das grandes empresas de comunicação ainda é aquela que pretende ser objetiva e que é utilizada como instrumento para construir um papel socialmente legitimado de produtor de verdades. Para Alsina (2009)

[...] o modelo racionalista de determinar a verdade baseava-se na conjectura da ilustração, no sentido de que os métodos do discurso científico, que tinham como fim a determinação da verdade poderiam ser estendidos aos fenômenos sociais e políticos. (ALSINA, 2009, p. 121-122)

No entanto, se na produção científica outras teorias que contrapunham essa prática racionalista ampliaram o leque de saberes, o jornalismo ainda mantém muitas características da herança moderna. O jornalismo utiliza recursos que vão conotar a seus discursos um caráter de verdade. As políticas editoriais das empresas de comunicação reforçam muitas vezes entre seus valores a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade. Constituindo um modelo de jornalismo herdado do positivismo que acredita na existência de uma verdade sobre o fato que poderia ser alcançada com a utilização de determinados procedimentos que no jornalismo se consolidam nas técnicas de produção das notícias – tais como o lide e a pirâmide invertida – que tentam conotar uma objetividade para o fazer jornalístico configurando uma tentativa de retratar o real, como se a notícia abrisse uma janela por onde seria possível enxergar puramente o “acontecimento”. Essa prática jornalística reforça a ideia de que o acontecimento teria uma única faceta e de que o bom jornalismo poderia retratar a verdade sobre ele.

Podemos considerar o fato jornalístico a partir de uma constituição multifacetada, no sentido de que a abordagem sobre ele pode ocorrer a partir de diferentes perspectivas, tais como: que viés será narrado; a partir de que ponto de vista; com base em que fontes; o que ou quem será o sujeito; e o que ou quem será o objeto. Tais escolhas têm a ver com a construção de uma narrativa sobre o acontecimento, considerando que o mesmo só existe no momento em que ocorre, não é possível apreendê-lo, qualquer narrativa a partir dele constitui uma versão, um viés. Através da produção de notícias o jornalismo transforma o acontecimento em linguagem, em narrativa, e produz versões que são lidas como se fossem *a verdade* sobre ele. No entanto, desconstruir essa pretensão de verdade é da maior importância para que possamos compreender de que maneira o jornalismo participa da construção de visões de mundo a partir das suas produções de notícias. Desfazer a pretensão de captura da verdade na narração dos acontecimentos permite pensar que qualquer notícia sempre vai ser uma construção em cima de um acontecimento e sempre estará carregada de construções simbólicas que (re)produzem visões de mundo, a notícia é uma versão, uma narrativa escrita por alguém e, portanto uma construção em cima de algo. Podemos pensar, assim, que a prática jornalística se baseia em uma separação entre verdadeiro e falso, entre realidade e ficção, que não questiona os saberes que determinam o que se encaixa em cada um desses rótulos. Podemos continuar essa discussão a partir do ponto de vista de que falso e verdadeiro tem a ver com os regimes de verdade que circulam em determinados momentos históricos. Como nos diz Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como realmente verdadeiro. (FOUCAULT, 2004, p.52)

As discussões acerca do que caracteriza o fazer jornalístico e da maneira segundo a qual os discursos que produz circulam são importantes devido ao seu caráter de mediador da informação. Se em outros tempos uma notícia se espalhava através de relações face-a-face, hoje nossa relação com o mundo é mediada pelos meios de

comunicação. Thompson (2008) discute a importância da mídia como mediadora das interações sociais na modernidade. Essa mediação determina de que maneira nosso acervo de conhecimentos será construído e a partir desse acervo de que maneira olharemos para o contexto social enxergando-o como uma realidade dada. Devemos considerar que a apropriação do discurso da mídia é adaptada pelos indivíduos que o assenta de acordo com as suas condições sociais, para o autor a mídia não se limita a descrever o mundo social, mas se envolve ativamente na construção do mesmo: “Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência.” (THOMPSON, 2008, p.106). Uma das ferramentas para a construção desse acervo é o jornalismo.

Neste trabalho adotamos a perspectiva da teoria construcionista, para pensar o jornalismo para além de uma técnica ou de uma profissão, mas pela maneira segundo a qual ele participa dos processos de construção social da realidade. Neste caminho, pensamos quais são os processos que se estabelecem na vida cotidiana que vão definir o que vai ser construído enquanto “real” e de que maneiras o jornalismo participa desse processo. Segundo Berger e Luckmann (1985) a vida cotidiana é definida como o espaço social que forma um mundo coerente e dotado de sentido para as pessoas, originado nas ações e nos pensamentos dos mesmos constituindo a realidade máxima, aquela que se impõe sobre qualquer outra. Ponte é uma das pesquisadoras do jornalismo que explica de que maneira esse processo ocorre:

Para Berger e Luckmann, vida cotidiana é sinónimo de um mundo experiencial organizado em torno de um aqui e de um agora, a partir do qual se experimentam diferentes graus de aproximação e de distância. Este mundo, vivido e intersubjectivo, apresenta-se como uma contínua partilha de significados e por uma naturalização que o impõem como a realidade, com suspensão de dúvida sobre seus processos de construção. [...] Será sobre essa realidade da vida cotidiana, percebida colectivamente como inquestionável e totalitária, que o jornalismo vai construir o seu campo lógico de intervenção discursiva, em diferenciação com os campos lógicos de outros mundos de experiência. (PONTE, 2005, p.98)

Tendo em vista a institucionalização dos veículos de comunicação, socialmente legitimados para ocupar a posição de mediadores do social, utilizamos a análise de Berger e Luckmann (1985) sobre a maneira através da qual uma instituição é formada

para refletir sobre o seu papel na construção da realidade. Os autores consideram as instituições como derivadas da ordem social e portanto produzidas pelas pessoas, no entanto através da reificação das instituições, estas assumem um caráter controlador estabelecendo padrões de conduta afim de submeter a atividade humana ao controle social. Ponte (2005) destaca a teoria de Berger e Luckmann sobre o processo de institucionalização da realidade objetiva, como constituído por três momentos: a exteriorização, a objetivação e a interiorização e que tem a linguagem como legitimadora devido à objetivação que ela exerce, atribuindo uma lógica à ordem institucional que se torna parte do acervo socialmente conhecido tomado pelo indivíduo enquanto fundamento de explicação do mundo social. Considerando o indivíduo como portador de um acervo social de conhecimentos que o permite negociar suas inserções na vida cotidiana, Ponte situa o jornalismo “como lugar de seleção e de construção desse acervo de conhecimentos, entre as escolhas do que é dito e do que é silenciado, de quem participa activamente na definição do conhecimento e de quem é ausentado desse processo” (PONTE, 2005, p. 99). A institucionalização é acompanhada da produção de papéis sociais, assim como a instituição pressupõe uma função para determinada organização, a constituição de papéis pressupõe uma atividade tipificante para determinados atores sociais. Alsina afirma que “podemos dizer que os jornalistas tem um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como a realidade pública e socialmente relevante. (ALSINA, 2009, p.47)

Como complementar à sustentação da ordem social teremos as instituições legitimadoras, para cumprir o processo que explica e justifica a ordem social. Utilizando a mídia para justificar suas ações através da produção de sentidos que incide no meio social, o universo simbólico, no qual o jornalismo está inserido, é uma das instâncias legitimadoras da ordem social que opera segundo um caráter nômico ou ordenador:

O universo simbólico fornece uma integração unificadora de todos os processos institucionais separados. A sociedade inteira agora ganha sentido. Instituição e papéis particulares são legitimados por sua localização em um mundo compreensivelmente dotado de significação. (ALSINA, 2009, p.141)

São as notícias que dão forma e concretude ao jornalismo, é através delas que este consegue participar da vida cotidiana e produzir sentidos.

A notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível. [...] A notícia é gerada numa instituição informativa que pressupõe uma complexa organização. Mas, além disso, o papel da mídia é institucionalizado e tem a legitimidade de gerar a realidade socialmente relevante. Gostaria de frisar também que a notícia é uma produção do discurso e que como tal requer um processo de elaboração textual. (ALSINA, 2009, p.14-15)

O processo de transformação de um acontecimento em uma notícia é delimitado pelos critérios de noticiabilidade formados por uma série de valores noticiais. A constituição de um acontecimento em notícia é definidora do papel do jornalismo nas sociedades modernas. Segundo Traquina, “a constituição de um acontecimento ou de uma questão (a tradução utilizada neste artigo para o termo inglês *issue*) em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão”. (TRAQUINA, 2001, p.22). Thompson (2008) afirma que controlando o fluxo de informações a mídia controla o fluxo dos acontecimentos, portanto se nossa percepção da realidade alheia ao nosso aqui e agora é construída pelo que é noticiado, aquilo que não é noticiado é como se não tivesse acontecido. Nesse sentido o jornalismo estabelece a construção de um temário social e assim participa da construção social da realidade desempenhando a função do fazer saber.

Mas esse fazer saber precisa, como condição necessária, que acreditemos que a informação da mídia é real porque senão não poderá “nos fazer saber”. Se essa condição não se dá, nos encontraríamos diante de um falso saber. Dessa feita, a mídia nos propõe um contrato pragmático fiduciário que tem a intenção de que acreditemos que o que eles dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos no seu discurso informativo. [...] Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação. (ALSINA, 2009, p.48)

Através da construção da credibilidade a prática jornalística se autolegitima como mera transmissora da realidade, como uma janela para os acontecimentos, sem levar em conta seu aspecto dialético de construção dessa realidade. Através do reforço de valores como a objetividade na descrição dos acontecimentos e da busca de uma

verdade absoluta como objetivo central. No entanto, a partir de Greimas e Courtes (1982) poderíamos questionar o estatuto de verdade que o jornalismo reforça através da discussão sobre o que é considerado real e o que é considerado ficção em diferentes sociedades. A concepção do jornalismo como produtor de verdades se dá através do contrato pragmático fiduciário, “na aquisição da informação, deve-se produzir uma relação fiduciária através da qual o usuário acha que a mídia vende uma informação confiável” (ALSINA, 2009, p.89). Esse contrato fiduciário, segundo Alsina, se ancora na noção de objetividade, como se através de determinados procedimentos a “verdade” pudesse ser alcançada.

A produção do jornalismo de atualidade se articula através dos seguintes gêneros: notícias e temas da atualidade. A credibilidade é seu mecanismo específico regulador, que irá determinar o que é publicável. Se o discurso informativo não é algo no que se possa acreditar, ele perderá sua virtualidade. É por isso que se faz necessário estabelecer um contrato pragmático fiduciário (Rodrigo, 1995:156-163), que pretende que acreditemos que o veiculado pelos meios de comunicação é verdade, e, ao mesmo tempo, nos propõem que confiemos no discurso informativo dos supracitados meios. O contrato pragmático fiduciário dos meios de comunicação é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista. Nas nossas sociedades, o trabalho dos jornalistas se tornou a profissão daqueles que nos contam o que acontece no mundo. Isso não quer dizer que o tal contrato pragmático fiduciário fique estabelecido de uma forma incontestável [...]. A lógica do jornalismo da atualidade precisa da confiança dos seus leitores, no sentido de que o discurso informativo deve ter credibilidade. (ALSINA, 2009, p.199)

Apesar das diferentes estratégias adotadas pelas empresas jornalísticas para manter sua credibilidade, enquanto produtoras de discursos que captam a verdadeira versão sobre o acontecimento a partir da objetividade jornalística, alguns autores como Cornu (2001) e Alsina (2009) desconstruem essa produção destacando as diferentes concepções de realidade produzidas pelos diferentes sujeitos sociais, alegando a impossibilidade de que um acontecimento pudesse ser descrito com base em apenas uma interpretação “verdadeira”, alegando que essa interpretação sempre estará ligada às interpretações do observador: “[...] interpretações são subjetivas. Se a realidade não possui objetividade, fica reduzida a uma série de enunciados cujo sentido e estatuto de referência estão, por sua vez, submetidos às condições da enunciação, a identidade e as

posições dos sujeitos da enunciação.” (ALSINA, 2009, p.37).

Após algumas considerações sobre o papel social da instituição jornalística na sociedade contemporânea, cabe uma análise acerca de que produção de sentidos é feita através da prática jornalística. Analisar a mídia como um todo nos permite pensar que sua atuação na modernidade é de demasiada influência para a opinião pública e, conseqüentemente, para o exercício da democracia. O jornalismo ocupa o papel de informar, através dele sabemos o que acontece para além da nossa experiência pessoal.

Ao considerarmos a linguagem dos media noticiosos como parte integrante dessa institucionalização da sociedade como realidade objectiva, estamos então a afirmar a responsabilidade pública e social do jornalismo muito para além da oferta diária de “notícias” aos seus leitores. Esse menu noticioso é carregado de sentido ideológico, de que essas são as matérias que “importa saber” e que as formas como se apresentam são as “naturais e certas”. (ALSINA, 2009, p.100)

Alguns autores, como Thompson (2008), colocam a imprensa como sendo a nova esfera pública da contemporaneidade, considerando que o jornalismo tem o potencial de ampliar debates para além de restrições espaço temporais, contextualizando acontecimentos e dessa maneira colaborando para a construção de um ambiente democrático em que diferentes informações sobre os acontecimentos circulem para além de um aqui e agora ampliando a possibilidade de debates. Ponte (2005) destaca a análise de Tarde (1901) em que o autor pensa as transformações de natureza política, social e cultural resultantes das novas formas de comunicação da época para introduzir “[...] o conceito de público como nova forma de coesão entre indivíduos fisicamente separados, mas partilhando os mesmos interesses. O jornal constituía assim, um espaço de conversação pública, desenvolvido a partir de formas privadas de comunicação e retornando a estas como “a mais abundante fonte reguladora e nutridora”” (TARDE, 1901:153 apud PONTE, 2005, p.86). No entanto, ao ocupar o espaço de regulador e nutridor da conversação pública, o jornalismo define quais serão aqueles que terão espaço nas páginas dos jornais e poderão participar dessa conversação, determinando quem tem voz e quem não tem e seleccionando quais versões serão colocadas em circulação, tendo com isso a possibilidade de eliminar e silenciar, dentro de suas páginas, vozes que não sejam do seu interesse. Assim sendo, para considerarmos o jornalismo como cumprindo uma função de responsabilidade social é necessário que:

A lógica do serviço inspira-se nas ideias pedagógicas e não assume as exigências do mercado e da audiência. Se aceitarmos que os meios de comunicação possuem uma série de funções sociais que, do ponto de vista empresarial, podem ser pouco lucrativas, estaremos colocando a possibilidade de que os meios de comunicação cumpram um serviço público. Dessa feita, esses meios poderão contribuir para o funcionamento dos sistemas democráticos, participar das campanhas sociais, propiciar a criação de propostas culturais das minorias, etc.(ALSINA, 2009, p.199)

No entanto, em um país como o Brasil onde os grandes veículos de imprensa pertencem a empresas de comunicação que constituem um oligopólio que compõem discursos um tanto quanto homogêneos, a colaboração dos veículos para o funcionamento dos sistemas democráticos fica limitada. O que observamos nessas práticas vai ao encontro do que diz Tunstall (1980) “[...] do nosso ponto de vista, a organização jornalística persegue, ao mesmo tempo, três tipos de objetivos: aumentar a audiência, aumentar a publicidade, objetivos não relacionados com o benefício” (TUNSTALL, 1980, p.88 apud ALSINA, 2009, p.200). Alsina considera que a constituição de oligopólios é a tendência natural do sistema de comunicação neoliberal que engloba a organização da informação dentro do sistema de produção capitalista. Segundo o autor:

Os três agentes principais que entram em jogo com diversos interesses são: a) os produtores da comunicação, b) as forças políticas, c) os grupos econômicos internos e externos do setor. Todos eles intervêm tanto na produção quanto na circulação da informação [...]. A escolha da outra parte no intercâmbio é uma ilusão, caso a outra parte seja sempre a mesma. Portanto, a concentração empresarial da mídia vai limitar essa escolha [...] A lógica do sistema da produção da informação no mundo ocidental nos faz estabelecer, como resultado dele mesmo, um discurso homogêneo. Mesmo que, cada meio de comunicação, e de acordo com a sua política editorial, nos ofereça uma visão diferenciada dos assuntos, esses assuntos abordados pelos diversos meios de comunicação são praticamente os mesmos, e assim criamos essa imagem de uma única realidade. (ALSINA, 2009, p.55-61-66)

O discurso jornalístico está localizado no plano simbólico e, desse lugar, participa na construção social da realidade, através dos discursos que produz e que consequentemente conferem sentido ao que é noticiado. A partir disso a questão que se

coloca é pensar no que faz o jornalismo quando publica uma notícia em detrimento de outra, quando escolhe determinada manchete, e até mesmo a terminologia utilizada em cada caso. Considerando toda a inserção que o jornalismo tem na vida cotidiana, a observação dessas construções pode nos ajudar a entender que mundo está sendo construído a partir das páginas de notícias.

Essas construções ocorrem através dos discursos recorrentes do jornalismo, é na análise da linguagem que podemos destacar essas produções de sentido. Ao abrir o jornal e ler as notícias sobre os acontecimentos ali narrados, toda a construção jornalística objetiva que tenhamos a impressão de que ali estão descrições de “fatos”, o que podemos problematizar através da análise de como são constituídas essas notícias: que fontes foram ouvidas; que palavras utilizadas; quais as associações feitas; o que não foi falado; etc. Pensar a notícia evidencia relações que não necessariamente estão explícitas em uma primeira leitura. A notícia é linguagem, sendo linguagem é discurso, o que é dito em uma folha de jornal não se limita a folha impressa, está envolvido em estruturas sociais que ultrapassam os limites do jornalismo.

Neste trabalho nos debruçamos sobre os discursos produzidos pela Folha de São Paulo sobre os conflitos entre polícia e sociedade civil que aconteceram em São Paulo durante o ano de 2012. Tendo em vista as discussões que levantamos neste capítulo, e a partir das notícias publicadas pelo jornal, buscamos pensar sobre que construções foram feitas por essas notícias sobre os sujeitos e os lugares que participaram das narrativas sobre o crime. A partir dessas análises procuramos refletir acerca das implicações que as construções feitas pelo discurso jornalístico podem ter sobre a estigmatização e construção de preconceitos sobre determinados grupos sociais e também acerca do quanto essas construções estão relacionadas com políticas de estado reveladoras do ambiente democrático e do grau de cidadania de um país.

Aquilo que vira notícia na maior parte das empresas de jornalismo, o acontecimento jornalístico, é o que aparentemente foge da norma – como exemplifica a velha anedota de que a notícia não é o cão morder o homem, mas o homem morder o cão – e dessa maneira institui a norma. Portanto na construção da realidade feita por esse jornalismo a determinação do que é considerado um acontecimento diz muito sobre os valores que são considerados importantes para determinada sociedade, visto que aquilo que está normalizado não constitui uma notícia. Conforme Alsina: “A mídia localiza, qualifica e classifica os acontecimentos de acordo com um mapa da realidade social. Essas qualificações são avaliativas e normativas. Ou seja, elas determinam quais

as realidades que são aceitáveis e quais não o são” (ALSINA, 2009, p.72). Segundo Alsina: “A mídia não reflete a sociedade, mas a representa. Nessa representação nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade”. (ALSINA, 2009, p.65). Podemos pensar a construção desses papéis segundo o ponto de vista de que,

[...] o fornecimento e a construção seletiva do *conhecimento social*, do imaginário social através do qual percebemos os ‘mundos’, as ‘realidades vivenciadas’ dos outros e reconstruímos imaginariamente suas vidas e as nossas em um ‘mundo global’, inteligível, em uma ‘totalidade vivenciada’. (HALL: 1981, p.384). Isto é, a mídia fornece discursos a partir dos quais os grupos ou as classes constroem uma imagem das vidas, significados, práticas e valores de outros grupos ou classes sociais e sobre a sua situação com relação ao quesito globalidade. (ALSINA, 2009, p.71)

Um dos interesses deste trabalho é pensar sobre de que maneira são reforçados os papéis sociais através do jornalismo. Para isso utilizamos a teoria de Berger e Luckmann (1985) de que uma das maneiras pelas quais a realidade da vida cotidiana é construída ocorre através das tipificações que padronizam lugares a serem ocupados por atores sociais. “A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como “lidamos” com eles nos encontros face a face “(BERGER e LUCKMANN, 1985, p.49). Podemos problematizar aqui os reforços feitos pelos jornais como construtores de tipificações, ao colocar atores sociais em papéis específicos, o jornal vai constituindo estruturas para esses atores que se estabelecem nessas tipificações. Ao passo que a partir dessas repetições, ao lermos uma notícia policial já esperamos a oposição entre bem e mal, certo e errado, e já sabemos que atores ocuparão que papéis. O reforço feito pelas páginas policiais através das estruturas criadas para esses atores culmina em tipificações que vão consolidando categorias estigmatizantes. Modelo que simplifica uma interação social, mas que quanto mais simplifica mais reforça a estrutura tipificada, visto que essa tipificação facilita a apropriação de uma leitura que imprime o mundo como um todo coerente em que papéis sociais estão postos, determinados, estabelecidos. “A realidade da vida cotidiana é, portanto apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face”(BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 52). Dessa maneira

é construída a estrutura social de determinada sociedade que se torna fundamental para a manutenção da mesma.

Para Berger e Luckmann (1985), a linguagem e a repetição dela constroem o real produzindo tipificações. Através da reincidência de determinada referência a determinados sujeitos vão se construindo essas tipificações que já pressupõem um perfil para determinados papéis. A semiologia de Barthes pode auxiliar a pensar essas produções no sentido de que propõe que pensemos de que maneira essas construções de sentido vão se tornando naturalizadas:

Ora a semiologia, no que me concerne, partiu de um movimento propriamente passional: pareceu-me (por volta de 1954) que uma ciência dos signos podia ativar a crítica social, e que Sartre, Brecht e Saussure podiam juntar-se nesse projeto; tratava-se, em suma, de compreender (ou de descrever) como uma sociedade produz estereótipos, isto é, cúmulos de artifício, que ela consome em seguida como sentidos inatos; isto é, cúmulos de natureza. A semiologia (minha semiologia, pelo menos) nasceu de uma intolerância para com essa mistura de má fé e boa consciência que caracteriza a moralidade geral, e que Brecht chamou, atacando-a, de Grande Uso. A língua trabalhada pelo poder: tal foi o objeto dessa primeira semiologia (BARTHES, 1996, p.33).

Dialogando com o pensamento barthesiano podemos pensar o jornalismo enquanto linguagem. Segundo os autores da teoria construcionista Berger e Luckmann (1985) é através da objetivação da vida cotidiana que a produção de sentidos tem efeito, considerando que a objetivação possibilita a extensão da vida cotidiana para além de um aqui e agora. Uma das objetivações que dão sentido à vida cotidiana e que possibilita às pessoas que a realidade seja objetivada é a linguagem. A linguagem é capaz de transcender o espaço, o tempo e o social, mantendo presentes construções que perpassam o aqui e agora através da constituição de campos semânticos que possibilitam que a linguagem crie essas objetivações:

Os campos semânticos determinam aquilo que será retido e o que será “esquecido”, como partes da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude desta acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra e utilizável pelo indivíduo na vida cotidiana.(BERGER e LUCKMANN, 1985, p.62)

Neste trabalho partimos de reflexões acerca da linguagem para pensar a produção de sentidos que é feita a partir dos discursos que circulam no jornalismo sobre a atuação policial. Para Berger e Luckmann (1985) a linguagem é o meio através do qual as coisas são objetivadas e passam a fazer sentido. Tão arraigada está em nossas práticas culturais que por vezes a encaramos como se fosse invisível, como se as coisas estivessem diretamente ligadas às palavras, em um processo que ofusca as construções que estão no meio do caminho entre um objeto e a maneira segundo a qual nos referimos a ele. Para Barthes (1996) qualquer discurso sempre estará envolto em uma relação de poder: “O poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado a história inteira do homem, e não somente a sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem - ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua” (BARTHES, 1996, p.12). A partir do autor podemos pensar a linguagem como uma legislação, ou seja, devido à estrutura linguística somos obrigados a falar de determinada maneira, utilizando masculino e feminino, colocando sujeitos antes das ações, nos referindo a determinadas pessoas, etc.

Assim por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada. [...] Mas a língua, como desempenho de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer (BARTHES, 1996, p.14).

Dessa maneira poderíamos pensar algumas relações existentes no discurso jornalístico como determinadas por esse fascismo da língua. No jornalismo identificamos determinadas oposições criadas para validar seus discursos como produtores de verdade, como são as separações entre: subjetividade e objetividade, realidade e ficção. Analisando essas oposições do ponto de vista da linguagem poderíamos afirmar que essas dicotomias se limitam a “lugares diferentes de fala”, que no jornalismo funcionam para legitimar determinados discursos em detrimento de outros. No entanto, não é apenas na organização da produção da informação que esses determinismos podem ser encontrados, mas também nos conteúdos produzidos por esses veículos. Barthes (1996) pensa a língua e o discurso como indivisos por pertencerem ao mesmo “eixo de poder”:

Não são somente os fonemas, as palavras e as articulações sintáticas que estão submetidos a um regime de liberdade condicional, já que não podemos combiná-los de qualquer jeito; é todo o lençol do discurso que é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutís e agudas no nível gramatical: a língua afluí no discurso, o discurso refluí na língua, eles persistem um sob o outro, como na brincadeira de mão. A distinção entre língua e discurso não aparece mais, senão como uma operação transitória – algo, em suma, a “abjurar” [...] A semiologia seria, desde então, aquele trabalho que recolhe o impuro da língua, o refugio da linguística, a corrupção imediata da mensagem: nada menos do que os desejos, os temores, as caras, as intimidações, as aproximações, as ternuras, os protestos, as culpas, as agressões, as músicas de que é feita a língua ativa (BARTHES, 1996, p.31-32)

A língua não somente determina a maneira segundo a qual nos expressamos, podemos utilizar a leitura de Barthes (1996) para pensar que essas estruturas que regem a língua, regem também as construções de sentido nas notícias como as que serão analisadas neste trabalho. Dentro do discurso que engendra posições de sujeito, são construídos sentidos sobre os atores que participam desses processos. Ao colocar reincidentemente como sujeitos da notícia determinados atores e outros como objetos, por exemplo, a construção de sentidos vai sendo feita e vai se consolidando como se esses fossem a priori os lugares para esses sujeitos. A reprodução dessas estruturas vai consolidando essas posições que se tornam imobilizadas e são reproduzidas nas práticas cotidianas.

3. Polícia, Cidadania e Estado

3.1 A “onda de violência”

O período de análise deste trabalho foi escolhido devido a uma série de reportagens publicadas pela imprensa, durante o ano de 2012, que descreviam diversos assassinatos cometidos no Estado de São Paulo como sendo resultado de ataques do PCC e de outros criminosos. Apesar de o estado ter costumeiramente altas taxas de homicídios, o clima de tensão em São Paulo acentuou-se nesse período. Há controvérsias sobre o que teria sido o estopim para uma onda de violência que seguiria quase o ano inteiro. Alguns jornais destacam uma ação policial da Rota, em maio do referido ano, que deixou seis mortos em um bairro da zona leste; outros avaliam um anterior clima de instabilidade em que diversos fatores poderiam ser apontados como estopim. A partir daí um círculo de violência se instaurou supostamente entre policiais e criminosos, mas que resultou em muitas vítimas da sociedade civil como um efeito de avalanche sobre a mesma.

Estima-se que 96 policiais tenham sido assassinados entre janeiro e novembro daquele ano. Entre outubro e novembro teriam ocorrido cerca de 250 assassinatos³, além de 84 mortes oficialmente cometidas pela Rota durante todo o ano de 2012⁴. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo constatou que 323 pessoas foram mortas na cidade de São Paulo em confrontos com policiais militares em serviço, em 2012. Um aumento de 40% em relação a 2011, quando foram registradas 230 mortes⁵. É o maior índice desde 2003, quando houve 434 mortes em confrontos. As execuções foram comparadas aos esquadrões da morte nos anos 60, durante a ditadura militar, quando se matava uma pessoa por dia; e também com o final dos anos 90 em que a taxa chegava a um homicídio por hora⁶. Entre 2009 e 2011 o índice de mortes por 100 mil foi de 9,9; no ano de 2012 foram registrados 63,5 homicídios por 100. Em novembro desse mesmo ano o secretário de segurança pública pediu demissão do cargo e entrou em São Paulo o

³ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/onda-de-violencia-pode-ter-matado-370-pessoas-em-2012-diz-defensoria.html>

⁴ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/alckmin-diz-que-houve-queda-de-mortes-causadas-pela-rota.html>

⁵ <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,mortes-em-confronto-com-a-pm-crescem-40,988905,0.htm>

⁶ <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/violencia-urbana-homicidios-no-brasil-superam-numeros-de-paises-em-guerra.htm>

apoio nacional das Forças Armadas.

Cabe destacar aqui uma reportagem publicada na Folha de São Paulo, em 22 de julho de 2012, constatando que a polícia de São Paulo havia matado mais que a polícia dos Estados Unidos, considerada mundialmente como uma das mais violentas. Os dados do jornal mostram que, “de 2006 a 2010, 2.262 pessoas foram mortas após supostos confrontos com PMs paulistas. Nos EUA, no mesmo período, conforme dados do FBI, foram 1.963 "homicídios justificados", o equivalente às resistências seguidas de morte registradas em São Paulo. Analisando as taxas de mortos por 100 mil habitantes, constata-se que no Estado de São Paulo, com população de 41 milhões de habitantes, a taxa é de 5,51. Já nos EUA, onde há 313 milhões, a taxa é de 0,63.

Os números descritos acima permitem que dimensionemos o que significa pensar o discurso sobre violência policial no Brasil hoje, visto que demonstram o quanto a morte está naturalizada enquanto prática policial e o quanto sofremos de uma polícia violenta. Diante disso, a produção de sentidos do discurso jornalístico sobre a polícia e os temas que envolvem suas condições de existência vão determinar quais valores serão reforçados socialmente: se a legitimação das práticas policiais, ou seu questionamento. Se precisamos lidar com uma polícia violenta isso vai ter uma motivação histórica, um efeito sobre o sistema democrático e sobre a construção da cidadania, e vai estar relacionado com uma política de estado. Todos esses temas relativos ao contexto em que a prática da polícia está inserida vão ser discutidos neste capítulo. Mas o que temos por horizonte neste trabalho é pensar de que maneira o discurso jornalístico vai incidir sobre esses temas. Se o jornalismo reforça ou neutraliza o discurso policial, como ele trabalha com relação a preconceitos socializados sobre lugares e pessoas, de que maneira ele trata das questões relativas as soluções para a violência, o quanto problematiza as causas do enquadramento daquele que é considerado um criminoso. Esses posicionamentos incidem na construção social da realidade ao fazer circular discursos sejam quais forem seus conteúdos.

3.2 Os casos da polícia e os “casos de polícia”

Pensar a constituição da polícia brasileira nos remete a outros momentos da história do país, pesquisando sobre a herança autoritária presente na estrutura das práticas policiais compreendemos o quanto nossa tradição democrática ainda é frágil e

de onde vêm os resquícios de autoritarismo que estão presentes fortemente nas ruas na contemporaneidade. O estudo da cultura policial é importante para pensarmos o porquê de determinadas práticas policiais serem encaradas com certa normalidade pela mídia e por parcelas significativas da sociedade.

Com base em Battibugli (2009) resgatamos a história da formação da polícia paulista para pensar o quanto sua constituição histórica ainda hoje influencia as práticas de atuação nas ruas de São Paulo. No resgate feito pela autora, é destacada a divisão entre as polícias de São Paulo até 1964, que são: Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. A Força Pública (FP), da qual descende a atual Polícia Militar e sobre a qual nos debruçaremos, era uma corporação reserva do Exército.

O caráter militar da carreira da FP e a subordinação ao Exército fizeram com que o treinamento da corporação fosse basicamente militar, com simulações de combates terrestres e treinamentos físicos intensos. Quando o treinamento se voltava para o policiamento civil, eram realizadas simulações de tumultos urbanos e greves. Como exemplo, a rádio-patrolha da FP, criada em 1957, tinha uma tropa de choque utilizada para conter multidões com bombas de efeito moral, granadas de gás, jatos d'água e metralhadoras. [...] A constituição Federal de 1988 manteve o caráter militar da Polícia Militar e a atuação da mesma “como força auxiliar, reserva do Exército”, como estabelecido pela Constituição de 1946. [...]. Embora a Constituição de 1988 não tenha estabelecido mudanças estruturais no sistema policial brasileiro, o equilíbrio de poder da polícia paulista sofreu alterações no pós-1985, em comparação com o período de 1946 a 1964. Nessa primeira fase de democracia, a Polícia Civil era a instituição de maior prestígio, e os delegados eram as principais autoridades policiais. No entanto, após a queda da ditadura militar, em 1985, a PM se apresentou como a instituição de maior poder, pois, com o regime militar, houve o enfraquecimento das instituições civis. (BATTIBUGLI, 2009, p.42-43)

No Brasil a polícia tem uma face específica conforme aqueles a quem sua atuação se destina. As arbitrariedades cometidas pela polícia tendem a atingir as populações marginalizadas, aqueles que estão aquém de uma cidadania, que não tem seus direitos civis respeitados. Podemos relacionar a origem desse modo de agir da polícia militar com as práticas da Força Pública em que:

[...] apenas dois incisos do artigo 13 do regulamento disciplinar tratavam de violência policial; o 54, sobre o uso de violência desnecessária no ato de efetuar prisão, caracterizada como

transgressão disciplinar leve; e o 55, sobre maus-tratos a presos sob a guarda do policial caracterizados como transgressão média. Dessa forma, o controle sobre o comportamento do policial da FP tinha como foco primordial a disciplina militar, deixando o respeito no trato com o cidadão em último plano. (BATTIBUGLI, 2009, p.56)

A impunidade está histórica e estruturalmente presente na polícia militar, a começar pela visão de que arbitrariedades seriam meras consequências de uma atuação. Essa herança autoritária respinga na atuação policial contemporânea e também na maneira como parte do jornalismo trata as ações policiais. Deixando indicativos para pensar que a superação de uma tradição de autoritarismo não muda tão rápido, para Battibugli(2009) essa dificuldade de adaptação da polícia militar está ligada ao contexto histórico em que está inserida que constitui uma democracia ainda não consolidada. Se a cultura da impunidade e do autoritarismo está normalizada dentro de determinado contexto histórico isto não vai constituir um acontecimento para aqueles veículos de imprensa que seguem os valores notícias do jornalismo *tradicional*. Pelo contrário, esse jornalismo vai reforçar essas categorias de pensamento que naturalizam a ilegalidade da ação policial incidindo no sentido de manter a normalização dessa atuação ao colocar em circulação discursos que tratam essa prática de maneira naturalizante.

A prática policial que estaria de acordo com um estado democrático inclui a concepção do Outro enquanto cidadão, e não inimigo. No Brasil, a polícia reiteradamente coloca e trata aquele com quem lida em uma posição de inimigo. Em sua análise Carvalho (2009) rememora episódios de truculência de ações policiais que ficaram mundialmente famosas, os quais utiliza para exemplificar o grau de inadequação da polícia brasileira com as práticas democráticas.

Em 1992, a polícia militar paulista invadiu a Casa de Detenção do Carandiru para interromper um conflito e matou 111 presos. Em 1992, policiais mascarados massacraram 21 pessoas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Em 1996, em pleno Centro do Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, sete menores que dormiam na rua foram fuzilados por policiais militares. No mesmo ano, em Eldorado do Carajás, policiais militares do Pará atiraram contra trabalhadores sem-terra, matando 19 deles. Exceto pelo massacre da Candelária, os culpados dos outros crimes não foram até hoje condenados. No caso de Eldorado do Carajás, o primeiro julgamento absolveu os policiais. Posteriormente anulado, ainda não houve segundo julgamento. A população ou teme o policial, ou não lhe tem confiança. Nos grandes centros, as empresas e a classe alta cercam-se de milhares de guardas particulares para fazer o trabalho da polícia, fora do controle do poder

público. A alta classe média entrincheira-se em condomínios protegidos por muros e guaritas. As favelas, com menos recursos, ficam à mercê de quadrilhas organizadas que, por ironia, se encarregam da única segurança disponível. Quando a polícia aparece na favela é para trocar tiros com as quadrilhas, invadir casas e eventualmente ferir ou matar inocentes. (CARVALHO, 2009, p.214)

Para Caldeira (2000) essa grande quantidade de casos de violação de direitos de cidadania é um indicativo dos limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil: “[...] não só revela um desrespeito generalizado por direitos e vidas, mas também diretamente deslegitima a cidadania. Esse desrespeito pelos direitos individuais e pela justiça representa o principal desafio à expansão da democracia brasileira para além do sistema político” (CALDEIRA, 2000, p.11).

Uma das principais contradições que marcaram o Brasil contemporâneo é a que existe entre expansão da cidadania política e deslegitimação da cidadania civil. De um lado, houve uma expansão real da cidadania política, expressa nas eleições livres e regulares, livre organização de partidos, nova liderança política e funcionamento regular do legislativo em todos os níveis, associados à liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação. De outro, no entanto, há o universo do crime e um dos mais intrigantes fatos da consolidação democrática brasileira: o de que a violência, tanto civil quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. (CALDEIRA, 2000:55, 56)

Analisando o processo de construção da cidadania no Brasil, Carvalho (2009) aponta para os problemas da urbanização acelerada em conjunto com o desemprego, o trabalho informal e o tráfico de drogas, uma junção de fatores que favorece o surgimento da violência em combinação com uma polícia militar inadequada que tem sua origem nas práticas militares, como uma reserva do exército e que em 1988 passa ao controle dos governadores, mas mantendo suas características militares, como destaca o autor:

Essa organização militarizada tem-se revelado inadequada para garantir a segurança dos cidadãos. O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos. Ele é aquartelado, responde a seus superiores hierárquicos, não convive com

os cidadãos que deve proteger, não os conhece, não se vê como garantidor de seus direitos. Nem no combate ao crime as polícias militares têm-se revelado eficientes. Pelo contrário, nas grandes cidades e mesmo em certos estados da federação, policiais militares e civis têm-se envolvido com criminosos e participado de um número crescente de crimes. Os que são expulsos da corporação se tornam criminosos potenciais, organizam grupos de extermínio e participam de quadrilhas. (CARVALHO, 2009, p.213)

Carvalho (2009) também aponta para as diferentes etapas de consolidação dos direitos na construção da cidadania no Brasil; os direitos sociais, garantidos pelo Estado, em boa parte de nossa história solaparam direitos civis e políticos, criando a cultura da necessidade de um Estado forte e da visão da política enquanto uma negociação para conquistar benefícios, nessa trajetória os direitos sociais tem a volatilidade daqueles que os executam, os direitos políticos aparecem enquanto ferramenta e os direitos civis estão postos de diferentes maneiras segundo a “casta” a que pertence o cidadão que o reivindica, no entanto permanecem inacessíveis a boa parte da população. A maior parte das violações no Brasil tem a ver com os direitos civis e questões relativas à ameaça à vida e à integridade física do ser humano, ou seja, àquelas em que o corpo do indivíduo é alvo de violação. No Brasil é difícil o acesso a números que forneçam um panorama da violação de direitos humanos. Segundo o 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil publicado em 2013, pelo Núcleo de estudos em violência (NEV), as estatísticas são falhas, e o que permite balizar a quantidade de execuções acaba sendo a mídia.

a intenção desse acompanhamento pela imprensa não é fazer um “retrato” da realidade, mas apenas mostrar que mesmo na falta de dados oficiais sobre problemas como esses, ainda temos meios de nos certificar que eles ocorrem e em quantidade suficiente para serem classificados como problemas “de interesse público”.

Mesmo vivendo em um suposto Estado de Direito e apesar da democratização, os registros de arbitrariedades da polícia militar mantiveram-se. Uma das maneiras de balizar o grau de democratização que o país vive é o acompanhamento da reincidência dessas atuações que violam direitos e que reproduzem práticas autoritárias.

O modo como a polícia trata o cidadão é para este um forte definidor da forma como o Estado o respeita ou desrespeita, pois é uma instituição estatal de grande visibilidade (Bittner, 1990, p.19). A polícia como agente do Estado reflete, até certo ponto, em suas ações, as diretrizes governamentais, ainda que tenha relativa margem de autonomia para estruturar e realizar tarefas de policiamento. A polícia é, portanto, uma instituição chave para se avaliar a efetividade dos valores democráticos de um país, de seus governos e sua sociedade. [...] A violência policial deve ser analisada sob o aspecto de uma cultura política autoritária e discriminatória presente na sociedade brasileira e na própria polícia, e não enquanto arbitrariedade involuntária cometida pelo policial (PINHEIRO, 2001, p.263 in BATTIBUGLI, 2009, p51)

A frequência e o modo com que essas agressões são relatadas pela imprensa do país também nos ajudam a compreender de que maneira são construídos sentidos sobre democracia e direitos humanos e o quanto esses veículos colaboram, ou não, na consolidação de um regime democrático.

Analisando a repercussão da violência através de entrevistas com moradores da cidade de São Paulo, Caldeira (2000) destaca que parte dos discursos que são produzidos pelo medo e pela fala do crime na cidade de São Paulo constrói uma visão simplista e estereotipada dos lugares e das pessoas que fariam parte do suposto perfil de onde e por quem os crimes são cometidos. Esses discursos retratam determinados lugares enquanto violentos ou seguros, moldando a paisagem urbana de acordo com essas classificações e conseqüentemente legitimando a adoção de segregações que são simbolizadas através da construção de condomínios fechados e shoppings centers, por exemplo. “O crime é ruim, não há dúvidas a respeito disso; associar as mudanças no bairro a criminosos é atribuir um valor claramente negativo a elas” (CALDEIRA, 2000, p.36). A autora reforça o quanto as narrativas sobre o crime tendem à construção e reforço de estereótipos e preconceitos daquele que pode ser visto enquanto criminoso:

“Era um moço branco”. Mas em seus comentários sobre o crime, ela insiste em usar a imagem do nordestino/criminoso, já que é inconcebível para ela que pudesse ser de outra forma. Ela tem de prender-se aos estereótipos disponíveis e aplicá-los rigorosamente para entender o absurdo dos assaltos e das mudanças em sua vida e no bairro. As categorias são rígidas: não são feitas para descrever o mundo de forma acurada, mas para organizá-lo e classificá-lo simbolicamente. Elas são feitas para combater a ruptura no nível da experiência, não para descrevê-la. Isso não quer dizer que a descrição seja impossível: está lá, os ladrões eram brancos e de boa aparência, ela confundiu um deles com um trabalhador. Mas isso é parte da

desorganização do mundo, da experiência de violência e decadência social que reintroduzi várias vezes na narração ao solicitar detalhes. Na narrativa organizada, os criminosos precisam ser não-brancos do Nordeste, dos cortiços e das favelas, o lugar próprio aos criminosos. O desreconhecimento é inerente à reorganização simbólica do mundo. É parte do esforço para dar novo significado a uma realidade que não mais faz sentido, que sofreu uma ruptura e/ou que está mudando.

A partir da análise de Caldeira podemos pensar o quanto o jornalismo está implicado na circulação destes discursos. Quando um crime ou uma violação de direitos vira notícia isso vem acompanhado de significados que vão produzir sentido e talvez vir a formar a visão de mundo de quem lê. Se a notícia reforça ou questiona as construções dessas categorias de lugares perigosos, pessoas perigosas, produção do medo, e outros discursos que circulam de diferentes maneiras, isso significa mais do que uma escolha editorial, mas o posicionamento social de um veículo que, querendo ou não, tem responsabilidades democráticas ao fazer circular a informação.

Essas narrativas citadas por Caldeira reproduzem a violência através da discriminação de determinados grupos sociais e da criminalização de certas regiões. Reforçando desigualdades que estão na origem da própria violência, esses discursos ajudam “[...] a deslegitimar as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos e ilegais. Se a fala do crime promove uma ressimbolização da violência, não o faz legitimando a violência legal para combater a violência ilegal, mas fazendo exatamente o contrario” (CALDEIRA, 2000, p.43). Nessas narrativas aquele que é alvo do estereótipo do crime não tem alcance aos meios para que seu discurso seja incorporado no debate dessas questões. Esses discursos repercutem em uma indiferença de parte da sociedade no que tange às práticas truculentas e ilegais da polícia militar em sua atuação para com esses grupos estigmatizados.

Eles parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e cortiços, e que seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política. Eles ainda vêem o crime como algo associado ao mal, que se espalha e contamina facilmente, e que requer instituições fortes e autoridades para controlá-lo. Este controle é visto como uma tarefa da cultura contra as forças da natureza. (CALDEIRA, 2000, p.57)

Esse descaso para com as práticas truculentas da polícia no trato com os cidadãos marginalizados torna-se um obstáculo para a consolidação do sistema democrático, no sentido de que legitima a continuidade dessas ações, que por vezes tem a aprovação das camadas que temem que a criminalidade avance para dentro dos seus muros. Sem que seja feita uma discussão sobre que condições levam ao surgimento e continuidade dessa violência. A morte do outro na atuação policial se torna a norma e deixa de ser questionada pela sociedade e pelos veículos de comunicação que são tolerantes para com essas ações. As ações ilegais da polícia têm alvos privilegiados que coincidem com aqueles que são estigmatizados como sendo populações potencialmente perigosas. Uma dessas frequentes associações ocorre entre criminalidade e miséria como se a favela fosse o local do crime em potencial.

[...] a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente *agravada* pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da violência letal pela polícia militar e o recurso habitual à tortura por parte da polícia civil (através do uso da “pimentinha” e do “pau-de-arara” para fazer os suspeitos “confessarem”), as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicados geram um clima de terror entre as classes populares, que são seu alvo, e banalizam a brutalidade no seio do Estado.

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre *feras e doutores*, os “selvagens” e os “cultos”, que tende a assimilar *marginais*, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem. (WACQUANT, 2001, p.9)

Essa associação não remete simplesmente aos locais em que os crimes ocorrem, mas é reveladora de uma política de Estado que trata os problemas sociais que culminam na violência como se fossem da ordem de um estado policial e não questões sociais. Uma das estratégias dessa política é a utilização do sistema prisional como solução para lidar com essas populações. Wacquant (2003), analisando o sistema prisional nos Estados Unidos, relata que a maior parte dos presos é de negros da periferia, o que “mostra, portanto, que, reelaborando sua missão histórica, o encarceramento serve bem antes à regulação da miséria, quiçá à sua perpetuação, e ao armazenamento dos refugos do mercado.” (WACQUANT, 2003, p.33). A partir deste

dado o autor faz uma comparação histórico analítica entre o gueto e a prisão, duas organizações que pertencem a mesma classe de instituições de confinamento forçado: “o gueto é um modo de prisão social, enquanto a prisão funciona à maneira de um gueto judiciário. Todos os dois têm por missão confinar uma população estigmatizada de maneira a neutralizar a ameaça material e ou simbólica que ela faz pesar sobre a sociedade da qual foi extirpada.”(WACQUANT, 2003, p.108).

Essa ligação entre gueto e prisão entra no contexto das outras instituições que existiram nos Estados Unidos: a escravidão e o sistema jim crow. Para o autor todas teriam em comum a exploração da força de trabalho e a exclusão social de um grupo estigmatizado. Essa continuidade entre instituições segregadoras retrata o desmantelamento das políticas públicas e o reforço das políticas de lei e ordem como estratégias de manutenção da segregação entre grupos sociais. Nesse contexto, a prisão entra como um outro elemento para controlar essas populações que, sem assistência, ficam entregadas à própria sorte, com poucas políticas públicas de reinserção e assistência social. Ainda segundo o autor:

[...] gueto é um dispositivo socioespacial que permite a um grupo estatutário dominante em um quadro urbano desterrar e explorar um grupo dominado portador de um capital simbólico negativo, isto é, uma propriedade corporal percebida como fator capaz de tornar qualquer contato com ele degradante, em virtude daquilo que Max Weber chama de “estimação social negativa da honra”. Em outros termos, um gueto é uma relação etnoracial de controle e de fechamento composta de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional. [...] notemos em seguida as homologias estrutural e funcional entre o gueto e a prisão concebida como um gueto judiciário: uma casa de detenção ou pena é certamente um espaço à parte que serve para conter sob coação uma população legalmente estigmatizada, no seio da qual esta população desenvolve instituições, uma cultura e uma identidade desonrada que lhe são específicas. A prisão também é, portanto, composta por estes quatro elementos fundamentais que formam um gueto – estigma, coação, confinamento territorial e paralelismo institucional –, e isso por objetivos similares. [...] assim também a prisão limpa o corpo social da infâmia temporária que lhe é infligida por aqueles entre seus membros que cometeram um crime [...] para terminar, a prisão e o gueto são as duas estruturas de autoridade cuja legitimidade é constitutivamente duvidosa ou problemática e cuja manutenção é assegurada pelo recurso intermitente à força física. (WACQUANT, 2003, p.117-118)

A análise que Wacquant faz do gueto nos Estados Unidos pode facilmente ser

utilizada como inspiração para pensarmos as favelas brasileiras. Regiões sócio espaciais segregadas e estigmatizadas, em que se desenvolve um comércio ilegal que é combatido ostensivamente pelas forças policiais, que mantêm as populações dessas regiões sob um regime autoritário de coação tendo como justificativa para essa prática uma política de guerra às drogas. O autor aponta para os efeitos que a ausência de proteção social provoca em bairros populares, onde a falta de empregos empurra muitos para o chamado “capitalismo de pilhagem”, nesse contexto a repressão policial permanece sem efeito porque não consegue atingir o motor dessa criminalidade que consiste na criação de uma economia pela predação onde a economia oficial deixou de existir. Tanto o gueto quanto a favela atuam enquanto instrumento de exclusão que têm seus problemas tratados pela estrutura punitiva do Estado e não pelo seu braço social. Wacquant (2003) caracteriza essa continuidade entre gueto e prisão

[...] por uma tripla relação de equivalência funcional, de homologia estrutural e de sincretismo cultural, tanto que eles constituem hoje um único e mesmo continuum carcerário que encerra uma população redundante de jovens homens (e cada vez mais mulheres) negros(as) que circulam em circuito fechado entre esses dois pólos segundo um ciclo autopropetuido de marginalidade social e legal de consequências pessoais e sociais devastadoras. (WACQUANT, 2003, p.119)

Ainda segundo o autor, nos Estados Unidos o encarceramento massivo tem como principal motivador a política de "guerra à droga". “Política que desmerece o próprio nome, pois designa na verdade uma guerrilha de perseguição penal aos vendedores de rua, dirigida contra a juventude dos guetos para quem o comércio a varejo é a fonte de emprego mais diretamente acessível” (ADLER, 1995, apud WACQUANT, 2003, p.29). A droga costuma ser uma das alternativas de sobrevivência mais viáveis nas periferias, visto que se trata de uma economia em constante circulação, e possibilita a inclusão das populações marginalizadas que estão excluídas do mercado formal. Portanto:

[...] a política de luta contra a droga serve de biombo para “uma guerra contra os componentes da população percebidos como os menos uteis e potencialmente mais perigosos”, “sem-emprego”, “sem-teto”, “sem-documento”, mendigos, vagabundos e outros marginais.(WACQUANT, 2001, p.113)

Para aqueles que engrossam os cárceres, a prisão vem como uma etapa em um processo de experiências de vida muito próximas daquilo que é combatido pelo Estado punitivo. O autor mostra que é comum entre detidos que, antes da prisão, já tenham conhecido alguém que foi preso, também é comum a proximidade com familiares envolvidos com drogas, entre outras experiências tais como agressões sexuais.

[...] contrariamente ao discurso político e midiático dominante, as prisões americanas estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com drogas, furto, roubo, ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundos das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas diretamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da proteção social. (WACQUANT, 2003, p.83)

Nesse contexto a prisão atua a partir de uma estigmatização social prévia e reforça essa estigmatização na direção de excluir uma parte indesejada da população :

a gestão policial e carcerária da insegurança social tem certamente como efeito o controle dos membros da "gentilha" infamante, mas tem também o efeito de "confirmar seu status e recompor suas fileiras"...' a campanha de mortificação penal da miséria nos espaços públicos contribui para agravar o sentimento de insegurança e de impunidade ao "embaralhar a distinção entre o verdadeiro crime e os comportamentos que são apenas incômodos, chocantes" (IRWIN,1984, p.111-118 apud WACQUANT, 2003, p.37)

3.3 Os estados do Estado

No estado punitivo a miséria é tratada como criminalidade. No Brasil além de um estado punitivo temos uma polícia militarizada que trata o outro como um inimigo. Essa combinação provoca graves violações aos direitos humanos que são cometidas por agentes do Estado e, ao mesmo tempo, implicam em uma omissão deste face a esses problemas. Nesta direção poderíamos utilizar como disparador para pensar essas questões as discussões sobre Estado de Direito e Estado de Exceção presentes em Agamben (2004).

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. [...] Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (AGAMBEN, 2004, p.13)

Desse ponto de vista podemos pensar a configuração do Estado brasileiro como inserida nesse contexto de um totalitarismo moderno com duas faces contíguas: direito e exceção. Essa convivência de dois estados dentro de um só provoca as aberrações que podemos observar nos vários exemplos citados anteriormente de massacres provocados pela polícia, cabe ressaltar, agente do estado. No entanto, a separação aqui ocorre principalmente pelo viés econômico, nas favelas vive-se cotidianamente a exceção, que pode ser representada pelo estado punitivo. De acordo com Wacquant (2003), podemos pensar o Estado como responsável tanto pela coerção, quanto pela organização social. Ao falar em estado punitivo queremos dizer que se trata de um estado que substitui uma política de providência por uma política penal e policial e que culmina na transformação da criminalização da marginalidade e na “contenção punitiva” enquanto políticas sociais. Os processos de redução do estado caritativo e ampliação do estado disciplinar em locais marginalizados transformaram a guerra contra a pobreza em uma guerra contra os pobres. Segundo o autor essa política de criminalização da miséria ocorreu através de dois processos: a transformação dos serviços sociais em instrumentos de vigilância e controle das “classes perigosas” e o encarceramento maciço. Wacquant (2003) ressalta que a ascensão do estado penal não corresponde à ascensão da criminalidade, mas à redução do estado caritativo, entrando em uma espiral em que a própria redução do estado caritativo se torna a justificativa para o estado penal na medida em que seus efeitos contribuem para a insegurança e para a violência.

Wacquant (2003) traz como exemplo a configuração estadunidense a qual classifica enquanto um estado híbrido que possui um lado social que beneficia e é

monopolizado pelos privilegiados e uma vocação disciplinar que é aplicada sobre as classes inferiores. Nas ações da polícia brasileira observamos o desenvolvimento dessa vocação disciplinar, a recorrência a estratégias tais como ocupação ostensiva de favelas, ampliação de vagas em presídios estão conectadas com essa visão da violência sendo combatida com mais violência ao invés de com o desenvolvimento de políticas sociais. Além disso, no desenvolvimento dessas ações policiais são comuns casos de assassinatos de suspeitos, são narradas ações de invasão de residências sem mandatos, revistas generalizadas em favelas, tortura, desrespeito aos direitos das populações das áreas que o próprio estado chama de críticas. Essa presença autoritária do estado punitivo nas favelas configura um estado de exceção, “um “estado de lei” em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem “força”) e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua “força”. [...] O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força-de-lei sem lei”. (AGAMBEN, 2004, p.61). Apesar da existência de uma legislação que regula a atuação policial, na prática esta se mantém acima disso, com uma cultura de impunidade que resulta da própria estrutura de julgamentos da corporação e com uma internalização do descumprimento de leis que determinam os direitos daqueles que são suspeitos de crimes. “O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei realiza (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa”. (AGAMBEN, 2004, p.63).

Para Wacquant (2001) o paradoxo entre “mais Estado” punitivo para compensar o “menos Estado” econômico e social seria a verdadeira causa da insegurança em diferentes países, no entanto essa política é agravada quando aplicada em países como o Brasil que possui altas taxas de desigualdade social, frágil tradição democrática e instituições fracas no amortecimento da aplicação dessa política.

[...] a despeito do retorno à democracia constitucional, o Brasil nem sempre construiu um Estado de direito digno do nome. As duas décadas de ditadura militar continuam a pesar bastante tanto sobre o funcionamento do Estado como sobre as mentalidades coletivas, o que faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à *bandidagem*.

Em tais condições desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbanos, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho

policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres*. (WACQUANT, 2001, p.10)

Nesse contexto, poderíamos identificar algumas das práticas que ocorrem no Brasil enquanto caracterizantes de um Estado de exceção, considerando que essa política punitiva é acompanhada de uma polícia que historicamente desrespeita os direitos civis daqueles com que entra em confronto. Cabe ressaltar que “o estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”. (AGAMBEN, 2004, p.78)

Wacquant (2001) destaca o quanto a política de tolerância zero desenvolvida em Nova York que visa punir desde as menores desordens com a desculpa de que isso evitaria o crime maior, foi difundida rapidamente pelos diferentes países e o quanto sua difusão foi acompanhada de uma “retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a *invasores estrangeiros*” (WACQUANT, 2001, p.30). Essa política de segurança consiste na inversão entre causa e consequência no que tange a criminalidade. Segundo o autor essa inversão visa à eliminação dos vínculos entre:

[...] delinquência e desemprego, insegurança física e insegurança social, escaladas dos distúrbios públicos e aumento das desigualdades. Ora, não é porque os “incivilizados” se multiplicam em um bairro (como por geração espontânea ou efeito de imitação) que este se torna *eo ipso* mal afamado por soçobrar numa onda de violência que acarreta sua decadência, mas antes o inverso: são a decadência econômica e a segregação perene que alimentam os distúrbios de rua, desestabilizando a estrutura social local e minando as oportunidades de vida das populações. (WACQUANT, 2001, p.60)

As semelhanças entre o que acontece nos Estados Unidos com as soluções apontadas pelas políticas públicas paulistas saltam aos olhos, a prisão aparece como solução simples e universal para todos os problemas sociais. A todo o momento as soluções encontradas para o combate ao crime remetem à consolidação de um Estado policial nos locais ditos ‘sensíveis’, o encarceramento, a ocupação de áreas críticas e o combate às drogas pipocam como soluções mágicas para todos os problemas relativos à violência. A ampliação de políticas públicas que desenvolvam o Estado caritativo

nessas áreas não aparece como opção, talvez porque seu resultado a longo prazo interesse menos para as questões eleitorais do que as políticas de segurança que produzem números imediatos.

Isso é dizer que a alternativa entre o *tratamento social da miséria* e de seus correlatos – ancorado numa visão de longo prazo guiada pelos valores de justiça social e de solidariedade – e seu *tratamento penal* – que visa às parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânico orquestrados por uma máquina midiática fora de controle, diante da qual a Europa se vê atualmente na esteira dos Estados Unidos, coloca-se em termos particularmente cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como o Brasil e seus principais vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai e Peru.(WACQUANT, 2001, p.8)

Neste trabalho olhamos para as questões da segregação de lugares e pessoas, da construção da cidadania, da constituição do estado, das políticas públicas que caracterizam os sistemas políticos e para a polícia tendo em vista o discurso jornalístico e a maneira com que ele se situa frente a essas questões. O jornalismo participa da construção social da realidade, faz circular discursos que incidem sobre a construção de categorias de entendimento do mundo, além disso, o jornalismo participa da construção do temário social determinando o que vai ser dito e quais vão ser as pautas dos debates públicos. Diante disso cabe colocar que a maneira com que a notícia retrata a favela, o criminoso e o policial, incide sobre a construção de estruturas para esses sujeitos e lugares, que podem estigmatizar e alimentar preconceitos.

4. Metodologia e Análises

Para pensar esses discursos que circulam em determinado momento histórico cabe apontar aqui que nessa análise não pretendemos buscar um sentido velado nas notícias, mas apenas identificar na superfície do discurso quais os sentidos que circulam ali. A partir disso, buscamos identificar a que temas esses discursos se referiram, para pensar de que maneira esses discursos vão construindo sentidos que vão sendo apreendidos e consolidados socialmente. Neste trabalho analisamos as notícias do jornal Folha de São Paulo que fizeram referência a chamada “onda de violência” no estado de São Paulo – período escolhido devido ao contexto que descrevemos no capítulo anterior – publicadas entre os dias 01/11/12 e 15/11/12, acessadas através do acervo no site do jornal e anexadas neste trabalho. O corpus desse trabalho é constituído por 63 matérias de 15 edições do jornal Folha de São Paulo. Para analisar o material selecionado nos inspiramos na metodologia da Análise de Discurso francesa (AD), tendo em vista, conforme citado anteriormente, que todo discurso engendra uma relação de poder.

Para Pinto (1999) a AD “define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutivas daquele contexto”. Aproximando a análise do autor da teoria construcionista podemos entender esse processo de maneira dialética, para pensar o que é dito como produto e produtor de sentidos construídos socialmente. Segundo Orlandi (2003) é através da produção de discursos que se dá o processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos. O que vai determinar o sentido dado para determinado discurso é a formação discursiva em que ele está inserido. Segundo a autora a formação discursiva é aquilo que “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2003:43). Portanto identificar formações discursivas é apreender quais são os sentidos que estão sendo formulados e que estão circulando sobre determinados temas em contextos sócio-históricos específicos. Para Orlandi:

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) (ORLANDI,

2003, p.46).

Cabe salientar aqui a atenção dada para o intradiscurso que, segundo Orlandi (2003) é aquilo que está *no* discurso – na formulação do sentido em relação com os interdiscursos – aquilo que constitui sentido e que tem relação com os ditos que já foram produzidos sobre determinado tema. Neste trabalho as relações de interdiscurso serão trabalhadas dentro de cada Formação Discursiva identificada, contextualizando a análise do intradiscurso. Segundo a autora:

[...] o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos. Resta acentuar o fato de que este apagamento é necessário para que o sujeito se estabeleça em um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem. (ORLANDI, 2003, p.54)

Com base em Pêcheux (2008) pensamos as notícias como um constante confronto discursivo entre acontecimento e enunciado, o primeiro conotando uma transparência, o segundo trazendo a opacidade. Ainda sob inspiração do autor os enunciados constroem significações sobre fatos, diferentes enunciados podem remeter ao mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações sobre eles. Nesta análise também utilizamos a noção de esquecimento de Orlandi (2003) ao considerar que na formulação de uma enunciação o dizer sempre poderia ter sido outro.

Com base nessas ponderações a análise de discurso realizada neste trabalho buscou identificar as formações discursivas presentes no material coletado para dessa maneira compreender que produções de sentidos foram construídas pelo jornal sobre o período em questão. A partir dessas análises objetivamos problematizar as construções cotidianas das páginas de notícias no que se refere ao papel do Estado na gestão da polícia e das populações geridas por essas práticas, pensando na produção de tipificações e dos estigmas que essas construções podem produzir. Para identificar a que formações discursivas os discursos remetiam observamos nessas análises: o que foi dito,

como foi dito, em que circunstâncias, que produção de sentido foi feita e o que não foi dito.

Conjuntamente com as análises buscamos identificar que estruturas compunham esses discursos em um nível interno para pensar posições de sujeito e construções de lugares de fala. A partir dessa leitura buscamos relacionar de que maneira esses discursos se vinculam a outros processos em um nível macro.

Para compreender que produções de sentido foram feitas pelas matérias, no período em questão, identificamos oito formações discursivas predominantes: 1. O fora da lei como inimigo de guerra, 2. Comércio de drogas como empreendimento, 3. Dupla da morte: droga-favela, 4. Criminalidade e miséria, 5. Difusão do medo, cenas do caos, 6. A invenção de um martírio: policiais heróis e vítimas, 7. Aleatoriedade das mortes civis; ou o outro invisível, 8. Política e discurso. Devido ao grande número de dias e de notícias analisadas selecionamos apenas alguns fragmentos de notícias para exemplificar as formações discursivas acima citadas, chamamos esses fragmentos de sequências discursivas (SDs). Isso não significa que outras sequências não tenham sido identificadas, apenas que devido ao caráter qualitativo dessa análise de discurso, citar essas sequências apenas para fins de contagem não pareceu uma metodologia que fizesse diferença. As notícias analisadas estão anexadas ao final do trabalho, catalogadas por uma numeração, por exemplo: Matéria 1, Matéria 2, etc. As sequências discursivas estão marcadas no texto com recuo e fonte 11, destacamos em negrito aquilo que na notícia remete à formação discursiva indicada, entre parênteses colocamos a data e a catalogação da notícia a que remetem.

4.1. O fora da lei como inimigo de guerra (FD1)

Partindo de uma visão da polícia brasileira de acordo com Vianna (2013)⁷, poderíamos caracterizar a divisão entre polícia civil e polícia militar a partir das diferentes maneiras de lidar com o outro. O autor sintetiza a diferença entre Forças de Segurança e Forças Armadas a partir da maneira segundo a qual ambas são treinadas para lidar com o outro; diferenciando exércitos, que são treinados para combater inimigos, e polícias, que são treinadas para lidar com cidadãos. No Brasil temos uma polícia militar que mescla um treinamento militar para atuar entre cidadãos. Dentro

⁷ Túlio Vianna. Desmilitarizar e unificar a polícia. Publicado em 09/01/2013. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/01/desmilitarizar-e-unificar-a-policia/>

dessa mistura, quando a polícia militar entra em uma ação seu objeto não são cidadãos, mas inimigos. Essa diferença é ponto fulcral nessa análise, para o policial militar o outro – aquele que está fora da lei – é visto como inimigo a ser combatido. Muitos dos problemas estruturais da polícia brasileira vem dessa formação militar, como aponta o autor ao fazer referência ao alto número de homicídios cometidos pela polícia militar brasileira.

Nas análises feitas neste trabalho identificamos a reincidência da caracterização daquele que pode ser aqui colocado como potencialmente fora-da-lei – ou suspeito de ser – como inimigo. Para criar essa categorização partimos do ponto de vista de que a divisão das polícias entre civil e militar já pressupõe em sua atuação a lógica da divisão entre cidadania e exceção. Na maior parte das matérias aqui analisadas, a atuação da polícia militar do estado de São Paulo, na maneira como esta trata aqueles que estão em uma suposta ilegalidade, vai ao encontro do que destacamos como sendo um tratamento similar ao dispensado para um inimigo de guerra. A partir do material coletado, escolhemos caracterizar a prática militar da polícia brasileira como belicosa, portanto similar ao modelo de guerra em que o Outro é visto não como um cidadão, mas como um inimigo. Esse tipo de estratégia de colocar o Outro estruturalmente no papel daquele que é inimigo, que está contra a lei e fora dela, possibilita que práticas policiais sejam legitimadas, considerando que aquele que é enquadrado como inimigo do Estado é colocado aquém do cidadão, portanto, em um estado de exceção em que direitos não costumam ser respeitados. Caldeira (2000) destaca a tolerância que existe no país com relação às práticas truculentas quando o alvo são aqueles que estão excluídos socialmente. A partir das análises dessas notícias identificamos estruturas demarcadas para cada um dos atores que participam desse contexto.

Para refletir sobre a maneira como o jornalismo participa no reforço dessa construção de sentidos sobre a prática policial identificamos nas notícias passagens em que essa associação é feita, que aqui chamaremos de sequências discursivas (SDs). Na maior parte das SDs identificamos uma caracterização desse outro, em geral, como objeto sendo colocado no máximo na voz passiva. Destacamos algumas SDs em que a colocação desse Outro nas frases ocupa o lugar do objeto:

- O secretário da Segurança Pública quer propor à União que assassinos de policiais **sejam enviados**. (03/11/2012-M11)
- Piauí **é levado** para presídio em Porto Velho. (09/11/2012-M37)
- Acusado de mandar matar seis PMs, Francisco Antonio Cesario da

Silva, o Piauí, **foi transferido** ontem da Penitenciária. (09/11/2012-M37)

Nas vezes em que esse Outro assume o papel de sujeito das notícias ele é retratado como sujeito autoritário. A própria escolha pela palavra “facção” para se referir ao grupo é algo que produz sentido, e negativo. Segundo o dicionário Prioberam facção significa: “empresa ou expedição militar. Partido, grupo; bando”. Essa referência a sujeitos autoritários aparece nas seguintes sequências discursivas:

- Na época, a **facção criminosa PCC impunha** havia três meses uma onda de **ataques contra** a polícia paulista. (02/11/2012-M8)
- **Facção planeja ter o comando** de favelas em outros Estados. (02/11/2012-M10)
- **Chefe da facção PCC** em Paraisópolis é acusado de **mandar matar** ao menos seis policiais. (09/11/2012-M37)
- o **bando parou** na frente do ônibus da viação Santa Brígida, **ordenou** que o motorista, a cobradora e o único passageiro descessem. (07/11/2012-M26)

As SDS que remetiam a um linguajar belicoso foram selecionadas como uma das formas de explicitar alguns pontos de nossa interpretação sobre a produção de um clima de guerra no discurso das notícias veiculadas. Na maior parte das notícias em que essas SDs foram identificadas, a temática era em torno das ações políticas de “combate” à violência. Nas matérias referentes às ações dos governos, a maneira de retratar o Outro como inimigo de guerra deixa de ser figurada quando as notícias tratam das alianças entre os governos para conter a chamada ‘criminalidade’. Nestas notícias, todo o linguajar utilizado remete a estratégias que podemos enquadrar como belicosas. O teor bélico das matérias pode ser identificado na linguagem utilizada, na escolha dos verbos e nas ações de intervenção propostas pelos governos:

- Para Alckmin, **Exército** é desnecessário em São Paulo. (02/11/2012-M8)
- governo federal cogita oferecer **tropas federais**, tanto do **Exército** quanto da **Força Nacional de Segurança**. (02/11/2012-M8)
- implantar **estratégia** recente de **ocupar ostensivamente** áreas consideradas **redutos do PCC**. (02/11/2012-M8)
- Governos decidiram ontem **elaborar** uma **estratégia conjunta** para **conter criminalidade** em SP. (02/11/2012-M7)
- A preocupação do governo Dilma é **desmobilizar** a **organização criminosa PCC** que tem ramificações fora de SP. (02/11/2012-M7)
- governos falam em cooperação para **enfrentar o crime**. (07/11/2012-

M29)

A aliança entre os governos soa como uma declaração de guerra contra os chefes da facção para deter o avanço da violência. A partir das notícias entendemos que a eliminação do PCC solucionaria os problemas de violência existentes no estado. A associação à guerra também fica evidente em um dos cadernos do jornal em que matérias e colunas de opinião retratam São Paulo como um estado em guerra.

- **Guerra não declarada**, Brasil tem um policial **morto** a cada 32 horas; mais de 220 foram **assassinados** este ano, mostra levantamento.(02/11/2012)
- **Afganistão** é até pacífico – crescimento do número de **homicídios** no Brasil torna pertinente compará-lo com um país que está em **guerra**. (02/11/2012)
- segundo o professor o governo paulista deve retomar o controle da PM para acabar com a **guerra particular** entre policiais e bandidos.(07/11/2012-M23)

As matérias declaram um *combate* à violência, colocando de um lado os policiais e a sociedade civil como vítimas a serem defendidas e de outro os ‘criminosos’ – de acordo com a versão jornalística: os responsáveis pela guerra.

No dia 6 de outubro encontramos uma notícia que endossa a ideia de clima bélico no estado de São Paulo. Um delegado recomenda que se utilize uma lei da ditadura (no jornal só aparece o termo regime militar) para enquadrar os criminosos como terroristas. O título da notícia foca na negação ao uso de uma lei de exceção. Se pensarmos que a notícia é o que foge da norma, ao chamar pela negação podemos supor que o acontecimento foi a negação e não a proposição, portanto a proposição é o normal, estranho para o jornal é que a lei tenha sido negada.

- Secretário **desautoriza** uso de **lei do regime militar** contra facção. (06/11/2012-M22)
- O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, **desautorizou** ontem a Polícia Civil de utilizar uma lei do regime militar. (06/11/2012-M22)
- a assessoria do secretário informou que a ação foi **barrada**. (06/11/2012-M22)

O maior enfoque da matéria fica no motivo e explicação sobre porque a lei

deveria ser utilizada, tendo como fontes: defensores da lei, a polícia e o delegado. Ao comparar as penas que as lei determinam a Folha de São Paulo mostra o rigor maior da lei da ditadura.

- **lei do regime militar para enquadrar ataques** feitos por **organizações criminosas** como se fossem **ações terroristas**. [...] O objetivo do uso era **aproveitar** uma lei ainda em vigor para **tentar punir** com mais **rigor** ações que criam **pânico** e levar a mensagem de que eles não podem ser considerados **“crimes comuns”**. [...] Pela legislação normal, segundo a polícia, um suspeito de **atear fogo** ao ônibus deve responder no máximo por dano ao patrimônio [...] Se enquadrado na lei de 1983, como a Delegacia Geral queria, a ação seria considerada **“sabotagem”** [...] **ataque** a um ônibus não tem como alvo o proprietário da empresa, mas sim a **“sociedade, o Estado democrático de direito”**. (06/11/2012-M22)

Considerando o contexto de violência em SP e o estado de medo generalizado que esse cenário traz, a escolha do jornal por noticiar o não-uso de uma lei da ditadura apela para a comoção com a violência com o intuito de resgatar leis mais severas. Essa atitude é passível de questionamento, se pensarmos o jornalismo enquanto uma ferramenta para o exercício da democracia, pois o posicionamento adotado pelo jornal vai na contramão da construção de um ambiente democrático, estando mais próximo de um posicionamento pernicioso para a democracia. Além do mais, essa atitude endossa a visão de que São Paulo vive um estado de exceção em que as leis existentes não dão conta da violência que a cidade vive. Essas ideias que vão sendo dispostas ao longo das páginas do jornal podem parecer desassociadas, mas na continuidade das análises identificamos o quanto a produção de sentidos é feita aos poucos. O jornal vai criando o ambiente de guerra através de estratégias discursivas que, em conjunto, constituem esses sentidos aos fatos: se no dia anterior se falava em terrorismo, pânico e leis mais severas, no dia seguinte se fala em ônibus queimados, escolas fechadas e ‘boatos’ de toque de recolher, retratando um quadro de caos na cidade.

- Na capital paulista, **oito pessoas foram mortas** (entre elas o filho de ex-PM). Houve **ônibus queimados** e duas **escolas fechadas** após **boatos de toque de recolher**. (07/11/2012-M23)
- Vila Brasilândia tem **noite de terror**; três foram mortos em uma **chacina**. (07/11/2012-M27)
- O **terror** no bairro começou por volta das 20h. (07/11/2012-M27)
- **Bando rouba** ônibus, **atropela** três pessoas na calçada e **mata** mecânico [...] **Armados** com paus e pedras, um **bando** de 30 jovens **roubou**

um ônibus. (07/11/2012-M26)

- Dois filhos de um ex-policial militar foram baleados e um deles morreu durante um **atentado** na noite de anteontem. (07/11/2012-M25)

De acordo com as notícias, estamos diante de uma guerra contra a violência, mas faltam elementos para entender porque isso ocorre. Os posicionamentos dos policiais não são questionados e tampouco outras possibilidades de lidar com o problema são apresentadas. Pelo contrário, a própria declaração de guerra coloca o Outro como inimigo – e inimigos em guerra não costumam ter direitos –, o que serve de justificativa para medidas drásticas que venham a ser tomadas contra esse outro. A morte do Outro aqui entra como um detalhe do combate, quando o jornal noticia uma morte em confronto não se questionam os direitos a julgamento e a defesa e muito menos a atuação policial ao assassinar um suspeito ainda não julgado.

Assim, vai sendo construído um ambiente bélico, de medo e pânico, em que parte da população sente medo e se tranca em casa, outra parte, a polícia, apesar de ameaçada tenta defender os civis enquanto o jornal noticia os acontecimentos como se uma série de loucos violentos espalhasse o pânico ensandecidamente.

Nesse clima de guerra, a morte vem como justificativa. Esse Outro que é morto neste contexto, não tem sua morte investigada, questionada. Quase todos os dias alguma morte em confronto é registrada pelo jornal, o que dá a entender que a pena de morte se instaurou nas ruas. Especialmente porque quando as mortes são resultados de “confrontos” sempre há uma justificativa no discurso da imprensa, cujas fontes preferenciais são os policiais, absolutamente implicados nestas mortes: “suspeitos estavam em carro roubado, não pararam”.

- Outras oito pessoas **morreram** [...]. Segundo a polícia, três delas foram **baleadas** durante **troca de tiros** com **PMs**. (03/11/2012-M12)
- três homens morreram às 21h em um confronto com policiais. Os suspeitos estavam em um carro roubado e, conforme a PM, **não atenderam à ordem** de parar. (04/11/2012-M16)
- policiais da Rota **mataram** na marginal Pinheiros um homem. Segundo a corporação, ele **não obedeceu** a uma ordem de parada e disparou contra os PMs. (04/11/2012-M16)

Em uma notícia sobre a morte de uma criança em um tiroteio, a informação de que um suspeito foi morto é precedida pelos seus antecedentes:

- Quatro **tiros atingiram** o adolescente nas pernas e no rosto. O jovem tinha 16 anos, **era egresso da Fundação Casa e morreu** no hospital. (06/11/2012-M18)

Ou seja, nada a lamentar, já que os antecedentes o condenam a priori e justificam sua morte. Cabe ressaltar que a morte deste adolescente é um detalhe na matéria sobre a morte de uma garota que voltava com a família de um feriado no litoral. A morte da garota, sim, foi o fato gerador de lamento na notícia; a do adolescente, um adendo em justificativa.

Uma das notícias que selecionamos traz a informação sobre o ataque a um delegado, nessa notícia o foco está em que o delegado foi baleado e mesmo assim conseguiu atirar em um suspeito. A notícia inteira desenvolve a vitimização do delegado enquanto alvo de um ataque, a informação sobre ele ter baleado um suspeito vem de maneira acessória e não há um questionamento sobre a reação dele, pelo contrário, a construção da notícia reforça e heroíza o ato:

- Durante o resgate, o delegado contou que **conseguiu balear** um dos **suspeitos** do crime. (07/11/2012-M24)
- Mesmo ferido no ombro, o delegado conseguiu dirigir seu carro até um batalhão da PM. (07/11/2012-M24)
- Na zona leste, delegado é baleado. (07/11/2012-M24)

Com o destaque dado pela notícia para o “conseguiu balear” percebemos essa prática quase como uma obrigação daqueles que ‘combatem o crime’: o sentido atribuído ao “balear um suspeito” é quase um regojizo. Essa construção em cima da atitude do delegado reitera a ideia que defendemos de que o retrato dos acontecimentos em São Paulo como um ambiente de guerra serve para justificar esse tipo de prática sem colocar em questão os direitos dos que estão na outra ponta, esses discursos justificam a instituição da pena de morte nas ruas.

No dia 8 de novembro uma notícia escancara essa prática truculenta ao registrar a atuação policial em operações em favelas no estado:

- Em Campo Limpo ocorreu a **única morte até agora**; um **suspeito** de tráfico, em **troca de tiros** com PMs. (08/11/2012-M28)

A maneira como a frase é escrita dá a entender que mais mortes eram esperadas,

com isso fica subentendido que a policia entra na favela para matar. No dia seguinte o clima de guerra e de eliminação é mantido sem que haja nenhum questionamento sobre essa instituição da pena de morte nas ruas de São Paulo:

- outra **noite e madrugada violentas**, com **nove mortes** na Grande São Paulo, sendo cinco delas em **confrontos** com **guardas civis** ou **PMs**. (09/11/2012-M32)

O destaque para o registro que banaliza esse tipo de morte e esse tipo de prática policial mostra que o procedimento padrão de matar na troca de tiros aparece como extremamente banalizado, no mesmo dia encontramos mais uma notícia sobre o mesmo tipo de acontecimento:

- Um **tiroteio** entre um **assaltante** e **PMs** nos Jardins, região nobre de São Paulo, terminou com o **criminoso morto** ontem de **madrugada**. [...] o homem era perseguido por ter **roubado** um posto de gasolina.[...]o homem armado e usando capacete, entrou na loja de conveniência e levou **R\$ 230** do caixa. [...] nenhum **PM** ficou ferido. O ladrão foi levado ao Hospital das Clínicas, onde **morreu**. (09/11/2012-M34)

A pena de morte fica estabelecida na prática policial, a morte do “ladrão” entra como um detalhe e a notícia destaca que na troca de tiros nenhum PM ficou ferido. A história acaba com mais uma morte banalizada nas ruas da cidade. Não existem direitos, nem lei, a regra é a prática truculenta, ressaltando o ambiente de guerra no confronto com os inimigos.

4.2. Comércio de drogas como empreendimento (FD2)

Anteriormente fizemos referência ao pensamento de que todo discurso é uma escolha do que é dito e que esse dito sempre poderia ser diferente. A maneira que o jornal escolhe para fazer referência ao comércio de drogas deve ser pensada como muito distante de uma escolha casual. Dentre muitas combinações poderíamos pensar as drogas como um tema social, e discutir o papel do estado; como um problema policial, e defender ações de segurança; como uma questão de legalidade, e discutir legislações específicas para o tema. A Folha de São Paulo escolhe uma abordagem curiosa.

O comércio de drogas é apresentado pelo jornal como o retrato de um empreendimento, sentido que pode ser observado mais evidentemente em algumas notícias e, de forma mais sutil, em outras. No entanto, a discussão que se levanta a partir desse enquadramento não é a das legislações que vigoram e que determinam esse comércio, mas a da profissionalização do crime. Quando fala em droga, o jornal associa diretamente à criminalidade, não deixa margem para questionamentos sobre o que leva a esse comércio, mas coloca esse comércio como resultado da profissionalização do crime. Conjuntamente a esse enquadramento é feito um alarme sobre as possibilidades de expansão do crime organizado.

- Documentos apreendidos pela polícia com **criminosos** da **facção** PCC mostram que o grupo quer se **espalhar** para outros Estados **comprando pontos de venda e distribuição de drogas** em favelas. (02/11/2012-M10)

O tratamento do crime como organizado reforça a justificativa para as mortes em confrontos, já que o que se combate aqui não são cidadãos, mas inimigos (como vimos anteriormente) e mais que inimigos isolados: inimigos organizados em uma facção que impõe o caos para a cidade e assola cidadãos com sua violência. Ao pintar o quadro dessa maneira o jornal legitima a prática policial sem questioná-la. É noticiada a possibilidade de que o PCC se espalhe para outros estados, o grupo é retratado como uma ameaça para o país, deixando duplamente justificado para que seja combatido com força máxima.

Em geral as matérias colocam o PCC como objeto, no entanto – da mesma maneira que é feito com *criminosos* isolados – quando ocupa a posição de sujeito o “outro” é sempre associado a uma terminologia “estrategista”: planeja ter comando. O que dá o tom de que o grupo teria um plano para tomar o país. Todo tom da notícia dá a ideia de profissionalização do crime, utilizando uma terminologia de negócios, colocando os traficantes e o comércio de drogas como algo planejado e estruturado. E relacionando diretamente a ampliação do tráfico com um provável aumento nos índices de homicídios.

- O **objetivo**, conforme a documentação que está com o Ministério Público, é deixar de ser só **fornecedor do entorpecente** para fechar o **ciclo do comércio**, principalmente de maconha, cocaína e crack. (02/11/2012-M10)
- A **ideia dos criminosos** é **ampliar** sua **atuação**. Além de **atacadista** querem ser **varejistas**, **comprando pontos de venda e distribuição**. (02/11/2012-M10)

- Para o sociólogo Julio Jacob Waiselfiz, a atuação do PCC na **venda das drogas** para os usuários deve aumentar o índice de homicídios em várias regiões do país. (02/11/2012-M10)

Ao lado da notícia que trata da profissionalização do comércio de drogas esta uma análise do “tráfico varejista do PCC”.

- Modelo do **tráfico varejista** em SP é caracterizado pelo PCC. (02/11/2012-M10)
- O **comércio varejista de drogas** em São Paulo a partir dos anos 2000 é caracterizado pela expansão do **modus operandi** do PCC. O modelo de **gestão** é flexível. Os **empreendedores**(donos dos pontos de venda) **disputam** o **mercado** em um processo de **livre concorrência**. (02/11/2012-M10)
- O **tráfico** é um dos **empregos** mais acessíveis para jovens com pouca formação escola. (02/11/2012-M10)
- A consolidação da **lógica comercial** no tráfico e a diminuição da violência fatal entre traficantes apontam para o fato de que ações públicas puramente repressivas não são eficazes. (02/11/2012-M10)

A análise reforça a consolidação dessa lógica comercial, do tráfico enquanto um negócio, colocando dois pontos importantes: o de que “é uma possibilidade de emprego para jovens”, e de que “as ações repressivas são pouco eficazes”. A partir da análise poderia-se discutir a legalização das drogas, o problema social do tráfico e a ineficácia da repressão policial. Nenhum desses pontos é levantado pelo jornal, são soltos sem contextualização. O reforço do crime enquanto um negócio pode ser visto como uma tentativa de desvincular essa discussão de um problema social. O crime se torna uma questão de comercializar mercadorias ilegais, sem nada que remeta essa prática aos problemas sociais que assolam o país.

4.3. Dupla da morte: droga-favela (FD3)

Outro sentido recorrente que encontramos nas notícias foi a recorrência à dupla droga e favela como justificativa para assassinatos cometidos pela polícia, e até mesmo para assassinatos dos quais não se sabe a autoria. Nesses casos é como se a investigação do crime não fosse necessária já que a droga e a favela combinadas justificariam a morte pelo contexto. Além disso a justificativa para muitas ações policiais é a droga, a referência às drogas é abundante para justificar algumas prisões e invasões de

residências em bairros da periferia. Poderíamos recordar aqui a discussão acerca do proibicionismo como política de controle dos pobres, que coloca aquelas populações que encontram emprego no comércio de drogas como criminosas, na análise de Wacquant (2003) essa prática é oriunda da estratégia de dismantelar programas sociais e reforçar as penalidades.

Para embasar esse ponto de vista destacamos SDs em matérias que noticiam mortes destacando a ligação com as drogas:

- Seis homens e uma mulher foram **alvejados** na **periferia** da cidade, no interior paulista; polícia vê **ligação** com **drogas**. (01/11/2012-M1)
- A Polícia Civil informou que todos os **mortos** na chacina eram **usuários de drogas**. (01/11/2012-M1)
- Itamar Antonio Miranda, 52, e Demetrius Mota Frisão, 26, **aparentavam ser moradores de rua**. (01/11/2012-M1)

A contextualização dessas informações demonstra a utilização da relação com as drogas como justificativa para assassinatos. Quando a justificativa não está nas drogas em algum lugar da notícia é trazida uma informação que justifique o assassinato. Por essas matérias observamos que a pena de morte está de fato instituída nas ruas, as notícias apresentam elementos que servem para legitimar essa prática. Matar não é um problema desde que os alvos sejam as pessoas “certas”.

Outra notícia relata a morte de um “suspeito” em tiroteio com a polícia na ocupação de um bairro, e cabe ressaltar que nesta notícia o policial militar que mata é o mesmo que serve de fonte para o jornal e fornece a versão oficial. Nenhuma outra fonte, principalmente do bairro invadido, foi escutada. Neste episódio, nove pessoas foram presas, parte das prisões ocorreu em uma refinaria de drogas.

- Até a noite, um **suspeito** foi **morto** – ele **estaria em um ponto de venda de drogas** e trocou tiros com a PM – e outras nove foram presas. (02/11/2012-M9)
- parte das **prisões** ocorreu em uma **refinaria de drogas** na divisa com Embu das Artes (Grande São Paulo). (02/11/2012-M9)
- O objetivo da **operação** no **Campo Limpo** e no **Capão Redondo** é **desarticular**, principalmente, a **venda de drogas**. (02/11/2012-M9)

Em diferentes notícias favelas são invadidas em ações policiais que têm por objetivo prender suspeitos de matar policiais. Nessas notícias o combate à violência e às drogas justifica mortes, prisões e invasões. Nessas ações a fonte das matérias é a própria

polícia e suas versões não são questionadas. Em outra notícia é feito um levantamento do que aconteceu com aqueles que são suspeitos do assassinato de policiais:

- Até o fim de outubro, **169 suspeitos** de envolvimento nas mortes de PMs tinham sido identificados. Desses, **129 foram presos, 20 morreram** em confrontos com a polícia e outros **20 estão foragidos**. (03/11/2012-M11)

Não se questiona a polícia por essas mortes, elas entram como se fossem naturalmente parte de um balanço do “combate ao crime”, simplesmente. A morte já está normalizada. Na mesma notícia é dado destaque para a prisão de um suposto “chefe da facção PCC”, associado à favela Paraisópolis.

- Entre os detidos está Antônio Cesário da Silva, o Piauí. Ele é considerado o **chefe da facção PCC** na favela Paraisópolis. (03/11/2012-M11)

Outra morte cometida pela polícia vem acompanhada da justificativa de ter “antecedentes por tráfico e formação de quadrilha”.

- A **PM informou** que ele era procurado pela Justiça e **tinha antecedentes por tráfico** e formação de quadrilha. (04/11/2012-M16)

As drogas são repetidamente utilizadas como uma das justificativas para que pessoas sejam mortas sem que isso seja visto de uma maneira negativa. O envolvimento com o tráfico sustenta o lado fatal da pena de morte improvisada e ilegal.

4.4. Criminalidade e miséria (FD4)

A violência também é distribuída espacialmente. Nas páginas dos jornais notamos o quanto a criminalidade é relacionada às regiões pobres. Conforme coloca Wacquant (2003) a estratégia de punir os pobres é uma gestão de Estado. No jornal essa forma de gestão fica evidente. Além da constante referência às áreas pobres como centros de criminalidade essa leitura ganha o reforço das políticas públicas que colocam como central no combate à violência as ações nessas regiões, colocando a ocupação de favelas e bairros pobres como condição para combater o crime organizado. Essas ações

significam uma presença ostensiva de policiais em favelas, o que nos remete à política de controle citada no capítulo anterior.

Grande parte das ações da polícia são realizadas em favelas paulistas, e muitas mortes também aparecem vinculadas a regiões da periferia. Associações que estigmatizam determinadas regiões ao serem colocadas nos jornais sem contexto. Poucas notícias têm como fontes entrevistadas os moradores das regiões periféricas, bem como são poucas as informações sobre os bairros de camadas populares que não sejam circunscritas à violência, diferentemente dos bairros centrais em que outras notícias aparecem e tais bairros – e seus moradores – podem até mesmo ser enaltecidos. Na periferia, só a morte é notícia, o que estigmatiza o local como sendo violento.

- **Sete são mortos em chacina em São Carlos.** (01/11/2012-M1)
- O **crime** ocorreu por volta das 2h próximo ao conjunto habitacional na **Vila Izabel.** (01/11/2012-M1)
- A **casa do chefe do tráfico**, um imóvel onde funcionava uma **refinaria de cocaína** e um **ponto de venda de drogas**: os três locais, na **favela São Remo** (Butantã, zona oeste), eram interligados por um túnel de 15 metros de extensão que chega perto dos limites da Cidade Universitária. O lugar foi descoberto ontem, sem querer, por policiais que cumpriam sete mandados de prisão. (01/11/2012-M4)
- A **região** concentra **22 das 43 mortes** registradas na capital desde o início da onda de **violência** há uma semana. (São Mateus). (01/11/2012-M1)
- Papéis apreendidos na **favela Paraisópolis** (zona sul de São Paulo) em **poder de criminosos** indicam que a **facção criminosa** PCC mantém um serviço de inteligência. (01/11/2012-M6)
- Na **Vila Carrão**, um **homem** foi **assassinado** na rua Madureira Calheiros, no final da noite de anteontem, por um **criminoso** em uma motocicleta. [...] Na **Vila Amélia** (zona norte) um **homem foi morto.** (08/11/2012-M30)
- Com **medo de crimes**, Igreja cancela missas na **periferia.** (11/11/2012-M42)
- Com **medo**, morador se ‘enclausura’ na **periferia.** (11/11/2012-M43)

A ocupação de favelas e bairros pobres é vista como a solução para combater o crime organizado já que, segundo as notícias, estes locais seriam os “antros” da criminalidade.

- União deverá **propor a ocupação de áreas críticas como a favela Paraisópolis** e oferecer **vagas em presídios.** (02/11/2012-M27)
- Entre as **ações** que serão tratadas está a **ocupação de áreas críticas como a favela Paraisópolis pelo Exército e Força Nacional de Segurança.** (02/11/2012-M27)
- **PM estende ação a Campo Limpo e Capão.** (02/11/2012-M9)

- **O governo paulista estendeu ontem a presença ostensiva da Polícia Militar, chamada Operação Saturação, para outras duas regiões, Campo Limpo e Capão Redondo, ambas na zona sul paulistana.** (02/11/2012-M9)
- **Capão Redondo e Campo Limpo estão entre os bairros com mais homicídios dolosos (intencionais) na cidade neste ano – 74 de um total de 919.** (02/11/2012-M9)
- **Anteontem, a PM fez operação na favela São Remo (zona oeste).** (02/11/2012-M9)
- **Dois PMs de folga são assassinados na favela Heliópolis.** (02/11/2012-M9)
- **A primeira reação ostensiva do governo à escalada da violência desde setembro – com aumento dos assassinatos, inclusive de PMs – foi a ocupação por 600 policiais militares de Paraisópolis.** (02/11/2012-M8)

A ocupação de favelas vem acompanhada de um linguajar logístico desenvolvimentista, dando o tom de aliança entre aqueles que buscam combater um inimigo em comum. Nessas notícias, uma das maneiras de lidar com aquele que está fora-da-lei, e, portanto com os temas que concernem esse outro é colocar a questão da segurança pública – e não social – principalmente com o reforço do policiamento de áreas pobres.

A ocupação de áreas críticas aparece como uma justificativa para a presença ostensiva de policiais em favelas e, além disso, a referência às vagas em presídios demonstram o quanto a punição (ou seja, a prisão, num sistema prisional extremamente questionado) é vista como solução máxima. Ocupar e punir são os principais sentidos produzidos nas matérias, que acabam servindo como parte das justificativas para o combate à violência que, segundo o jornal, é promovida exclusivamente pelo PCC. Enquanto a violência segue sendo unilateralizada as mortes de civis seguem sem explicações.

Ao lado da notícia citada anteriormente duas colunas de opinião se dividem sobre a ocupação, ambas tratam o problema como uma questão de segurança pública e não social. A matéria insiste sobre a necessidade de ocupar ostensivamente as áreas críticas relacionando criminalidade e miséria. As opiniões criam uma polarização em torno de questões que não são opostas, já que partem da mesma visão de violência enquanto questão de policiamento e não problema social.

- **Para jurista, UPP é melhor que ocupação da PM.** (02/11/2012-M8)
- **É preciso fazer a pacificação, a retomada do controle dos territórios.**(02/11/2012-M8)
- **Deixar a PM é fazer uma UPP capenga, militarizada. Essa política de enfrentamento vem colhendo maus resultados.** (02/11/2012-M8)

- Para Rui César Melo, [...], a **proposta do governo federal de levar UPPs para favelas paulistas, como Paraisópolis, é um "absurdo".** (02/11/2012-M8)
- **A polícia já está lá. Quem ela tinha que prender já está preso.** (02/11/2012-M8)

Além do recorrente apelo às ocupações o jornal traz notícias que demonstram a potencialidade das ocupações das regiões pobres como diretamente associadas com a redução dos crimes. Como notamos nas seguintes SDs:

- **Tráfico voltou a Paraisópolis após polícia sair da favela.** (04/11/2012-M14)
- Em 2009, a **Polícia Militar realizou uma operação em Paraisópolis** [...]. Nesses três anos que separam as duas operações da PM, porém, o **tráfico de drogas recrudesciu** na favela da zona sul, onde moram cerca de 80 mil pessoas. (04/11/2012-M14)
- **objetivo era matar a estrutura criminal** da região. (04/11/2012-M14)

Em outras SDs encontramos referências a regiões pobres com terminologias que remetem a uma política higienista, como se São Paulo sofresse de uma doença a ser eliminada, e não tratada.

- O **foco da violência** foi na **Vila Brasilândia**. (07/11/2012-M27)
- A **violência** na zona norte levou o Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais) a fazer uma **operação especial** ontem à noite na região da **Vila Brasilândia**. Segundo o Deic, o **objetivo foi “manter a ordem pública na área”**. (07/11/2012-M27)

A ação nas favelas é retratada com uma linguagem estrategista:

- **PM amplia operação** para mais 3 favelas – Pela primeira vez **ocupação ostensiva de áreas críticas avança** para fora da capital, com **ação** em Guarulhos. (08/11/2012-M28)
- **ocupação ostensiva** por policiais militares de **áreas com forte presença do crime organizado** que já havia sido **implementada** em Paraisópolis(zona sul). (08/11/2012-M28)
- O **objetivo** das **novas ocupações** é **prender ao menos 20 foragidos** da Justiça, **asfixiar o tráfico** de drogas e **evitar que boatos de toques de recolher** se propaguem. (08/11/2012-M28)
- A **PM bloqueou pontos no acesso à favela, revistando** todos os veículos. Um dos principais **objetivos**, segundo o comandante da operação, capitão Jackson Dorta, era manter os **comércios abertos**. (08/11/2012-M28)

Para embasar a necessidade da ocupação de uma das favelas o jornal a apresenta esta região como um local “crítico” – adjetivo que é justificado por um episódio que a notícia rememora. No entanto, a mesma notícia traz a informação de que devido a ocupação da polícia militar o local agora está “em relativa tranquilidade”.

- **A favela São Rafael**, que há alguns anos era considerada **uma das mais críticas** de Guarulhos, **hoje vive em relativa tranquilidade, segundo a polícia e os moradores.** (08/11/2012-M28)
- A comunidade ficou **conhecida nacionalmente** em 2001, quando um **helicóptero da Polícia Civil caiu** na região após se chocar com fios de alta tensão **durante uma troca de tiros com ladrões.** (08/11/2012-M28)

Para sustentar a opinião sobre a “tranquilidade” são citadas fontes policiais e alguns moradores.

- Ontem, pegos de surpresa pela movimentação policial, **moradores se dividiram entre o alívio pela presença da PM e por certa insegurança.** (08/11/2012-M28)

Parece que as notícias lembraram da existência de pessoas nos lugares em que a polícia “ocupa”. No entanto, as citações são superficiais e ilustrativas, pois a notícia coloca uma ou duas frases e retrata isso como se fosse a opinião geral dos moradores sobre o acontecimento. Nas matérias analisadas essa opinião não costuma contrariar a notícia ou o posicionamento editorial da Folha, que quase sempre se manifesta em defesa dos PMs.

4.5. Difusão do medo, cenas do caos (FD5)

Na construção jornalística do cenário paulista sobre a onda de violência, o caos é um dos elementos repetidamente retratado pelo jornal. Destacamos excertos de matérias, que retratam cenas de guerra e que registram o medo e o enclausuramento da população. Caldeira (2000) destaca que os discursos sobre o medo alimentam a disseminação de preconceitos e estigmatizações sobre populações pobres, além de legitimar práticas violentas no tratamento dessas questões.

- **Medo e boatos se espalham e mudam rotina** de bairros em SP.

(01/11/2012-M1)

- O secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, afirmou ontem que **não há toque de recolher decretado por criminosos.** (01/11/2012-M1)

A notícia – cujo fragmento está selecionado acima – relata suposto toque de recolher como boato, e no corpo da matéria notamos que essa é a versão da polícia, o que denota que o discurso noticioso assume um posicionamento de alinhamento ao discurso policial ao incorporar essa linguagem.

Em um caderno especial do jornal uma sessão traz a rotina das mortes fotografadas, ressaltando o clima de medo dos jornalistas e fotógrafos e justificando a tensão vivida pelos policiais.

- **Colete a prova de balas** passou a ser **acessório indispensável para o trabalho nas ruas.** (Folha 10)
- **A polícia vive uma tensão muito grande. A cidade virou um barril de pólvora prestes a explodir.** (Folha 10)

O retrato do “caos” segue aparecendo. Fala-se em “terror” em um bairro da cidade – e lembramos daquela notícia sobre a lei da ditadura. É noticiado um corte de energia cuja autoria varia de “por criminosos” para “supostamente por criminosos”.

- Zona norte tem **mortes, aula suspensa e ônibus queimado.** (07/11/2012-M27)
- **Oito mortos, uma chacina, ônibus incendiados, outro sequestrado por adolescentes e aulas suspensas** em a menos duas escolas após **cortes de energia por criminosos e boatos de toque de recolher** marcaram a noite anteontem e a madrugada de ontem na zona norte paulistana. (07/11/2012-M27)
- **Onda de violência** na zona norte começou quando **criminosos incendiaram coletivo** por volta das 20h de anteontem. (07/11/2012-M27)
- Houve ainda **corte de energia elétrica, supostamente, por criminosos.** (07/11/2012-M27)
- Um dia depois de o bairro viver uma **noite de violência** [...] moradores da Vila Brasilândia (zona norte) ainda **temiam violência** ontem de manhã. [...] **“Tenho medo de morrer e de perder minha mercadoria”**, disse uma comerciante. (08/11/2012-M31)

Além do “caos”, muitas notícias falam em medo:

- disse que a **insegurança se instalou** na região, que **sofre com toques**

de recolher e o **clima de ameaça**. (08/11/2012-M31)

- Ele disse à reportagem que o **medo está generalizado**. “Já cancelei duas reuniões, porque as pessoas estão com **medo de vir para cá**”, disse. (08/11/2012-M31)

- Quem costumava ficar até tarde na rua **agora se recolhe cedo**. **Escolas fecham** e os **pais ficam com medo** de liberar os filhos para as aulas à noite. (11/11/2012-M43)

Caberia uma colocação a respeito dessa FD: a maior parte dos crimes no estado, durante esse período, aconteceram durante à noite. No entanto, ao identificarmos chamadas de capa que alertavam para “noites de violência”, observamos que na especificação dos horários apareciam registros de crimes cometidos em horários como: 17h, 9h. A associação entre violência e noite endossa o coro do medo, produz uma sensação de que a cidade está assombrada pelo fantasma da violência, uma vez que a noite aparece associada ao sombrio, ao escuro, ao perigo, ao medo. Essa associação entra aqui com um reforço ao discurso do medo.

4.6. A invenção de um martírio: policiais heróis e vítimas (FD6)

De todas as produções de sentido identificadas nestas análises, aquela que foi mais utilizada para reforçar o combate ao crime e para legitimar a prática policial foi a referência à vitimização dos policiais. A polícia foi retratada como a grande vítima do período, como se não tivesse parte na onda de violência – a não ser em defesa própria. Podemos identificar essa vitimização em muitas SDs, mas destacamos apenas algumas. As matérias constroem um cenário em que o policial é vitimizado pela “loucura assassina” dos bandidos, sem questionamento sobre as razões que levariam a essas atitudes. Em uma notícia ganha destaque a informação sobre policiais marcados para morrer:

- Papéis apreendidos na favela Paraisópolis (zona sul de São Paulo) em **poder de criminosos** indicam que a **facção criminosa** PCC mantém um serviço de inteligência para **monitorar policiais** para eventuais **ataques**. (01/01/2012-M6)

- Conforme a Polícia Militar, **na favela** foi localizada uma **lista com detalhes da rotina** de cerca de 40 pessoas – a polícia investiga se todos são **policiais marcados para morrer**. (01/01/2012-M6)

- Somente neste ano 88 **PMs** foram **mortos**, entre homens da ativa e aposentados, e quase todos (85) foram no horário de folga. A maioria tem características de **atentado**. (01/01/2012-M6)

- Dois **policiais militares** foram **assassinados** a tiros às 23h30 de anteontem na favela Heliópolis(zona sul de São Paulo). Neste ano, já foram **mortos 90 PMs** no Estado. (03/11/2012-M12)

Baseando-se nessas notícias a onda de violência em SP aparece como um ataque unilateral de criminosos (maus) contra policiais (bons). Essa vitimização é reiterada em todas as notícias que buscam justificar ações de combate ao crime, e diariamente o jornal repete o número de policiais “mortos até o momento”. No entanto, além da repetição, os ataques aos policiais são retratados como “atentados”, o que dialoga com a análise feita anteriormente sobre a tendência de reforçar o caos, requisitando leis mais severas que dêem conta dos “terrorismos” e “atentados” praticados pelos fora-da-lei.

De acordo com a maior parte das notícias publicadas relativas a atuação da polícia, a corporação aparece como se fosse exemplar e vitimizada. Na onda de violência acontecem muitas mortes, mas as que recebem destaque – e causam estranhamento e preocupação – são as mortes de policiais.

- **A onda de violência tem assustado até policiais.** Alguns **PMs** também **mudaram suas rotinas após o assassinato de 92 colegas** neste ano. "Deixei até de ir ao barzinho na esquina de casa, que frequento há mais de 20 anos", afirmou um cabo, morador de Osasco. (11/11/2012-M43)

Essa reiterada vitimização dos policiais é utilizada como justificativa para muitas das práticas truculentas, para ações de governos e outras políticas de segurança. As ações tomadas pelo Estado aparecem como justiça aos PMs mortos ou “marcados para morrer”. Em uma coluna em um caderno especial do jornal é feita uma análise sobre a situação de São Paulo.

- Segundo ela, a **função desempenhada pelos policiais** está relacionada ao **alto número de mortes**, mas em São Paulo há uma **ação orquestrada de grupos criminosos**, que leva ao **confronto direto com a Polícia Militar**.[...] Para a pesquisadora da USP, a maioria dos policiais é morta durante a folga porque está mais vulnerável e a identificação dos atiradores é difícil. Guaracy Minguardi, ex-subsecretário nacional de Segurança Pública, diz que os **dados revelam uma "caça" a policiais**. (Folha 10)

A notícia traz um apelo à comoção com os policiais mortos para justificar transferências para presídios federais. A onda de violência segue aparecendo de maneira unilateral.

- O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, à União que **assassinos de policiais** sejam enviados para um dos quatro **presídios federais** do país. **Ontem, outro PM foi assassinado**, levando a 91 o **total de mortos** no Estado. (03/11/2012-M11)
- Em mais um **dia violento, policial e outros 8 morrem**. (03/11/2012-M12)
- O **cabo da Polícia Militar** Marcos Volnei Zacarias Pilati, 42, **foi morto a tiros** ontem em São Bernardo do Campo(Grande São Paulo), elevando para 91 o **número de PMs assassinados** no Estado. **Outras oito pessoas morreram na região** metropolitana de São Paulo entre a noite de anteontem e a tarde de ontem. Segundo a polícia, **três delas foram baleadas durante trocas de tiros com PMs**. (03/11/2012-M12)
- Foi lá que a polícia apreendeu uma **lista com nomes de PMs que seriam alvo da facção criminosa PCC**. Até sexta-feira, **91 policiais haviam sido mortos** no Estado, numa **onda de violência** que levou o governo federal a oferecer ajuda ao Estado de São Paulo. (04/11/2012-M14)

Quando acontece uma nova morte as notícias rememoram o somatório de policiais mortos até o momento, o mesmo não acontece com as rotineiras mortes de civis. Além disso, como pode ser observado na SD destacada acima, em uma mesma notícia é dada a informação sobre 8 mortes de civis, em contraste com a humanização do número no que se refere ao policial militar, que tem o nome citado, uma descrição da sua rotina e detalhes sobre a investigação da policia. O PM morto a tiros se soma aos “assassinatos”. Essa humanização do número no que se refere aos policiais é repetida sempre que ocorre um novo caso:

- **Policial militar é assassinada** na frente da filha de 11 anos. (05/11/2012-M17)
- A **policial militar** Marta Umbelina da Silva, 44, **foi morta** na frente da filha de 11 anos com **ao menos dez tiros nas costas**. [...] Com isso, a **onda de violência já soma 92 PMs mortos** no Estado desde o início do ano. (05/11/2012-M17)

A insistência na palavra assassinato em manchetes de policiais mortos chama atenção pela oposição com as mortes de civis que costumam aparecer como “tendo sido mortos” e na de suspeitos que às vezes “são baleados e morrem” como mostramos em outras análises. Em uma escalonada de vítimas, já que morrer não vitimiza, a notícia gera comoção, coloca no título que a policial foi morta em frente à filha criança. Mesmo morto, o PM é pró-ativo: *é* assassinada, em vez de *foi* assassinada. Além da dramatização em cima da morte é dito que foram tiros nas costas, e esse grau de

detalhamento não aparece quando suspeitos são mortos, o que nos leva a pensar que um dos motivos talvez seja o fato de que as fontes das notícias são aqueles mesmos que o mataram. A morte da policial é caracterizada como atentado. É narrada toda a cronologia até a morte, dramatizando a ocorrência.

Uma das notícias mais significativas da construção feita em cima da vitimização enquanto justificativa para práticas policiais fica clara na análise de uma notícia do dia 6 de novembro. Está notícia é sobre uma criança morta pela bala perdida de um bombeiro que tentava impedir um roubo, e todos os elementos da notícia reforçam o “acaso” do acidente, inclusive a presença da justificativa para o ocorrido ainda na linha de apoio da matéria:

- Advogado de bombeiro **atribui morte ao clima de insegurança** no Estado **após a morte de 92 policiais militares**. (06/11/2012/M18)

Um questionamento que fica é: que notícia seria publicada caso a bala perdida viesse de outra arma? Outra associação que merece ser destacada nesta mesma notícia é sobre a característica dos “alvos” do bombeiro:

- Eram 20h30 de anteontem, quando **dois jovens em uma motocicleta se aproveitaram** do congestionamento na avenida das Juntas Provisórias, no Ipiranga, e **anunciaram o roubo** a um carro. (06/11/2012-M18)

Os ladrões eram dois jovens em uma moto, o que deixa o caminho aberto para a associação com outras mortes que vem ocorrendo. A vitimização pró-ativa do bombeiro pode ser observada nos verbos que são associados a sua ação:

- O **bombeiro** Eder Nascimento Santos,38, estava preso no congestionamento em seu Mitsubishi Pajero e **percebeu o assalto**. Ele **desceu do veículo**, onde estavam sua mulher e dois filhos, e **anunciou a prisão dos ladrões**. (06/11/2012-M18)
- **Como em São Paulo todo bombeiro é policial militar**, Santos estava armado e **atirou de volta**. Ele **disparou ao menos sete vezes** com sua pistola particular.[...]Outro disparo acertou a garota Amanda Ferrão Martinho,10, que estava no banco de trás de um Gol que era guiado pelo pai dela, um gerente de banco de 46 anos. (06/11/2012-M18)

Na mesma notícia o jornal esclarece: “em SP todo bombeiro é PM”. Dados os

esclarecimentos a notícia continua. Reforçando a ideia de que a violência é utilizada como subsídio para resguardar práticas policiais, na mesma matéria a partir de cerca da metade da notícia em diante o que vem é a justificativa para a ação do bombeiro, conforme o subtítulo já sugere: “clima de insegurança”. A notícia coloca a ação do bombeiro como um resultado da insegurança no estado e, em seguida, são rememorados os policiais mortos até o momento. O bombeiro foi colocado como uma vítima que agiu por instinto de defesa. Na sequência dessa notícia vem duas entrevistas de opinião sobre a atuação do bombeiro, em que são entrevistados um comandante da polícia e uma pesquisadora.

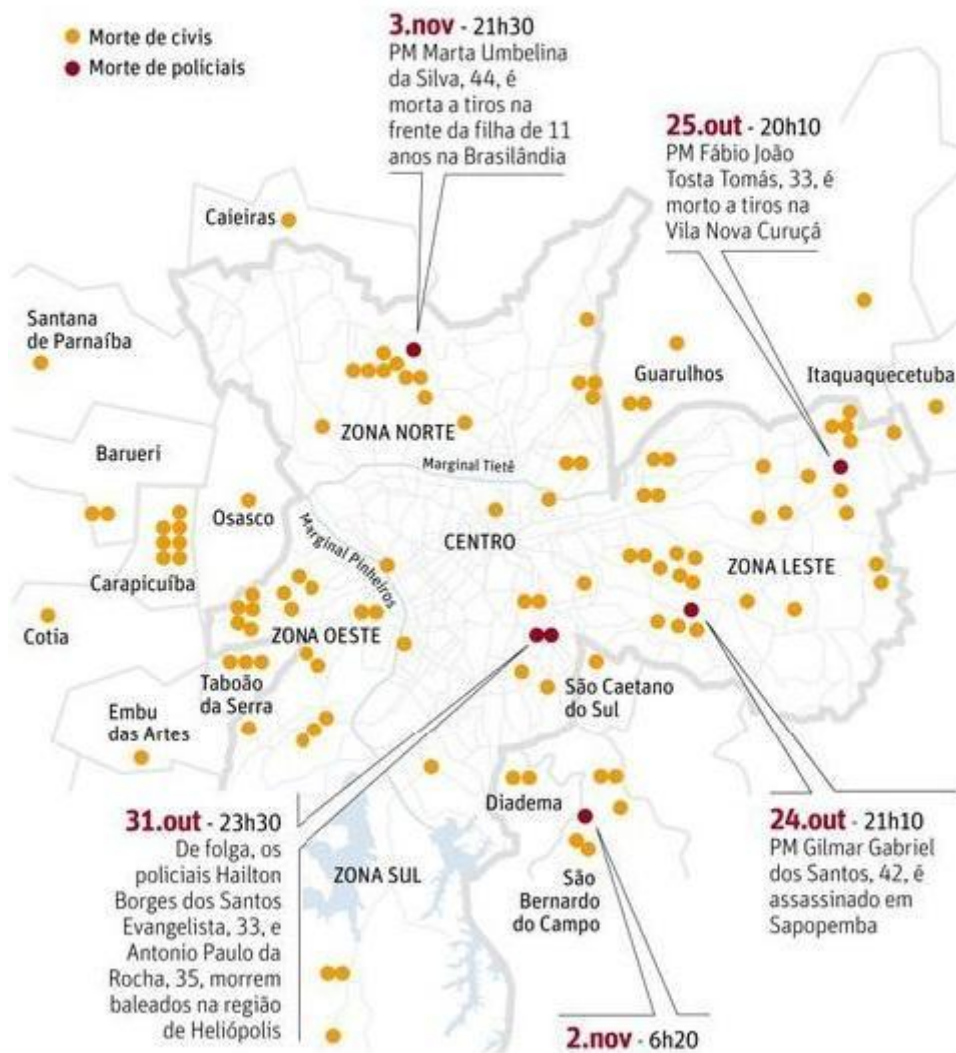
- 'O **instinto do policial é agir**', diz comandante. (06/11/2012-M19)
- O **policial** é sempre bem treinado e, quando é necessário, ele **vai reagir**. Toda vez que ele se defronta com uma **ação criminosa** o **instinto** dele é **agir**. (06/11/2012-M19)
- Para pesquisadora, **contexto leva a atos impulsivos**. (06/11/2012-M19)
- As **recentes mortes de PMs** criam uma situação em que é **natural** que os **policiais ajam** movidos pelo **medo**. (06/11/2012-M19)

As opiniões consistem em uma falsa divergência. O comandante afirma que o instinto de um policial é “reagir” e seus argumentos tendem à uma análise supostamente técnica da atuação do bombeiro. Na mesma linha de sentidos, a pesquisadora justifica a atuação do bombeiro pelas características emocionais que a situação do Estado implica. Ambas as falas legitimam a atitude do bombeiro.

Cabe destacar aqui um infográfico publicado sobre um “mapa da violência” que registra as mortes desde o dia 24 de outubro mostrando cerca de 105 mortes de civis contra seis mortes de policiais, número significativo para que o jornal repensasse a abordagem que faz. No entanto, os seis policiais mortos estão destacados por balões dentro do infográfico que os personalizam e recordam suas mortes:

MAPA DA VIOLÊNCIA

Onde foram algumas mortes registradas desde o dia 24 na capital e na Grande SP*



No mesmo dia dessa publicação oito pessoas são mortas e quem ganha destaque é o filho de um ex-pm.

- **Oito mortos**, uma chacina. (07/11/2012-M27)
- **Criminoso mata filho de ex-PM** da Rota no Imirim. (07/11/2012-M25)
- Dois **filhos de um ex-policia**l militar foram baleados e um deles morreu durante um **atentado** na noite de anteontem [...] Os dois foram os **primeiros parentes de policiais mortos** dessa forma neste ano. **Até então, só policiais tinham sido assassinados.** [...] A **polícia investiga** se o **atentado** contra os rapazes foi uma vingança contra o pai. (07/11/2012-M25)

O acontecimento é classificado repetidamente como um atentado, no entanto a

investigação ainda não foi feita. Portanto, o uso de “atentado” parece reforçar o coro de que se trata de ações terroristas. Mesmo antes da investigação se fala da suspeita como se fosse fato: “primeiros parentes de policiais mortos”, “só policiais tinham sido assassinados”. De novo mortes policiais com o termo assassinato, mais forte.

- Estado dobra **indenização a familiares de policial morto**. (09/11/2012-M32)
- Medida ocorre após o **assassinato de 92 PMs** no ano. (09/11/2012-M32)
- **Policial de folga reage a ataque e mata** homem. (09/11/2012-M33)
- Segundo a Polícia Militar, o **soldado foi agredido** por uma mulher com uma garrafa nos arredores da estrada do Sabão. O **policial reagiu e atirou** nela. [...] Um homem que estava com a mulher tentou sacar uma arma e também foi atingido. **O suspeito, não identificado, chegou a ser socorrido, mas não resistiu**. (09/11/2012-M32)

Medidas são tomadas no sentido de proteger a polícia dos bandidos, vitimizando-os como se não tivessem nenhuma participação a ser questionada. Outra notícia repete a palavra “reação” para um assassinato cometido por um policial, como que para ressaltar que a violência não partiu dele. Uma história cheia de falhas, colocada no contexto do drama dos PMs, sem uma maior apuração, apenas com a versão dos próprios policiais, para variar incontestáveis.

Em outra notícia encontramos o desenrolar sobre a morte do filho de ex-PM da Rota:

- **Suspeitos de matar** filho de ex-PM da Rota **são presos**. (09/11/2012-M35)
- Para o delegado Cosmo Stikovics Filho, o **crime não parece ter sido ação do crime organizado**. Há suspeita de que pode ter havido discussão de trânsito. (09/11/2012-M35)

Curioso pensar porque motivo algumas mortes são investigadas e punidas e outras não. Seria interessante ver o levantamento sobre quantas mortes de civis foram investigadas nessa onda de violência. A notícia ressalta “a versão do delegado é de que tenha sido uma discussão de trânsito”, o que coloca o jornal em uma posição complicada por destacar o acontecimento anteriormente como sendo o primeiro atentado contra parentes de policiais, antes mesmo da confirmação de que tivesse sido um atentado.

Em uma matéria duas narrativas super dramatizam mortes da onda de violência. Uma sensacionalização que gera comoção com a violência, o jornal coloca um menino e uma policial como vítimas da onda de violência:

- **Vítimas da violência** – Um **garoto** e uma **policial militar, ambos assassinados** na Brasilândia, zona norte de São Paulo, estão entre os **alvos da onda de crimes que assola a capital paulista** desde o dia 24 de outubro [...] Willian, 13, sonhava em abrir uma oficina [...] PM, Marta vendia lingerie para elevar renda. (11/11/2012)

No fundo desse suposto equilíbrio o que fica declarado é que para o jornal a violência só vem de um lado, e portanto denota uma unilateralidade no tratamento dessa onda de violência. Colocando os policiais diretamente como vítimas da violência e não atores dela. Ainda nesse contexto, uma das matérias destaca as demissões acontecidas no ano:

- **Pedido de demissão na PM é o maior em 12 anos** – Até outubro, 440 policiais deixaram a corporação; **violência é principal razão.** (11/11/2012-M44)
- Foi exatamente por conta desses **ataques** que Gabriel, nome fictício, decidiu deixar a corporação. Disse que se **cansou de ser alvo de ladrões.** "Você põe a '**cara**' na **mira** do bandido e é **chamado de violento.** É hostilizado por quem você quer defender e o salário é uma piada", disse. (11/11/2012-M44)

No corpo do texto a notícia traz desabafos de policiais, o que faz com que a matéria se apresente quase como um espaço cedido para desabafos. O motivo do abandono do cargo é a violência, ou seja, a violência é o que vitimiza os policiais, logo, não são eles que a praticam já que também a sofrem. Novamente a unilateralidade da violência. Na mesma página o jornal transforma o que as fontes falam em infográfico, portanto informação jornalística.

Ainda no que diz respeito a maneira de se referir a policiais, o jornal, além de vitimizá-los, os coloca como os heróis. As matérias constroem um maquiavelismo do bem contra o mal. Os tempos verbais costumam estar com os policiais que “investigam, afirmam, informam”, e que se opõem ao inimigo oculto, um outro que quase sempre tem o sujeito oculto ou é caracterizado como criminoso/suspeito, o que conforme veremos em outra FD são palavras alteradas sem muito rigor nas notícias. Em geral os policiais aparecem como sujeitos, são quase exclusivamente as únicas fontes e são

retratados de maneira pró-ativa. Os policiais são os atores que restabelecem a ordem, varrendo traficantes, e fazendo justiça aos colegas mortos.

- PM **acha** túnel usado para levar droga à USP. [...] policiais militares que **cumpriam** sete mandados de prisão [...] Policiais **apreenderam** 75 tijolos e 403 trouxinhas de maconha. (01/11/2012-M4)
- "... ele voltava com a droga que ela quisesse", **afirmou** o coronel César Augusto Morelli, comandante do Policiamento de Choque de São Paulo. (01/11/2012-M4)
- Os PMs **tinham prendido** 47 pessoas e **apreendido** 16 armas de fogo e quase 400 kg de drogas. (01/11/2012-M4)

O policial aparece associado a verbos, a palavras ativas, concretas que se referem a policiais ativos que combatem o crime, combatendo o tráfico nas favelas. Aqueles que são bons em oposição ao outro: suspeito, criminoso, traficante, mau. Em uma notícia sobre um delegado baleado, a cartola é “ataque”.

- Na zona leste, **delegado é baleado**. (07/11/2012-M24)
- **Mesmo ferido** no ombro, o **delegado conseguiu** dirigir seu carro até um batalhão da PM. (07/11/2012-M24)

A notícia destaca a vitimização e o heroísmo do delegado, o que pode ser observado na frase que destaca que: “mesmo ferido no ombro, o delegado conseguiu dirigir”.

O retrato feito pelo jornal tende à valorização da corporação policial, mesmo nos casos em que a atuação policial é denunciada como abusiva as matérias colocam a informação de maneira suavizada, mesmo quando vazam “casos” de truculência a maneira com que o jornal os retrata é quase como se essa fosse uma informação acessória, como observamos na seguinte notícia:

- Dois policiais militares foram assassinados a tiros. [...] A **Polícia Civil investiga** qual a razão de eles estarem na favela tarde da noite. Em princípio, conforme a Folha apurou, há duas **hipóteses**: terem ido fazer algum **acerto com traficantes** ou para **matar alguém**. [...] A reportagem questionou a PM sobre o motivo de os policiais terem ido à favela, mas a **corporação não respondeu**. (02/11/2012)

A possibilidade de policiais terem ido matar alguém na periferia não é

destacada, o destaque da notícia é para as mortes, a informação sobre a investigação vem como uma nota final na matéria. Em outro “caso” de violência, a notícia destaca um assassinato cometido pela polícia por engano e entra como complemento de uma matéria que fala sobre o medo na periferia, indiretamente associando o medo na periferia com a morte por engano, associação já feita pelo jornal em outras situações para justificar assassinatos cometidos pela polícia:

- **A Polícia Civil investiga** se um **PM** de folga **matou por engano dois homens** na região de São Mateus, na zona leste, na noite de sexta. (11/11/2012-M42)

O simples fato de o jornal não construir uma notícia exclusivamente sobre esse acontecimento já denota a pouca importância que essa questão tem, parece que há um interesse em não dar visibilidade para essas atuações. Em outra notícia similar um vídeo amador registra um policial atirando em um homem preso e dominado. O escândalo estoura e o jornal faz uma matéria sobre o acontecimento, no entanto a justificativa já vem no próprio corpo do texto, colocando o acontecimento como um caso isolado:

- **O registro oficial dizia que o servente havia trocado tiros** com uma equipe e que havia **sido encontrado morto**. [...] O comando da PM não forneceu os nomes dos policiais presos.[...] Para o deputado estadual Olímpio Gomes (PDT), major da reserva da PM, **não é possível generalizar a conduta da polícia com base no vídeo**. (13/11/2012-M50)
- **Para a polícia, parte das mortes foi ordenada pelo PCC, parte é de bandidos** se aproveitando para matar desafetos e há os **crimes ocasionais**, como os passionais. O delegado Jorge Carrasco, diretor do departamento de homicídios, chegou a dizer que a **onda de homicídios era um “balaio louco”**. (10/11/2012)

Apesar das indicações não é feito um questionamento sobre a participação da polícia nesse cenário de crimes, como se os bandidos tivessem enlouquecido, simplesmente. Uma onda de violência com 142 mortes em 15 dias e não se sabe muito bem o que está por trás disso tudo, não existem explicações, e essas sequer são cobradas pela reportagem. A imprensa descreve a versão policial sobre os acontecimentos e tudo fica como está. Para atenuar, se fala que a onda de violência ainda esta distante de 2006 e de outros estados mais violentos. Visão unilateral da violência, se fala em guerra entre policiais e bandidos, mas um dos envolvidos na violência é a principal e praticamente

única fonte de todos os acontecimentos. A imprensa praticamente serve de assessoria de imprensa dos policiais.

Em uma das notícias sobre mortes na periferia uma testemunha relata que a violência aumentou após um PM ser morto no local, desde então a região soma 13 homicídios com características de execução.

- **Após esse dia**, quando um **policial militar foi morto**, já ocorreram **13 homicídios, aumentando** significativamente **o número de assassinatos** no município. (01/11/2012-M1)
- **A maioria das mortes ocorreu em São Bernardo do Campo**, no ABC, **onde, no dia anterior, um policial foi assassinado**. **A PM não confirma se há relação** entre os crimes e a morte do militar. (01/11/2012-M1)

O jornal ameaça iniciar uma relação que colocaria em xeque a atuação policial expondo os dois lados da violência, mas isso não passa de uma insinuação negada pela fonte. Apesar de a informação que relaciona o aumento dos homicídios ao assassinato de um policial parecer bombástica, a notícia não vai adiante e deixa subentendida a relação entre a morte do PM e dos civis assassinados. Sem sequer dar algum destaque no título ou na chamada para a notícia. A informação vem quase como uma nota de rodapé.

4.7. Aleatoriedade das mortes civis; ou o outro invisível (FD7)

Na chamada onda de violência acontecem muitas mortes, mas as que recebem destaque nas páginas dos jornais são as mortes de policiais militares. As mortes civis em geral vêm em matérias estilo “balaio de gatos” que relatam as mortes como um somatório de números, sem uma uniformidade na maneira de se referir aos civis mortos. Em comparação com a análise anterior destacamos aqui a discrepância no tratamento entre civis e policiais, enquanto os últimos têm longas narrativas dramáticas sobre suas mortes, os primeiros em geral sequer têm suas mortes investigadas. Pelo contrário, por vezes têm seus antecedentes criminais revirados em busca de alguma justificativa para o assassinato, como vimos anteriormente. Essas mortes em geral são colocadas como objetos da notícia, ou no máximo na voz passiva.

- **Sete são mortos** em chacina em São Carlos. (01/11/2012-M1)
- **Seis pessoas foram mortas**. (01/11/2012-M1)
- **Outras oito pessoas morreram** na região metropolitana. (03/11/2012-M12)
- Noite de violência deixa **dez mortos**. (04/11/2012-M16)
- Ao menos **13 pessoas morreram** nas zonas norte, oeste, leste e sul da cidade e na Grande São Paulo, entre as 18h de anteontem e a tarde de ontem. (06/11/2012-M19)
- Grande São Paulo tem **seis mortos a tiros**. (08/11/2012-M30)

As mortes entram quase que apenas para fins de contabilidade: o saldo da onda de violência. Parece que não importa entrar em detalhes e humanizar visto que em geral são pessoas que se enquadram em um ou outro padrão daqueles que estão autorizados a morrer, ou pelo envolvimento com drogas, ou por serem moradores de áreas não nobres, ou por supostos confrontos com policiais.

- Na **zona oeste, quatro pessoas foram baleadas** em um bar. (06/11/2012-M19)
- **Três homens foram baleados** na zona sul. (06/11/2012-M19)
- **15 pessoas foram mortas**. (10/11/2012-M-38)
- Em 2 semanas, **142 pessoas foram mortas** na Grande SP. (10/11/2012-M-39)
- Os **13 casos** estão sendo investigados. (06/11/2012-M19)

Através dessas análises observamos que quando civis são mortos nessa onda de violência não são particularizados: “um homem morreu”, “dez pessoas morreram”, “outras cinco pessoas foram baleadas”. Também predomina a ausência de acompanhamento desses casos. Poucas notícias desse balaio ganham repercussão, no máximo é dito que o caso está sendo investigado. Ao passo que no mesmo período de tempo aqueles supostos responsáveis por mortes de policiais já estão identificados, presos ou mortos. As notícias revelam uma desproporção nas investigações e o jornal não investe em notícias cobrando isso, portanto é conivente. Em quase todos os dias é publicada alguma notícia do tipo balaio de gatos, uma cópia dos registros policiais da noite, que parece não ter apuração ou investigação da reportagem. Nessas matérias predomina a aleatoriedade e o genericismo no tratamento das mortes civis. Quase todas as mortes que não são em confrontos são cometidas por homens em moto que atiram contra vítimas. As mortes com essas características não são investigadas, discutidas ou analisadas. Mesmo que o grande número de mortes seja de civis – 142 contra apenas 6 de PMs no mesmo período – o enfoque do jornal dá muito mais espaço para PMs.

4.8. Política e discurso (FD8)

No período analisado em determinado momento entra em cena o acordo entre os governos federal e estadual para desenvolver estratégias conjuntas para diminuir a violência, com esse acordo inicia-se a difusão de notícias com um linguajar técnico sobre o combate ao crime. No entanto, essa linguagem é utilizada para reforçar o discurso que coloca os acontecimentos em uma oposição entre bem e mal. Nesses discursos predomina uma terminologia de negociação, o que pode ser observado nas seguintes SDs principalmente pelos verbos utilizados:

- Após troca de farpas, **gestões** Dilma e Alckmin **acertam** ação antiviolência - Governos decidiram ontem **elaborar** uma estratégia conjunta para **conter** criminalidade em SP. (02/11/2012-M7)
- União **deverá propor** a ocupação de áreas. (02/11/2012-M7)
- Detalhes da ação conjunta **serão** definidos na **próxima semana**. (02/11/2012-M7)
- A elaboração de um plano integrado já havia sido **anunciada** pelo ministro da Justiça. (02/11/2012-M7)
- Agora, **disse** que a questão está superada e que um grupo de trabalho **será** montado na **semana que vem** para discutir o tema. (03/11/2012-M11)

Poucos verbos sugerem ação, o tempo verbal predominante é o futuro. Anunciando futuras ações as matérias reforçam essa ideia de protelação das ações entre os governos. Predomina a construção de frases que dão um efeito arrastado, de morosidade, para as ações. Em outra notícia observamos essa oposição entre ações políticas no lugar do discurso e de ações policiais no lugar da ação propriamente dita:

- Secretário **quer** assassinos de PM em presídio federal – Ferreira Pinto diz que proposta **será discutida** com a União; ontem mais um policial militar **foi assassinado**. (03/11/2012-M11)
- “Com essas mortes de PMs, temos que dar uma resposta mais **enérgica**”. (03/11/2012-M11)

A notícia coloca na mesma frase uma proposta do secretário de segurança e o destaque para a morte de um PM. Essa aproximação deixa clara a oposição entre: discurso vs. real. Enquanto o secretário diz que irá discutir, o policial foi assassinado. No entanto a promessa é de uma resposta mais enérgica. Em outra notícia o tom de

cobrança é mantido:

- **Agora**, ministro **irá oferecer** verba ao governo paulista. (06/11/2012-M21)
- O ministro José Eduardo Cardozo(Justiça) **deve anunciar** hoje a liberação de verba para o combate da escalada da violência no Estado. O **anúncio está previsto** par ocorrer na primeira reunião entre as cúpulas da segurança federal e estadual. (06/11/2012-M21)
- O encontro de hoje em São Paulo é para **acertar as bases do apoio** do governo federal. (06/11/2012-M21)
- Inicialmente, o governo federal está **disposto a oferecer** vagas nos quatro presídios federais, **organizar operações conjuntas** entre as policiais Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, além da troca de informações com a Receita. (06/11/2012-M21)
- Segundo a Folha apurou, o governador paulista encarou a ligação de Dilma como uma tentativa de **apaziguar a tensão** – ela propôs que eles superassem o **impasse** e trabalhassem juntos. (06/11/2012-M21)

Na primeira SD que destacamos o “agora” coloca o questionamento de porque não antes, ou então porque agora. As matérias de política com relação à violência trazem esse tom de morosidade, negociata, interesses e falta de ação. O linguajar é mais técnico do que nas matérias policiais. Após toda a matéria girar em torno da negociação e de um vai-não-vai, ela é fechada com uma apuração da Folha que foca nas disputas políticas por trás dessas negociações, dizendo que as motivações de ambos os governos são políticas em uma tentativa de não se responsabilizar. A estrutura se repete em outra notícia:

- **Após outra noite de violência** em São Paulo, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) e o governador Geraldo Alckmin **anunciaram** a criação de uma agência integrada de inteligência, a remoção de criminosos para presídios federais e maior vigilância nas fronteiras. Para especialistas, as **propostas são genéricas**. (07/11/2012-M23)

Quando fala em acordos políticos se mantém o linguajar técnico: vão, criar, anunciaram; agência, inteligência. Aqui já na capa o que ficava subentendido pelo discurso do jornal é posto na voz de um especialista: “propostas genéricas”. Na continuação da notícia, predominam palavras que colocam a política atrasada com relação aos acontecimentos, “após” é a palavra repetida abundantemente:

- **Após farpas**, governos **falam em cooperação** para enfrentar o crime: envio de tropas federais ao Estado é descartado. (07/11/2012-M23)
- O **anúncio** veio **após nova noite de violência** na capital, com uma chacina, ônibus queimados e boatos de toque de recolher que provocaram até a suspensão de aulas. (07/11/2012-M23)
- O **acordo** veio **após troca de farpas** entre Cardozo e o secretário Antonio Ferrerira Pinto. (07/11/2012-M23)
- **Ontem** as **declarações** procuravam passar um clima de cooperação. (07/11/2012-M23)
- Também **foram anunciados** um programa para enfrentar o crack e o aperfeiçoamento da Polícia Científica. (07/11/2012-M23)
- **Plano** inclui a remoção de criminosos para presídios federais e o reforço da vigilância nas fronteiras. (07/11/2012-M23)

Nessas sequências algumas alfinetadas são notadas: “governos *falam* em cooperação”, colocando uma distância entre o discurso e a prática. “Após farpas”, praticamente todas as notícias sobre esse acordo trazem o episódio das farpas, como se isso fosse muito relevante para o contexto. Parece que isso é posto justamente para despolitizar o acordo, colocando a política como algo jocoso que fala e não faz, que coloca interesses à frente de questões sociais importantes. Praticamente uma estratégia golpista de tratar a política como uma piada. O reforço ao caráter discursivo do acordo é recorrente. A notícia opõe esses anúncios ao concreto, como quem diz: enquanto falam, pessoas morrem. No meio da notícia é feito um retrato do caos trazendo informações sobre outra noite de violência em São Paulo. As soluções para a violência são as velhas fórmulas: sistema prisional, repressão, se fala em polícia científica, mas não se fala em reforma policial nem em desmilitarização. A polícia não é apontada como um problema, sequer questionada. Três parágrafos inteiros são focados nas farpas e no atual “clima de cooperação”. O jornal deslegitima a política e legitima a polícia.

Outra notícia traz um infográfico com as medidas anunciadas pelos governos. Prisão e combate às drogas aparecem entre elas, o jornal não coloca em discussão a legalização ou uma alternativa às prisões, apenas noticia. No texto do infográfico vem a alfinetada relativa a morosidade da política:

- **Meses após início da onda de violência**, governos federal e paulista **definem** medidas conjuntas. (07/11/2012)

No corpo da notícia a Folha coloca na voz dos especialistas parte daquilo que ela já disse no editorial.

- **Especialistas em segurança são unânimes em dizer** que as **propostas** apresentadas pelos governos estadual e federal para o combate ao crime organizado **são muito genéricas** e precisarão de **ações concretas e eficazes** para que esse plano dê certo. (07/11/2012)

Uma demonstração da velha prática jornalística de buscar vozes que ilustrem e ressoem aquilo que o jornal quer que seja dito; conforme o jargão: pegaram umas aspas. Repetindo, já sabemos que essa é a versão editorial do veículo, portanto o posicionamento é claro. Considerando isso, a afirmação relativa à unanimidade dos especialistas em segurança é questionável. Em uma notícia que compara as maneiras de lidar com a violência, é trazido o exemplo do Rio:

- **A demora na formalização do acordo** quase comprometeu o trabalho. **Enquanto as autoridades discutiam, policiais civis e federais realizaram ações** contra traficantes em diferentes pontos do Estado do Rio. (07/11/2012)

A matéria traz claramente: “enquanto as autoridades discutiam, policiais civis realizaram”. Com a desculpa de mostrar um exemplo de outro estado a notícia explicita o que está posto de maneira sutil em todo discurso que opõe política e polícia. Explicitamente a notícia diz que políticos falam e policias agem. Podemos pensar essa polarização como dotada de certa periculosidade para o exercício da democracia. Esse posicionamento legitima o militarismo podendo ser interpretado como um apoio a essas práticas autoritárias, próximas de um fascismo: desmerecer a política e exaltar a polícia. Continuando as análises essa estrutura se repete:

- **Embora** a União **tenha prometido** ajudar São Paulo n área de informação e inteligência policial, no ano passado, a **gestão Dilma Rousseff (PT) reduziu** em 61% o **investimento** nesse setor. (07/11/2012)

Cerca de 1/3 da notícia dá espaço para um pesquisador que critica essa redução e que traz a tona FHC e a afirmação de que os governos estaduais não conseguem implementar políticas de segurança sozinhos. A redução da União provocaria um impacto negativo. A má gestão da polícia militar truculenta não precisa nem ser discutida porque já se encontrou o bode expiatório para a crise paulista: Dilma e a redução de investimentos. A notícia faz coro com a anterior, fala do problema da

descontinuidade das ações políticas. Dez linhas são dedicadas ao contraponto de que o importante é investir com qualidade, em oposição às 27 que condenam o corte. Para dizer que ouviu um terceiro lado existe uma argumentação sobre cortes de orçamento e outros investimentos não computados.

Considerações Finais

Partindo da discussão realizada ao longo deste trabalho sobre as maneiras segundo a qual o jornalismo participa da construção social da realidade buscamos identificar, nas análises de discurso feitas sobre o jornal Folha de São Paulo, quais foram os sentidos predominantes. Nestas análises encontramos formações discursivas que remetem a modos de enxergar o mundo. Como afirmamos anteriormente, o jornalismo constrói versões sobre os acontecimentos, a “onda de violência” de São Paulo teve uma versão dos acontecimentos contada pelo jornal em questão. Analisando essa versão observamos que ela remete à construções políticas, à vinculações com paradigmas de estado e que reproduzem discursos que tendem a estigmatizar determinadas pessoas e lugares. Essas análises nos possibilitam desconstruir a pretensão de captura da verdade dos discursos jornalísticos, especificamente, da Folha de São Paulo, concluindo que suas matérias não são neutras, nem imparciais, nem objetivas. Utilizar os recursos da objetividade jornalística para a produção das notícias significa unicamente que as questões do lide serão respondidas e que a maneira segundo a qual os jornalistas interrogam seu objeto será padronizada. A construção de sentidos feita pelo jornal não se limita ao que é dito, mas a que conceitos aqueles sentidos que estão postos ali remetem. Tentamos mostrar essas vinculações nas formações discursivas que identificamos. No entanto esses sentidos também são formados por aquilo que não é dito, pelas discussões que são omitidas, ou então que não estão problematizadas ali onde deveriam estar.

Barthes (1970) propõe que pensemos a estrutura da notícia segundo suas diferenças de estrutura e não de classificação. Desse ponto de vista poderíamos pensar uma oposição entre notícias que pressupõem uma contextualização, portanto constituem informações parciais e que remetem a um contexto externo – se assimilam literariamente a romances; e outras que constituiriam *fait-divers* – estruturas fechadas, uma informação total, definida pela sua imanência e portanto próxima do conto, da novela. Dentro dos *fait-divers* notamos uma estrutura sempre articulada, que traz em si a sua relação, “uma articulação que é interior à narrativa” (BARTHES, 1970, p.60). São as relações imanentes dos *fait-divers* que definem o grau de “notabilidade”, o espetáculo da notícia. Barthes afirma que “Não há *fait divers* sem *espanto* (escrever é espantar-se); ora, relacionado a uma causa, o espanto implica sempre uma perturbação, já que em

nossa civilização todo *alhures* da causa parece situar-se mais ou menos declaradamente à margem da natureza, ou pelo menos do *natural*.”(BARTHES, 1970, p.61)

Utilizando como índice de análise as notícias publicadas no jornal Folha de São Paulo, poderíamos considerá-las enquanto parte da categoria de *fait-divers*. Apesar de as notícias reportarem uma série de acontecimentos, o foco da interpretação das mesmas está localizado na própria estrutura interna das notícias, no sentido de que não precisamos buscar informações em um contexto externo para entender o que ali está colocado. As notícias fazem referência a acontecimentos no presente, no máximo se busca uma memória curta para alguns crimes em investigação. Considerando então essas notícias enquanto *fait-divers* temos um modelo de estrutura que irá ser reproduzido nas notícias, o principal deles é a auto-suficiência das notícias. Nesse sentido tudo que é dito e que deve ser conhecido para que essas notícias produzam sentido está contido na informação, o que pode se tornar um problema quando determinados temas não são apresentados e problematizados. Dentro dessa problemática poderíamos destacar a ausência nas notícias analisadas de problematizações acerca das ações policiais no contexto em questão, bem como a ausência de outras temáticas como direitos humanos, proibicionismo das drogas, etc. Por configurar um *fait-divers* não espera-se que essas problematizações estejam em outro contexto, ou elas estão presentes ou não, se a notícia não fala em determinados assuntos esses assuntos não aparecem, visto que não existem espaços para eles a não ser na própria notícia.

O discurso jornalístico produz sentidos sobre aquilo que aborda, nas análises realizadas observamos que as notícias não problematizaram algumas construções que foram feitas, repetiram estruturas que estão carregadas de preconceitos das quais são exemplo as produções de sentido relacionadas com: a construção da categoria social do criminoso, a produção de discursos sobre os lugares perigosos, oposições entre dia e noite, centro e periferia, a associação entre criminalidade e miséria, o reforço do fora da lei como um inimigo, a droga como justificativa para punição. Segundo Caldeira (2000), a fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Binarismos que podem ser observados nas notícias reincidentemente e que através dessas repetições fornecem lentes com as quais as pessoas olham para o morador da periferia, olham para o negro, para o prisioneiro, para o traficante, para a polícia e reforçam esses estigmas de quem é o herói, quem é o criminoso, quais lugares

são tranquilos, quais são perigosos. Essa produção de informação que reproduz estereótipos acaba por legitimar a prática da polícia quando mata um suspeito que tem envolvimento com o tráfico, ao passo que a condenação da economia da droga já está posta a priori nas páginas de notícias. E também não questiona o que está em jogo quando a favela aparece como o local do crime, como a zona perigosa que deve ser evitada, ao associar a favela ao medo, ao caos, o jornal reitera esse estigma. Em outro capítulo desenvolvemos a discussão acerca do estado caritativo e do estado punitivo como duas práticas políticas antagônicas que produzem efeitos distintos. Ao colocar a favela como caso de polícia o jornal se vincula a reprodução do paradigma do estado punitivo para o qual o tratamento da miséria tem a ver com caso de polícia e não de políticas sociais.

Iniciamos a introdução deste trabalho fazendo referência às manifestações que colocaram a polícia e sua atuação nos noticiários e na pauta da discussão nacional. Fosse para denunciar ilegalidades, fosse para justificar as ações, a polícia entrou no discurso jornalístico. Alguns meses antes das manifestações a polícia havia protagonizado essa série de ações que analisamos nas favelas paulistas com o objetivo de combater a violência e sufocar o tráfico. Nessas favelas a polícia não utilizou balas de borracha, mas munição letal, no que resultou em uma sequência de mortes em que alguns casos eram denunciados e então eram feitas investigações (pela própria polícia) para decidir se houvera ilegalidade ou não. Esse período foi marcado por uma sucessão de acontecimentos que teve a polícia como um dos principais protagonistas, assim como durante as manifestações, mas que, conforme vimos nas análises, esse protagonismo incidia nas notícias mais no sentido da legitimação e glorificação de suas práticas do que de questionamentos.

O que observamos aí é uma mesma polícia, com duas atuações semelhantes, mas em dois contextos distintos e recebendo duas abordagens jornalísticas diferentes. Se houve cobrança sobre a ilegalidade da atuação policial durante as manifestações o mesmo não ocorreu na chamada onda de violência. Durante esse período a Folha de São Paulo retratou uma polícia boa, heróica, e vitimizada que combatia o mal colocando em risco sua própria vida. Apesar das diversas mortes resultantes de conflitos com a polícia a normalização da execução dos suspeitos não foi questionada. Quando civis ou suspeitos eram assassinados suas mortes entravam em um somatório geral, ao contrário das mortes dos policiais que eram descritas com certa quantidade de detalhes e eram

acompanhadas de investigações, o que na maior parte das vezes não acontecia com as demais mortes.

Nesse sentido podemos pensar, por exemplo, que quando ações policiais truculentas não viram notícias é porque já estão normalizadas, e quando essa mesma ação aplicada em outro contexto se torna notícia é porque foge da norma. Teríamos então uma mesma polícia, uma mesma atuação, dois contextos diferentes e duas atuações jornalísticas diferentes. Em um contexto a atuação policial é notícia, em outro não. O que nos permite concluir que a truculência quando praticada na periferia é a norma. Essa diferença de tratamento entre atores sociais reforça um ideário segregador, colocando determinados sujeitos em posições menores, normalizando e não questionando determinadas práticas do estado que se estabelece para parcelas da população como um estado de exceção. Apesar disso, em nenhum momento a polícia é vinculada ao Estado, pelo contrário, o jornal cria uma oposição entre política e polícia, colocando a primeira associada ao discurso e a uma morosidade e a segunda a ação e agilidade. Como se a polícia fosse um órgão a parte do estado e não estivesse vinculada a escolhas políticas sobre o tratamento do crime.

Legitimando a prática policial mesmo quando esta age fora da lei as notícias publicadas pela Folha de São Paulo normalizam a adoção do estado punitivo e, portanto são coniventes com o estabelecimento do estado de exceção. Esses posicionamentos são o oposto do que seria uma postura democrática da mídia, se consideramos a difusão da informação enquanto ferramenta de conversação pública que determina os discursos que estarão circulando e as vozes das quais serão compostos, observamos que o que é feito é a difusão de uma visão de mundo unilateral com relação à polícia, à violência, às drogas, à política, às favelas. O discurso da Folha de São Paulo endossa o estado punitivo, ao não contextualizar as práticas que configurariam a presença de um estado caritativo para lidar com a violência, não trata sobre a força de lei que atua sobre a norma não aplicada e, portanto que configura a exceção na atuação da polícia.

Outro ponto importante das matérias tem a ver com a utilização das fontes, o que diz muito sobre as vozes que compõe o jornal. Aqueles que acessaram as páginas das notícias dentro do período de análise desta pesquisa eram os mesmos que ocupavam as posições de sujeito na estrutura da notícia. Fontes e atores participam da composição da notícia determinando versões e, portanto incidindo sobre o que será noticiado, proporcionando uma versão unilateral dos acontecimentos. Como pode o criminoso fornecer a versão para o crime? Esse questionamento não é feito pelo jornal, com

exceção das mortes cometidas pela polícia que foram denunciadas por terceiros e que foram comprovadamente execuções sumárias de pessoas detidas com ou sem comprovação de qualquer envolvimento com qualquer ilegalidade, todas as outras mortes cometidas pelos policiais entraram na conta das mortes em conflitos, decorrência da atuação, registrada enquanto “autos de resistência”. Práticas que configuram a mais completa exceção. A lei com relação à atuação policial é clara, mas não passa de letra no papel, na prática cotidiana a polícia age *naturalmente* fora da lei.

Também através das análises observamos que a atuação da polícia nas favelas tem como bode expiatório o combate ao tráfico, ou a guerra às drogas, que serve de justificativa para massacres, prisões arbitrárias, revistas e invasões de residências. Nas análises observamos que os moradores dessas áreas não são fontes recorrentes, apesar de eventualmente serem utilizados para legitimar as ocupações (militares) policiais. Aquele que está na favela e tem qualquer envolvimento com a economia da droga já está condenado antes mesmo de qualquer julgamento. A guerra às drogas tem sido uma ferramenta para que a polícia tenha carta branca para entrar na favela e agir de acordo com suas práticas costumeiras. Traficante é uma palavra carregada de significados, quando o jornal caracteriza alguém enquanto traficante é construída a *persona* de um criminoso em potencial, bandido e traficante aparecem como sinônimos. A discussão sobre as drogas enquanto uma necessidade econômica das regiões marginalizadas, mesmo quando é feita, não toca no tema da legalização ou descriminalização das drogas.

As notícias trazem sujeitos que são construídos pela linguagem e pela estrutura das matérias de acordo com as repetições que vão sendo feitas, com os adjetivos, verbos, substantivos que aparecem associados a uns e outros. A construção desses sujeitos pelas páginas policiais vai construir sentidos compartilhados socialmente sobre os mesmos, e que podem colaborar na estigmatização de um grupo social, produzindo preconceitos com sujeitos e lugares. Retomando o conceito de tipificações que destacamos no capítulo sobre a linguagem observamos que as notícias reiteradamente colocam criminosos como objeto das notícias e policiais como sujeitos. A partir dessas construções torna-se inconcebível pensar que um “criminoso” – referido repetidamente na posição de objeto – possa ocupar um lugar de sujeito e possa ser pensado enquanto portador de direitos como se fosse um cidadão, por exemplo. A reprodução dessas estruturas vai consolidando essas posições que se tornam imobilizadas e são reproduzidas nas práticas cotidianas. Assim, não é possível pensar em uma estrutura em

que o Outro, oposto ao policial, ocupe outro papel, visto que essa configuração estrutural não coincidiria com a leitura de um mundo como o todo integrado que os jornais tendem a reforçar. O reforço feito pelas páginas policiais através das estruturas criadas para esses atores culmina nessas tipificações que vão colocar policiais como heróis e o Outro como vilão.

Na onda de violência a Folha de São Paulo serviu de Tribunal, nas análises mostramos a ausência de rigor ao se referir ao Outro, que se em uma frase era suspeito na outra já havia se tornado criminoso antes mesmo de qualquer julgamento. Suspeitos de crimes tiveram seus nomes expostos no jornal, diferentemente do que aconteceu com policiais quando estes foram suspeitos de cometer crimes. Quando a polícia contrapunha a versão sobre toques de recolher dizendo que se tratavam de boatos, o jornal colocou na sua manchete ‘boatos de toques de recolher’, ou seja incorporou a seu discurso a versão policial. Em diferentes exemplos o jornal assumiu a narrativa da polícia sobre a violência como se fosse a sua própria versão, demonstrando com isso que de uma forma ou outra estava mais próximo das fontes policiais do que de uma investigação própria sobre o que estava ocorrendo. Essa proximidade entre discurso jornalístico e discurso policial nos coloca a pensar acerca dos pontos de vista que vão sendo reproduzidos a partir desses discursos e sobre que efeitos essa prática jornalística pode ter sobre uma democracia ainda em construção, ao adotar uma suposta neutralidade que na prática culmina em um reforço da versão oficial pelo discurso jornalístico.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A difícil adaptação da polícia paulista ao estado de direito (pós-1946 e pós-1985)*. Revista Dilemas vol 2 num 3 -jan-fev-mar-2009. Acessado em <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas3Art2.pdf>
- BERGER, P. LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34, 2000.
- CARVALHO, José M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2008
- PINTO, Milton J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias*. Florianópolis: Insular, 2005.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2008
- WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

7. ANEXO NOTÍCIAS

1. Notícias dia 1 de novembro de 2012

- **Matéria 1**

Sete são mortos em chacina em São Carlos

Seis homens e uma mulher foram alvejados na periferia da cidade, no interior paulista; polícia vê ligação com drogas

Crime é a maior chacina do Estado neste ano; testemunhas dizem ter visto dupla disparar contra as vítimas

JOÃO ALBERTO PEDRINI
ENVIADO ESPECIAL A SÃO CARLOS (SP)

Seis homens e uma mulher foram assassinados na madrugada de ontem em São Carlos, na maior chacina do Estado de São Paulo ocorrida neste ano.

O crime ocorreu por volta das 2h próximo ao conjunto habitacional na Vila Izabel, na periferia da cidade, que fica a 232 km de São Paulo e a 116 km de Ribeirão Preto.

Cinco corpos foram encontrados por moradores do bairro por volta das 5h. Ainda de manhã, outros dois corpos foram localizados na mesma região.

De acordo com o delegado da DIG (Delegacia de Investigações-Gerais) Edmundo Ferreira Gomes, testemunhas disseram que as sete vítimas foram mortas por uma dupla.

Segundo as testemunhas, dois homens chegaram ao local a pé e dispararam mais de 40 tiros contra as vítimas.

“Todos foram mortos com características de execução. Levaram tiros na cabeça, no peito. Em 20 anos de trabalho [em São Carlos], nunca vi nada parecido. Não é comum. Foi uma covardia, uma brutalidade”, afirmou o delegado.

De acordo com Gomes, as cinco primeiras pessoas foram mortas com tiros de revólver nove milímetros. Várias cápsulas foram encontradas no local. Perto das outras duas vítimas, assassinadas também com tiros, não

foram achadas cápsulas.

DROGAS

A Polícia Civil informou que todos os mortos na chacina eram usuários de drogas.

Itamar Antonio Miranda, 52, e Demetrius Mota Frisão, 26, aparentavam ser moradores de rua, ainda de acordo com a polícia.

Antonio Romário Galera, 22, de vez em quando ia para a casa dos pais, em São Carlos, mas morava na rua.

Michel Bruno Fernandes, 21, e Thiago Adriano Pegoraro, 25, tinham família na cidade, mas, por causa do vício, também perambulavam pelas ruas.

Até a conclusão desta edição, as outras duas vítimas ainda não haviam sido identificadas pelos policiais.

TOQUE DE RECOLHER

No conjunto habitacional vizinho ao local onde ocorreu a chacina, o clima era de medo ontem.

Uma moradora que não quis se identificar disse que a violência aumentou no bairro depois da morte de um policial militar, no dia 14 de setembro. De acordo com ela, foi instituído no local até um toque de recolher por volta das 22h.

Antes, conta a moradora, “a vida era normal. Dava, in-

clusive, para sair à noite. Hoje, não mais”.

A delegada-adjunta da DIG Denise Gobbi Skazal afirmou que, até 14 de setembro, 11 mortes foram registradas em São Carlos.

Após esse dia, quando um policial militar foi morto, já ocorreram 13 homicídios, aumentando significativamente o número de assassinatos no município.

Os 13 casos estão sendo investigados, mas a delegada adiantou que em nenhum deles houve confronto com policiais e que todos possuem as mesmas características — que são de execução.

Colaborou ANDRÉ CARAMANTE

- **Matéria 2**

Em mais uma noite de violência, São Paulo tem seis assassinatos

DE SÃO PAULO

Seis pessoas foram mortas entre a noite de terça-feira e a madrugada de ontem na capital. Nenhum suspeito pelos crimes foi preso.

Na região central, um morador de rua foi morto a tiros na rua Carlos de Sousa Nazare, na região da rua 25 de Março, por volta da lh.

Outros dois homens foram assassinados a pauladas. Uma das vítimas foi morta na avenida do Estado, próximo

ao Mercado Municipal, no centro da cidade. A outra, no Bresser, na zona leste.

Os três casos foram registrados no registrado no 8º Distrito Policial (Brás).

Na zona norte, um homem foi encontrado morto a tiros na rua Aperibê, no Parque Edu Chaves, por volta de lh30 de ontem. As outras mortes aconteceram no Jardim Umarizal, zona sul, e no Jardim Arpoador, zona oeste, onde um comerciante foi morto em frente a seu bar. (MARTHA ALVES)

- **Matéria 3**

Incêndio em ônibus deixa menina ferida

DE SÃO PAULO

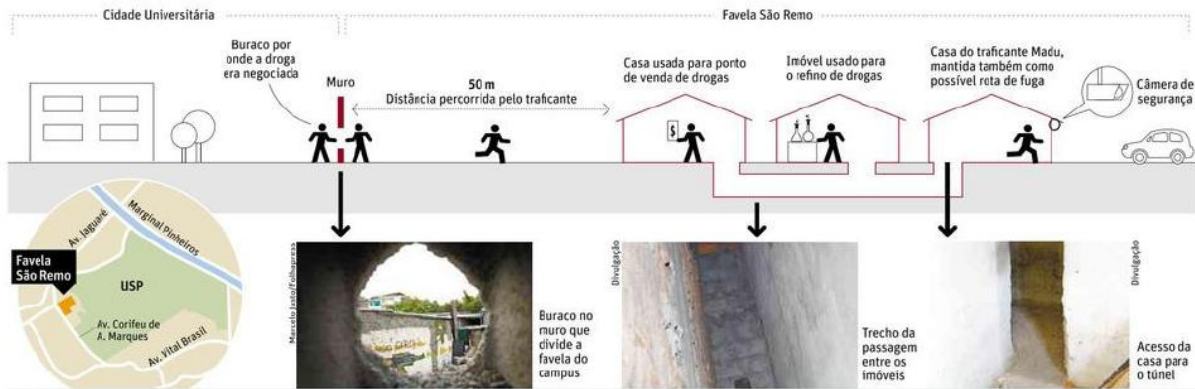
Uma menina de 7 anos sofreu queimaduras de primeiro e segundo grau quando tentava sair do ônibus que foi incendiado por oito criminosos na noite de anteontem, em Carapicuíba (Grande São Paulo).

De acordo com a polícia, os bandidos não permitiram que o motorista abrisse a porta traseira do veículo, dificultando a saída dos passageiros. Alguns deles quebraram os vidros do ônibus para escapar.

A criança sofreu queimaduras na perna. Ela foi levada ao pronto-socorro infantil da cidade e passa bem, de acordo com a prefeitura. A previsão é que receba alta amanhã.

- **Matéria 4**

IMÓVEIS LIGADOS PELO TÚNEL Polícia descobre passagem para refinaria de drogas ao lado da USP



PM acha túnel usado para levar droga à USP

Passagem de 15 metros de extensão ligava casa de traficante a ‘boca de fumo’ utilizada por alunos, segundo a polícia



Polícia prende suspeito de tráfico na favela São Remo

Agu Gomes/folhapress

Lugar foi descoberto em favela da zona oeste durante operação que prendeu dois suspeitos de matar PM da Rota

AFONSO BENITES DE SÃO PAULO

A casa do chefe do tráfico, um imóvel onde funcionava uma refinaria de cocaína e um ponto de venda de drogas: os três locais, na favela São Remo (Butantã, zona oeste), eram interligados por um túnel de 15 metros de extensão que chega perto dos limites da Cidade Universitária. O lugar foi descoberto ontem, sem querer, por policiais que cumpriam sete mandados de prisão contra suspeitos de matarem um policial

militar da Rota em setembro. Uma das extremidades do túnel fica a cerca de 50 metros de um muro que divide a favela da Cidade Universitária. Nesse muro, havia um buraco por onde era possível vender drogas para estudantes e frequentadores da USP. “A pessoa não precisava nem entrar na favela. Só chegava no muro, dava o dinheiro para o ‘aviãozinho’ e ele voltava com a droga que ela quisesse”, afirmou o coronel César Augusto Morelli, comandante do Policiamento de Choque de São Paulo. Além de servir para transportar a droga até o usuário, o túnel era utilizado como rota de fuga pelos criminosos. Nesses três locais, os policiais apreenderam 75 tijolos e 403 trouxinhas de maconha, 146 pinos de cocaína, 11

cartelas de LSD, 92 vidros de lança-perfume, quatro armas, dois coletes à prova de balas e rádios portáteis. No banheiro de um dos imóveis, os traficantes instalaram uma banheira de hidromassagem aos pés de uma TV de tela plana. “É normal o traficante querer demonstrar um requinte, uma riqueza, que a população da comunidade não tem”, diz Morelli. Jaime de Oliveira, 28, suspeito de tráfico, foi preso. Com ele, a PM achou R\$ 10 mil, um carro Audi, uma pistola, relógios e telefones roubados. Segundo a polícia, ele era gerente da “boca de fumo” e subordinado ao chefe do tráfico, Vanderlei Gouveia do Nascimento, o Maçu, 30. Nascimento não foi encontrado. Ele era um dos alvos dos sete mandados de prisão

contra suspeitos de matarem o policial da Rota André Peres de Carvalho, 40, a tiros de fuzil no dia 27 de setembro. A operação de ontem resultou na prisão de Filiziano dos Santos Pacheco, 23, o Fefê, e Antonio Pereira Soares, 32, o Tonhão. O primeiro é acusado de clonar dois carros que foram usados na fuga dos assassinos. O outro é suspeito de investigar para os demais membros do bando qual era a rotina do policial da Rota. Até ontem à noite, a polícia ainda não tinha prendido outros quatro suspeitos do assassinato do PM: Marcel dos Santos de Oliveira, 37, Cláudio Francisco de Oliveira, 39, Daniel dos Santos, 30, e Mauro dos Santos de Oliveira. A Folha não localizou os advogados dos sete homens que estão sendo investigados.

Medo e boatos se espalham e mudam rotina de bairros em SP

EMÍLIO SANT'ANNA
LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

Uma onda de boatos sobre ataques e toques de recolher decretados pela facção criminosa PCC se espalhou ontem pela cidade, da zona leste até o centro —onde algumas turmas de direito do Mackenzie foram liberadas das aulas.

“Fomos liberados pelo professor por causa da informação de que haveria um ataque”, diz uma aluna do 4º ano.

Segundo a universidade, não houve dispensa e as aulas do período noturno deveriam ocorrer normalmente.

Em todos os casos a boataria teve a mesma origem: alguém ouviu falar que foi decretado toque de recolher.

Em São Mateus, os alunos da escola estadual Wilfredo Pinheiro foram para casa mais cedo na noite de terça.

“A escola ligou e avisou que meus dois sobrinhos iriam para casa por causa do toque de recolher”, diz uma dona de casa, que pede para não se identificar.

A região concentra 22 das 43 mortes registradas na capital desde o início da onda de violência há uma semana.

Na escola estadual Fazenda do Carmo 3, em Itaquera, os estudantes também foram liberados mais cedo.

Na segunda à noite, alunos da Uniban na Vila Formosa, não tiveram aula. “Quando cheguei, todomundo falava do toque de recolher”, diz Gabriele Garcia, 20, aluna de direito.

A universidade diz que alertou os alunos sobre os boatos, mas seguiu a orientação da Polícia Militar e as aulas continuaram normalmente.

Segundo o correspondente do blog Mural, da **Folha**, Cleber Silva, 31, o ônibus que liga o shopping Center Norte ao

Jardim Damasceno, na zona norte, não chegou ao ponto final na segunda à noite. “Um fiscal disse que o ônibus iria só até a entrada do bairro.”

De acordo com a Secretaria da Educação do Estado, as escolas estão orientadas a funcionar normalmente.

O secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, afirmou ontem que não há toque de recolher decretado por criminosos.



• Matéria 6

Lista de policiais ‘marcados’ é investigada

DE SÃO PAULO
DO ‘AGORA’

Papéis apreendidos na favela Paraísoópolis (zona sul de São Paulo) em poder de criminosos indicam que a facção criminosa PCC mantém um serviço de inteligência para monitorar policiais para eventuais ataques.

O principal traficante de Paraísoópolis é Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí. Segundo a Secretaria da Segurança, ele ordenou a morte de seis PMs. Foi preso em agosto após ficar três meses foragido —recebeu o benefício de saída temporária do Dia das Mães, mas não retornou; hoje, está na penitenciária de Avaré.

Conforme a Polícia Militar, na favela foi localizada uma lista com detalhes da rotina de cerca de 40 pessoas —a polícia investiga se todos são policiais marcados para morrer. Entre as informações, estão horários de saída de trabalho e locais que frequentam na folga.

“Não é uma lista. São informações sobre policiais. Mas não é nominal. Traz lá: o sargento sai às 17h e vai para o bar”, disse coronel Marcos Roberto Chaves, comandante da PM na capital.

Somente neste ano 88 PMs foram mortos, entre homens de ativa e aposentados, e quase todos (85) foram no horário de folga. A maioria tem características de atentado.

O Estado diz não poder afirmar se há ligação entre essa série de mortes.

Segundo o coronel, os papéis foram enviados para o serviço de inteligência da PM e a Secretaria da Segurança.

O primeiro passo, diz o oficial, é saber o grau de confiabilidade desses papéis. “Precisamos saber se são policiais e quais são esses policiais.”

A lista encontrada vem sendo tratada com reserva. Para o coronel César Augusto Morelli, comandante do Policiamento de Choque, esse assunto

pode trazer desconforto. “Não vou confirmar se tem policiais nessa lista. Por enquanto estamos analisando os nomes que estão nela. Se confirmar agora, sem avaliar os nomes, poderia criar uma situação de neurose internamente, nas polícias e na sociedade.”

A apreensão desses documentos aconteceu antontem com dois gêmeos de 17 anos que deixavam a favela com uma mala de rodinhas. A apreensão foi revelada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

Além dos relatórios, foram achados contabilidade dos criminosos e uma carta com ordem para matar policiais.

“Se for executado um (i) [irmão] será executado 2 policial sendo os mesmos da mesma corporação que cometer o ato de covardia [sic]”, diz trecho do papel.

O teor se assemelha a outros documentos já apreendidos anteriormente, em especial a ordem para matar policiais quando um bandido for morto, conforme a **Folha** revelou no mês passado.

Para o major Olimpio Gomes, membro da comissão de Segurança da Assembleia, esses novos papéis precisam ser analisados com cautela.

Um dos motivos é o bilhete ter sido escrito com caligrafia incompatível com a maioria dos criminosos. Outro motivo é utilizar termos que não fazem parte do vocabulário dos criminosos. “Falam ‘os bot’, ‘os verme’, ‘os coxinha’, mas nunca ‘membros da corporação’.”

TRECHOS DA CARTA

“Para todos os (i) [irmãos] da rua, em cima [sic] das execuções covardes realizadas pela Polícia Militar, partindo diretamente da Rota [...] de uma forma covarde, [...] a partir desta data de 08.08.2012 fica determinado como mis-

são que, [...] se for executado um (i) [irmão], serão executados dois policiais [...] da mesma corporação que cometer o ato de covardia. Fica determinado o prazo de 10 dias para ser concluída a cobrança, caso não for [...] cobrada a morte do (i) [irmão] caberá punições rígidas [...] Se a injustiça for [...] forjar drogas e arrumar para a prisão, a nossa cobrança será executando policial da mesma corporação na mesma região [...]

2. Notícias dia 2 de novembro de 2012

• Matéria 7

Dilma e Alckmin acertam acordo contra violência

Governantes discutirão ocupação de áreas pelo Exército e transferência de chefes do PCC para presídios federais

Após intensa troca de farpas, iniciada com a alta de assassinatos em São Paulo, os governos federal e estadual acertaram uma estratégia para tentar deter o avanço da violência. Dilma Rousseff sugeriu a Geraldo Alckmin que trace um plano integrado para a segurança.

Entre as ações a serem discutidas está a ocupação de áreas críticas, como Paraisópolis, pelo Exército.

As propostas da presidente vêm após o secretário Antonio Ferreira Pinto ter dito que o governo federal não havia oferecido ajuda; o Ministério da Justiça nega.

O Planalto ofereceu ainda os quatro presídios de segurança máxima para receber chefes da facção PCC.

Anteontem, dois PMs foram mortos em Heliópolis — já são 90 no Estado. A PM estendeu a Operação Saturação ao Campo Limpo e ao Capão Redondo. **Colêdiano C1**

Após troca de farpas, gestões Dilma e Alckmin acertam ação antiviolência

Governos decidiram ontem elaborar uma estratégia conjunta para conter criminalidade em SP

União deverá propor a ocupação de áreas críticas como a favela Paraisópolis e oferecer vagas em presídios

FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA
CÁTIA SEABRA
DE SÃO PAULO

Após intensa troca de farpas, iniciada com a escalada dos assassinatos em São Paulo neste mês, os governos Dilma Rousseff (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB) começaram a negociar ontem estratégia conjunta para conter o avanço da violência no Estado.

Por telefone, Dilma sugeriu a Alckmin que fosse traçado um plano integrado de segurança pública. Segundo a ministra Helena Chagas (Comunicação Social), o governador aceitou a oferta.

Detalhes da ação conjunta serão definidos na próxima semana, quando o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) vai se reunir com repre-

sentantes do governo de SP.

Entre as ações que serão tratadas está a ocupação de áreas críticas como a favela Paraisópolis pelo Exército e Força Nacional de Segurança. Ontem, ao jornal "O Estado de S. Paulo" a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, defendeu a ideia de que forças federais ocupem a maior favela de SP da mesma forma que fez no Complexo do Alemão, no Rio.

Inicialmente, o governo está disposto a oferecer vagas em quatro presídios federais e a formar força-tarefa com as polícias federais e estaduais.

Um dos primeiros bandidos que devem ser transferidos é Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, chefe da facção PCC em Paraisópolis e acusado de mandar matar ao menos seis policiais.

A preocupação do governo Dilma é desmobilizar a organização criminosa PCC, que tem ramificações fora de SP.

BATE-BOCA

A elaboração de um plano integrado já havia sido anun-

ENTENDA A POLÊMICA

Antes de entrarem em acordo, governo federal e Estado divergiram sobre oferta



Antonio Ferreira Pinto, secretário da Segurança. Disse que o União não ofereceu ajuda e que não pode oferecer nada que o Estado já não tenha

O QUE DISSERAM

“Não há fantasia: é real. Essa oferta não foi feita uma, mas várias vezes

JOSÉ EDUARDO CARDOZO em entrevista à Folha

“[Eles] Não conhecem nada de facção criminosa

ANTÔNIO FERREIRA PINTO em entrevista coletiva



José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça. Disse que o governo federal se colocou à disposição de secretaria, mas pediu uma atuação conjunta

ciada pelo ministro da Justiça, que disse, porém, que o governo paulista estava interessado só em verba para financiar projetos pontuais.

O tema virou motivo de bate-boca entre os dois governos. Ferreira Pinto disse que a União não sabia nada de

facção criminosa e que o Estado não precisava dos presídios nem de tropas federais.

Ele acusou, ainda, Cardozo de “faltar com a verdade” ao dizer que havia oferecido ajuda ao governo de SP.

Em nota, o Ministério da Justiça disse que ofereceu

apoio “em diversas oportunidades” e rebateu a tese defendida por Ferreira Pinto e Alckmin de que a violência em São Paulo decorria da entrada de armas e drogas no Estado por falta de fiscalização nas fronteiras. “É inacreditável, além de inverídica”, disse.

O que o governo federal pode oferecer de imediato

> Vagas nas penitenciárias federais de segurança máxima. São quatro: Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN).

> Troca de informações com o serviço de inteligência da Polícia Federal, a Receita e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras)

> Operações conjuntas entre as polícias Civil e Militar de SP e as forças federais de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional)

O que é a Força Nacional

Equipe formada por 7.676 policiais e bombeiros dos grupos de elite dos Estados; incluindo de São Paulo. Passam por treinamento na Academia Nacional de Polícia (da Polícia Federal) e são convocados quando necessário

Ontem, Alckmin disse a Dilma que desaprovou a atitude de Cardozo, mas que reconheceu também “excesso” por parte de Ferreira Pinto.

Colaborou NATUZERY, de Brasília

LEIA MAIS nas pág. C3 e C4

▶ ENTREVISTA

Para jurista, UPP é melhor do que ocupação da PM

DE SÃO PAULO

Para o jurista Wálter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone (de ciências criminais) e ex-secretário Nacional Antidrogas no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora em favelas de São Paulo pode ser positiva.

(TALITA BEDIPELLI)

★
Folha - O que o senhor acha da proposta?

Wálter Maierovitch - É preciso fazer a pacificação, a retomada do controle dos territórios. O sucesso das UPPs do Rio de Janeiro parte da retomada dos controles territorial e social.

Para se ter esse controle, há necessidade de se ter uma polícia comunitária, que retome a confiança do cidadão, que faça com que se encerre esse medo difuso do crime organizado e que volte a implantar a cidadania.

Enão adianta manter a Polícia Militar?

O que o governo federal propõe com a instalação de uma unidade pacificadora é o contrário da política de São Paulo, que tem uma polícia que vai para o confronto.

Deixar a PM é fazer uma UPP capenga, militarizada. Essa política de enfrentamento vem colhendo maus resultados.

Para Alckmin, Exército é desnecessário em São Paulo

Em conversa com Dilma ontem, tucano disse que não quer, mas irá avaliar oferta

Para governador, a situação do Estado é diferente daquela que motivou a ocupação do Complexo do Alemão

DE SÃO PAULO

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) deve rejeitar a oferta do governo federal de deslocar tropas do Exército para ocupar áreas críticas de São Paulo, como a favela Paraisópolis, na zona sul.

Na conversa com a presidente Dilma Rousseff ontem, o governador disse que não quer o Exército e que acha que a situação de São Paulo é bem diferente da que motivou a ocupação militar do Complexo do Alemão, no Rio.

Mas ele não descartou de imediato. Ficou de analisar a proposta e tratá-la dentro da discussão para elaborar uma estratégia conjunta.

Em um primeiro momento, o governo federal cogita oferecer tropas federais, tanto do Exército quanto da Força Nacional de Segurança.

A última vez que os governos federal e estadual fizeram um acordo para empreender estratégia conjunta na segurança pública em São Paulo foi em agosto de 2006.

Na época, a facção criminosa PCC impunha havia três meses uma onda de ataques contra a polícia paulista.

O acordo, firmado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo governador Cláudio Lembo (então no PFL), não incluía, porém, o uso de tropas federais — apenas inteligência, apoio de helicópteros e a colaboração mais estreita da Polícia Federal.

POLÍCIA NAS COMUNIDADES

Entenda a diferença entre as ações policiais no Rio e em São Paulo

FAVELA DE PARAISSÓPOLIS

Área 800 mil m²

População 80 mil

TOPOGRAFIA: PLANA



TIPO DE OPERAÇÃO POLICIAL
Operação Saturação

> Duração de alguns dias
> Rondas e bloqueios em pontos da favela

EFETIVO

Mais de 500 policiais, com carros, caminhões e motocicletas, além de cães e cavalos

COMPLEXO DO ALEMÃO

Área 1,77 milhão de m²

População 60 mil

TOPOGRAFIA: MONTANHOSA



TIPO DE OPERAÇÃO POLICIAL
Ocupação permanente pela PM

> Possui 4 UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) em favelas

EFETIVO

> Efetivo de 2.158 PMs nos complexos do Alemão e da Penha
> Chegou a usar 27 blindados na ocupação inicial, em 2010

▶ ENTREVISTA

'Ideia é absurda', diz ex-comandante da Polícia Militar

DE SÃO PAULO

Para Rui César Melo, ex-comandante da Polícia Militar de São Paulo entre 1999 e 2002, a proposta do governo federal de levar UPPs para favelas paulistas, como Paraisópolis, é um "absurdo".

★
Folha - O que o senhor acha da ideia de trazer as UPPs para Paraisópolis?

Rui César Melo - É uma coisa política, não verdadeira. A polícia já está lá em Paraisópolis. Quem ela tinha que prender já está preso. É um absurdo dessa proposta.

Há pessoas que afirmam que a PM tem uma visão mais de enfrentamento e a UPP tem um caráter comunitário. O que o senhor acha disso?

Esse modelo que eles chamam de unidade pacificadora nós fazemos aqui em São Paulo há 12 anos. É chamada de polícia comunitária.

Nas primeiras intervenções nas favelas, que eu fiz quando estava no comando [da Polícia Militar], coloquei bases comunitárias de segurança.

Eles estão querendo fazer um negócio que já existe e o que precisa ser feito, eles não fazem.

Hoje não existe um sistema nacional de informações [de criminosos]. É preciso patrulhar melhor as fronteiras do país, para não entrar arma, droga.

dió Lembo (então no PFL), não incluía, porém, o uso de tropas federais — apenas inteligência, apoio de helicópteros e a colaboração mais estreita da Polícia Federal.

Desta vez, as tropas seriam usadas para ajudar o governo paulista a implantar estratégia

recente de ocupar ostensivamente áreas consideradas redutos do PCC.

A primeira reação ostensiva do governo à escalada da violência desde setembro — com aumento dos assassinatos, inclusive de PMs — foi a ocupação por 600 policiais

militares de Paraisópolis.

Depois, passou a fazer incursões e ocupações pontuais, como as da favela São Remo, no Butantã (zona oeste), anteontem, e em regiões do Campo Limpo e Capão Redondo, no extremo sul, ontem. (TÁTIA SEABRA E JOSÉ BENEDITO DA SILVA)

PM estende ação a Campo Limpo e Capão

Um suspeito morreu no hospital depois de um tiroteio com policiais; operação na região deve chegar ao fim hoje

Depois de ocupar a favela Paraisópolis, Estado desencadeia operação especial em outras áreas da zona sul

DO "AGORA"
DE SÃO PAULO

O governo paulista estendeu ontem a presença ostensiva da Polícia Militar, chamada Operação Saturação, para outras duas regiões, Campo Limpo e Capão Redondo, ambas na zona sul paulistana.

Foi na mesma zona sul, na favela Paraisópolis, que a operação foi desencadeada pela primeira vez, no início da semana, com o objetivo de combater o crime organizado.

As novas operações começaram ontem com os policiais militares sendo recebidos a tiros, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Até a noite, um suspeito foi morto —ele estaria em um ponto de venda de drogas e trocou tiros com a PM— e ou-

tras nove foram presas.

O tenente-coronel Deufrânio Barbosa de Carvalho, responsável pela operação, afirmou que parte das prisões ocorreu em uma refinaria de drogas na divisa com Embu das Artes (Grande São Paulo).

No local, foram apreendidos 5.000 pinos e 2 kg de pasta de cocaína, 0,5 kg de maconha e balança de precisão.

O objetivo da operação no Campo Limpo e no Capão Redondo é desarticular, principalmente, a venda de drogas. Essa ação, segundo a PM, deve acabar hoje —diferentemente de Paraisópolis, onde a Operação Saturação não tem previsão para ser encerrada.

Capão Redondo e Campo Limpo estão entre os bairros com mais homicídios dolosos (intencionais) na cidade neste ano —74 de um total de 919.

Anteontem, a PM fez operação na favela São Remo (zona oeste) para prender suspeitos de matar um policial da Rota. A ação resultou na descoberta de um túnel usado para levar drogas à USP.

Policiais militares abordam motoqueiro durante operação iniciada ontem no Capão Redondo, na zona sul de São Paulo

• Matéria 10

Facção planeja ter o comando de favelas em outros Estados

Documentos mostram que PCC quer 'comprar' pontos e vender drogas no varejo

ROGÉRIO PAGNAN
AFONSO BENITES
DE SÃO PAULO
JOSMAR JOZINO
DO "AGORA"

Documentos apreendidos pela polícia com criminosos da facção PCC mostram que o grupo quer se espalhar para outros Estados comprando pontos de venda e distribuição de drogas em favelas. O objetivo, conforme a documentação que está com o Ministério Público, é deixar de ser só fornecedor do entorpecente para fechar o ciclo do comércio, principalmente de maconha, cocaína e crack.

De 2006 a 2011, as polícias Federal e Civil já tinham constatado a presença de membros da facção em 16 Estados, além de contatos com traficantes da Bolívia e do Paraguai.

A ideia dos criminosos é

ampliar sua atuação. Além de atacadista querem ser varejista, comprando pontos de venda e distribuição, que eles chamam de "FM's", ou da "família" dos criminosos do PCC.

Diz um trecho do relatório: "FM's: estamos carecas de saber que é um dos melhores investimentos, é um lucro enorme e duradouro, queremos, na medida do possível, comprar mais lojas de porte médio e grande e só favelas, mas se hoje estamos em todo o território nacional, devemos expandir nossas lojas a estas regiões também, como uma teia de aranha [sic]".

Os documentos aos quais a Folha teve acesso foram obtidos em três operações policiais na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista.

Nesta semana, dois irmãos gêmeos foram detidos na favela de Paraisópolis (na zona oeste) com uma mala com dezenas de documentos elaborados por membros do PCC.

Nessa papelada, também

havia informações sobre a expansão para outros Estados, conforme a reportagem apurou com policiais.

COMPRA EM SP

A compra de bocas de fumo em favelas também acontece em São Paulo. No mês passado, a polícia descobriu que um traficante foi assassinado em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, porque se recusou a vender seu ponto.

Dois dias após a morte do traficante, integrantes de sua quadrilha foram assassinados.

Para o sociólogo Julio Jacobo Waiselfiz, a atuação do PCC na venda das drogas para os usuários deve aumentar o índice de homicídios em várias regiões do país.

"Quando ele atua no ataque, não se preocupa em cobrar dívidas. Quando parte para o varejo, ele trata direto com os usuários. É aí que está o problema. Uma cobrança de um débito pode resultar em mortes e outros crimes."

ANÁLISE

Modelo do tráfico varejista em SP é caracterizado pelo PCC

PAULO MALVASI
ESPECIAL PARA A FOLHA

O comércio varejista de drogas em São Paulo a partir dos anos 2000 é caracterizado pela expansão do modus operandi do PCC.

O modelo de gestão é flexível. Os empreendedores (donos de pontos de venda) disputam o mercado em um processo de livre concorrência.

A maior parte destes pequenos empreendedores não é de membros do PCC, mas mantém relações comerciais e políticas com pessoas ligadas à organização. Parte expressiva da distribuição de drogas é realizada sob a rubrica do PCC, embora não seja exclusiva.

O uso da violência na conquista de novos pontos de venda não é prática comum deste modelo de organização do tráfico varejista.

A imagem de traficantes "to-mando a boca" de outros à "bala" não corresponde à dinâmica atual do tráfico em São

Paulo. A estratégia mais comum é a oferta partir de membros do PCC para a compra de pontos de venda de traficantes menores. A violência está posta como possibilidade, mas já não é considerada a opção comercialmente mais rentável.

O tráfico de drogas chega aos bairros como uma atrativa possibilidade dada à "vi-ração", um mercado de fácil acesso, uma estrutura de oportunidades ilegais eferescente; um mercado que aceita os jovens de acordo com a especialização e características pessoais; o tráfico é um dos empregos mais acessíveis para jovens com pouca formação escolar.

A consolidação da lógica comercial no tráfico e a diminuição da violência fatal entre traficantes apontam para o fato de que ações públicas puramente repressivas não são eficazes.

PAULO MALVASI é antropólogo, doutor pela USP, professor da Uniban, pesquisador de CEM e do Cebrap

INTERNET

Senado aprova projeto que tipifica crimes cibernéticos

DE BRASÍLIA - O Senado aprovou anteontem projeto que tipifica os crimes cometidos na internet. Pelo texto, passa a ser crime invadir dispositivos eletrônicos — como celulares, notebooks, desktops, tablets ou caixas eletrônicas —, com o objetivo de obter ou adulterar dados.

Também será classificado como crime produzir, oferecer ou vender programas que permitam a invasão. A pena é de três meses a um ano de prisão, além de multa.

Ela pode ser ampliada em casos em que houver prejuízo econômico, obtenção de informações sigilosas, violação de comunicações eletrônicas privadas, como senhas ou conteúdos de e-mails, ou se as vítimas forem autoridades públicas.

O texto já foi aprovado na Câmara, mas volta para análise dos deputados porque sofreu mudanças no Senado.

O projeto tramita há mais de 12 anos no Congresso. A discussão foi destravada em maio, depois do vazamento de fotos da atriz Carolina Dieckmann na internet.

3. Notícias dia 3 de novembro de 2012

- **Matéria 11**

Secretário quer assassinos de PM em prisão federal

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, quer propor à União que assassinos de policiais sejam enviados para um dos quatro presídios federais do país. Ontem, outro PM foi assassinado, levando a 91 o total de mortos no Estado. **Cotidiano C1**

- **Matéria 12**

Em mais um dia violento, policial e outros 8 morrem

DO "AGORA"

O cabo da Polícia Militar Marcos Volnei Zacarias Pilatti, 42, foi morto a tiros ontem em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), elevando para 91 o número de PMs assassinados no Estado.

Outras oito pessoas morreram na região metropolitana de São Paulo entre a noite de ontem e a tarde de ontem. Segundo a polícia, três delas foram baleadas durante trocas de tiros com PMs.

Pilatti foi morto com três tiros por volta das 6h20, na avenida Samuel Aizemberg. A polícia investiga as circunstâncias do crime.

"Registrei o caso como latrocínio. Ladrões chegaram a roubar a moto do PM. Andaram uns 50 metros com ela e só não levaram porque o bloqueador e o alarme foram ativados", afirmou o delegado Rodrigo Borges Petrilli.

O tenente-coronel Mauro Ricciarelli, comandante do 40º Batalhão, onde Pilatti era lotado, tem a mesma opinião.

"Ele estava fardado e com colete à prova de bala. Mas usava capacete e capa de chuva que cobria até as botas. Os ladrões, quando se aproximaram, desconfiaram que era um PM e atiraram", disse.

Morador de Praia Grande (litoral de São Paulo), Pilatti fazia o mesmo trajeto todos os dias para chegar ao trabalho, em São Bernardo.

Os ladrões, segundo a polícia, se aproximaram em outro moto. O PM foi baleado três vezes — no rosto, no pescoço e de raspão no peito.

Uma câmera de segurança da farmácia filmou a aproximação dos criminosos, que fugiram. Segundo a polícia, as imagens não são nítidas.

"Ele tinha ficha limpa. Estava na PM havia 20 anos. Era casado e tinha uma filha de 20 anos", disse o tenente-coronel Ricciarelli.

MAIS MORTES

Em outro caso, um homem foi morto em Caieiras (Grande São Paulo). Na zona oeste, dois morreram no Jardim Arapoador e no Jardim Guaratã. Na zona leste, houve uma vítima na Vila Prudente, outra no Betém e uma, com 17 tiros, em Cidade Tiradentes.

Na zona sul, um homem morreu em Parelheiros. Outra morte foi em Carapicuíba. Nenhum suspeito pelos crimes foi preso. **(OSMAR JOSINO)**

Policiais militares participam de cerimônia anual no cemitério do Araçá, na zona oeste de São Paulo, para homenagear colegas de profissão mortos

Secretário quer assassinos de PM em presídio federal

Ferreira Pinto diz que proposta será discutida com a União; ontem, mais um policial militar foi assassinado

Estado e governo federal vão discutir ações de inteligência entre as polícias, a Receita Federal e a Abin

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antônio Ferreira Pinto, quer mandar assassinos de policiais para uma das quatro penitenciárias federais do país.

Na noite de ontem, eu visitar um batalhão da Polícia Militar no Campo Limpo (zona sul), ele disse que a proposta será discutida com a União. "Com essas mortes de PMs, temos de dar uma resposta mais enérgica."

Até o fim de outubro, 169 suspeitos de envolvimento nas mortes de PMs tinham sido identificados. Desses, 129 foram presos, 20 morreram

em confrontos com a polícia e outros 20 estão foragidos.

Entre os detidos está Antônio Cesário da Silva, o Piauí. Ele é considerado o chefe da facção PCC na favela Paraisópolis e é investigado por mandar matar seis policiais. Deve ser um dos primeiros a ir para uma prisão federal.

Ontem, no dia em que a PM homenageou policiais mortos, mais um membro da corporação foi assassinado (leia nesta pág.). Já são 91 PMs mortos desde o início do ano.

NOVO DISCURSO

Ontem, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) negou que as conversas com a União sejam um reconhecimento ao poder do crime organizado.

Depois que ele e a presidente Dilma Rousseff (PT) entraram em um acordo sobre ajuda federal para o Estado, Ferreira Pinto e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, suspenderam a troca de acu-

sações por conta da escalada da violência no Estado.

Ferreira Pinto chegou a afirmar que havia um oportunismo por parte de Cardozo ao dizer que o Estado não aceita ajuda federal. Agora, disse que a questão está superada e que um grupo de trabalho será montado na semana que vem para discutir o tema.

Já Cardozo disse que não há uma estratégia "pré-definida". "Temos um conjunto de propostas que faremos em comum acordo com o governo de São Paulo. Ver o que aceitamos e não aceitamos, é uma penitência."

A ideia é envolver ações de inteligência entre as polícias (Federal, Militar e Civil), a Receita Federal e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

Paralelo, a situação em São Paulo é diferente da no Rio em 2010, quando o Exército ocupou favelas: "O Rio tinha regiões fisicamente comandadas pelo tráfico. São Paulo tem situação mais difusa."

HISTÓRICO DE MORTES DE PMS

Dados de janeiro a outubro, relativos a policiais da ativa no Estado



INVESTIGAÇÕES

169 pessoas, ao menos, foram identificadas como suspeitas de atacarem PMs

129 desses suspeitos foram presos; 20 morreram

Se considerarmos as 18 PMs apontadas que foram assassinadas e a 1ª morte de novembro, são ao todo **91** mortes em 2012

* Inclui aqueles que estavam fazendo "bico" como segurança. Fonte: Caderno de Polícia Militar

• **Matéria 13**

SEGURANÇA MÁXIMA

Como funcionam as penitenciárias federais e o presídio de São Paulo

Penitenciárias federais

- > Presos são monitorados 24 h por dia por câmeras
- > Visitas ocorrem semanalmente. Presos têm direito a visitas íntimas
- > Detectores de metais identificam se os visitantes estão com armas, telefones celulares, drogas ou explosivos
- > Preso pode cumprir toda sua pena nessas cadeias
- > Por ficar fora de seu Estado, o contato com outros criminosos é dificultado



208 é a capacidade de detentos em cada prisão federal, em celas individuais

160 detentos em celas individuais é a capacidade do Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes

Presídio de segurança máxima em SP

- > Há câmeras em parte do presídio
- > Preso não tem contato físico com seu visitante. Não há visita íntima
- > Detectores identificam armas e telefones celulares
- > Preso só é levado para lá se cometer faltas graves em outras cadeias. Ele fica no máximo um ano
- > Por estar em seu Estado, o contato com outros criminosos é mais fácil

Fonte: Inpec e SAP

Facção manda 'ajuda' para cadeias federais

AFONSO BENITES
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO
JOSMAR JOZINO
DO "AGORA"

Mesmo presos nas mais seguras cadeias do país, alguns dos detentos das quatro penitenciárias federais continuam recebendo ajuda financeira da facção criminosa PCC. Documentos obtidos pela **Folha**, que estão em poder da polícia e do Ministério Público, mostram que o grupo criminoso repassa mensalmente valores que variam de R\$ 4.500 a R\$ 28.000 para parentes de condenados que estão nos presídios federais de Mossoró (RN), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Catanduvas (PR). O dinheiro é para bancar a viagem ou até mesmo a permanência das famílias nas cidades onde os detentos da

facção estão presos. Em alguns casos, conforme promotores e policiais, o objetivo da facção criminosa é aproveitar as visitas dos parentes para atualizar os presos sobre algumas de suas operações.

Nesta semana, os governos federal e estadual acordaram que, se necessário, parte dos criminosos de São Paulo será transferida para uma das penitenciárias da União.

DISPERSÃO

A ajuda financeira dada aos familiares não é uma exclusividade de quem está nas penitenciárias federais.

A documentação mostra que famílias de presos que estão em penitenciários da capital e do Interior paulista também recebem essa ajuda mensal, que vai de R\$ 11.890 a R\$ 46.750.

Os maiores valores são pa-

ra os parentes de quem está preso na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, onde o governo concentrou a maioria dos chefes da facção.

As mulheres vinculadas ao PCC, presas na penitenciária feminina de Santana, também recebem a ajuda.

A documentação deixa claro o gasto de R\$ 200 mil mensais com os advogados que defendem esses criminosos, a quem os bandidos chamam de gravatas.

As informações constam de uma série de arquivos apreendidos em pendrives em três operações policiais realizadas na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista.

Esses documentos descobertos pela polícia estavam com membros da facção e seriam entregues para chefes da organização que estão presos em presídios paulistas.

4. Notícias dia 4 de novembro de 2012

• **Matéria 14**

Tráfico voltou a Paraisópolis após polícia sair da favela

Assim como hoje, PM ocupou a região em 2009; nesse intervalo, crime voltou

Lista com nomes de PMs que seriam alvo de criminosos foi apreendida pela polícia no local nesta semana

MORRIS KACHANI
DE SÃO PAULO

Em 2009, a Polícia Militar realizou uma operação em Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, com as mesmas características da que foi desencadeada na última semana. Batizada de "Saturação", o objetivo era 'matar' a estrutura criminal da região, com foco no tráfico de drogas.

Nesses três anos que separam as duas operações da PM, porém, o tráfico de drogas recrudescceu na favela da zona sul, onde moram cerca de 80 mil pessoas.

Foi lá que a polícia apreendeu uma lista com nomes de PMs que seriam alvo da facção criminosa PCC. Até sexta-feira, 91 policiais haviam sido mortos no Estado, numa onda de violência que levou o governo federal a oferecer ajuda ao Estado de São Paulo.

Segundo o major da PM Marcio Streifinger, que participa da operação atual, após a polícia deixar a região em 2009, demorou a voltar. "Quando a PM vai embora a tendência é uma situação de normalidade e o tráfico demora a se reestruturar".

Desta vez, fazem parte da "Saturação" cerca de 500 PMs, 154 carros, 60 cavalos e 6 cães que ocupam a região.

"É um trabalho de prevenção e repressão estritamente feito pela polícia — não existe assistência social nesse tipo de missão", explica o major Streifinger.

Ele lembra que se trata de uma operação temporária, que pode durar até três meses. Não há previsão de instalação de uma base da PM no local.

FOLHA DE S. PAULO

FAVELA SITIADA
Paraisópolis vive sua terceira intervenção policial

Área
800 mil m²
População
80 mil



TOPOGRAFIA: PLANA

Casas de alvenaria e barracos de madeira

Ruas estreitas e sem bloqueios por parte de bandidos



PRESENÇA DA POLÍCIA

Operação Saturação

- > Duração de alguns dias
- > Rondas e bloqueios em pontos da favela

EFETIVO



Mais de 500 policiais, cem carros, caminhões e motocicletas, além de cães e cavalos

• **Matéria 15**

Local recebe investimentos, mas gestão é alvo de críticas

Desde 2006, R\$ 594 mi foram investidos no local

DE SÃO PAULO

Fundada há mais de 60 anos por operários que trabalhavam na construção das mansões do Morumbi, Paraisópolis não tem sequer uma base fixa da Polícia Militar. Na favela, sete em cada dez habitantes têm menos de 30 anos.

Pouco mais de um quarto das habitações do local conta com rede de esgoto. Muitas das 18 mil casas de alvenaria (a maioria sem revestimento) está em área de risco de desabamento ou alagamento.

Apesar disso, a favela vive uma contradição. Dois meses antes de ser ocupada pela PM, Paraisópolis ajudou a Prefeitura de São Paulo a obter o mais importante prêmio da ONU na área de habitação, o Scroll of Honour.

O portfólio de obras feitas em Paraisópolis pelo Programa de Urbanização de Favelas de São Paulo também já foi tema de exposições nas bienais de Veneza e Roterdã.

No entanto, também há críticas à falta de gestão dos projetos implantados no local.

“As construções são erguidas sem um plano de inserção social”, afirma João Sette Whitaker, professor da Faculdade de Arquitetura da USP. “O maior exemplo disso é o número de remoções, que ultrapassa o número de habitações oferecidas.”

Com recursos dos governos federal, estadual e municipal, Paraisópolis recebeu desde 2006, de acordo com dados oficiais, R\$ 594 milhões em investimentos de infraestrutura, equipamentos públicos e unidades habitacionais (serão 3.600 até 2014).

A favela é recordista em número de ONGs atuantes — são mais de 60. Ali, há cursos de balé, orquestra, judô, culinária,

além de uma unidade do hospital Albert Einstein e outra do colégio Porto Seguro, para a população carente.

Em 2009, foi criada a “Virada Social”, fruto de diálogo entre os governos municipal e estadual e a comunidade.

Àquela época, na esteira da ocupação da PM na favela, foram definidas 126 ações do Estado na comunidade, como a construção de mais um CEU, um hospital, um parque, quadras esportivas e uma casa de cultura, entre outros.

Destas, apenas 22 foram realizadas. As outras 104, ou 81%, ficaram no papel. (MK)

ÀS CLARAS

Em Paraisópolis, o tráfico de drogas não mantém o domínio territorial (leia-se controle sobre meios de transporte e distribuição de gás) como ocorria em muitos dos morros do Rio de Janeiro. A onda de homicídios que acomete o cinturão da cidade também não chegou até lá.

Mas ainda assim, a comercialização e o consumo de drogas acontecia às claras, apontam moradores. Isso além dos assaltos — só de um ano para cá, a loja das Casas Bahia, saudada à época de sua inauguração em 2009 como um marco de renovação na favela, foi vítima de dois.

E ainda havia o baile funk fechando as quatro principais ruas de Paraisópolis, a todo volume de sexta-feira à madrugada de segunda.

De forma velada, por medo de represálias, boa parte dos moradores ouvidos pela **Folha** aprova a nova intervenção. Eles, no entanto, fazem ressalvas. A primeira delas é sobre o tempo restrito da ocupação.

Há também críticas à falta de ações sociais integradas na favela. “Ações pontuais da polícia não vão resolver os problemas. Temos um déficit de

5.000 vagas nas creches, por exemplo. Não temos um único cinema, clube ou faculdade”, diz Gilson Rodrigues, presidente da União dos Moradores de Paraisópolis.



Ações pontuais da polícia não vão resolver os problemas

GILSON RODRIGUES

cotidiano em cima da hora

Noite de violência deixa dez mortos; Rota mata suspeito na marginal

Na zona leste, criminosos atiraram contra prédio onde moram policiais; um homem morreu

MARTHA ALVES
DE SÃO PAULO

Dez pessoas morreram na capital e na Grande São Paulo da noite da anteontem e madrugada de ontem. Outros seis civis foram baleados. Nenhum suspeito foi preso.

À tarde, um homem foi morto pela Rota (tropa de elite da PM) na marginal Pinheiros.

A região metropolitana vem registrando um onda de violência, com assassinatos à noite, nas duas últimas semanas. Na maior parte dos casos, os bandidos passam em motos ou carros atirando em pessoas nas ruas. A polícia não confirma relação entre os crimes.

A maioria das mortes ocorreu em São Bernardo do Campo, no ABC, onde, no dia anterior, um policial foi assassinado. A PM não confirma se há relação entre os crimes e a morte do militar.

Dois homens e uma mulher foram baleados no Jardim do Lago, por volta da 0h de ontem. Só a mulher sobreviveu.

Outras cinco pessoas foram baleadas no bairro Casa, por volta das 2h30, mas não correm risco de morte. No bairro Alves Dias, um homem foi morto a tiros.

Em Taboão da Serra, Grande São Paulo, três homens morreram às 21h em um confronto com policiais. Os suspeitos estavam num carro roubado e, conforme a PM, não atenderam à ordem de parar. Com

eles foram achados uma metralhadora e dois revólveres.

Na zona leste da capital, criminosos atiraram contra um prédio onde moram policiais militares na Vila Carmosina. Uma pessoa que estava em um carro foi baleada e levada ao Hospital Santa Marcelina, onde morreu.

Ontem, às 5h45, um policial militar sofreu uma pancada no rosto em Santana, zona norte, numa tentativa de roubo à sua moto.

À tarde, policiais da Rota (tropa de elite da PM) mataram na marginal Pinheiros um homem. Segundo a corporação, ele não obedeceu a uma ordem de parada e disparou contra os PMs.

A PM informou que ele era procurado pela Justiça e tinha antecedentes por tráfico e formação de quadrilha.

ACORDO FEDERAL

Para conter o avanço da violência no Estado, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e a presidente Dilma Rousseff (PT) começaram a negociar na quinta-feira uma estratégia conjunta.

Alguns pontos em discussão são ações de inteligência de Polícia Federal, Receita Federal e Abin (Agência Brasileira de Inteligência) com as polícias Militar e Civil — e a transferência de assassinos de policiais para presídios federais — neste ano, já são 91 policiais mortos.

Policia militar é assassinada na frente da filha de 11 anos

Soldado chegava em casa quando foi atingida por ao menos dez tiros

Onda de violência já soma 92 PMs mortos no Estado em 2012; agente penitenciário foi morto em Guarulhos

DO "AGORA"
DE SÃO PAULO

A policial militar Marta Umbelina da Silva, 44, foi morta na frente da filha de 11 anos com ao menos dez tiros nas costas. O crime ocorreu às 21h30 de anteontem, na Brásia, zona norte paulistana.

Com isso, a onda de violência já soma 92 PMs mortos no Estado desde o início do ano.

Segundo o comandante-geral da PM, Roberval França, Marta foi a primeira policial mulher morta em situação com características de atentado.

A soldado voltava da casa da nora. A filha desceu do veículo para abrir o portão da garagem, mas não conseguiu. A mãe saiu para ajudá-la. Um homem que a aguardava na rua disparou tiros contra ela e fugiu em um Corsa preto.

A filha começou a gritar pedindo socorro. Familiares le-

varam a PM para o Hospital Geral da Vila Penteadado, mas ela morreu no caminho.

Marta estava havia mais de dez anos na polícia e trabalhava na área administrativa.

O enterro foi no cemitério Jaraguá (zona oeste). Amigos da PM juntaram dinheiro para pagá-lo. Como Marta estava de folga, sua família não teve direito à assistência do Estado para o enterro, segundo o deputado estadual major Sérgio Olímpio (PDT).

AGENTE E OUTRO PM

Ontem à noite, um agente penitenciário foi morto — o irmão dele ficou ferido — e outro PM foi baleado. Seu estado era considerado grave.

Segundo a Polícia Militar, Juarez Benedito Ferreira Alves, 47, foi morto a tiros às 22h na avenida Faria Lima, em Guarulhos (Grande SP). O irmão do agente, José Nilton Ferreira Alves, 40, também foi atingido.

No Grajaú, extremo sul da capital, um PM identificado apenas como soldado René foi baleado às 19h30. Segundo policiais militares, ele chegava a um posto de gasolina quando foi atacado.

PM é morta diante da filha na zona norte de São Paulo

Corretiano C5

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES
SP minimiza facção que age no vazio deixado pelo poder

Cotidiano C2

6. Notícias dia 6 de novembro de 2012

- Matéria 18 e 19

Bala perdida mata garota de dez anos em São Paulo

Uma menina de dez anos foi morta por uma bala perdida no domingo à noite no Ipiranga, em São Paulo. Ela foi atingida na cabeça pelo disparo de um bombeiro que trocou tiros com ladrões que tentavam roubar um carro no congestionamento.

Entre domingo e ontem, 13 pessoas foram assassinadas na Grande SP. **Cotidiano C1**

Bombeiro atira em ladrão e mata menina

Amanda Ferrão Martinho, 10, voltava do litoral paulista com a família quando morreu vítima de bala perdida

Advogado de bombeiro atribui morte ao clima de insegurança no Estado após a morte de 92 policiais militares

DE SÃO PAULO
DO "AGORA"

Uma menina de 10 anos morreu atingida por uma bala perdida durante troca de tiros entre dois ladrões e um bombeiro na zona sul de São Paulo. Na mesma ação, um segurança foi baleado.

Eram 20h30 de anteontem, quando dois jovens em uma motocicleta se aproveitaram do congestionamento na avenida das Juntas Provisórias, no Ipiranga, e anunciaram o roubo a um carro.

O bombeiro Eder Nascimento Santos, 38, estava preso no congestionamento em seu Mitsubishi Pajero e percebeu o assalto. Ele desceu do veículo, onde estavam sua mulher e dois filhos, e anunciou a prisão dos ladrões.

Ao invés de se entregar, a dupla reagiu. Segundo o bombeiro disse à polícia, o jovem que estava na garupa da moto apontou a arma para ele e disparou duas vezes.

Como em São Paulo todo bombeiro é policial militar, Santos estava armado e atirou de volta. Ele disparou ao menos sete vezes com sua pistola particular. Quatro tiros atingiram o adolescente nas pernas e no rosto. O jovem tinha 16 anos, era egresso da Fundação Casa (ex-Febem) e morreu no hospital.

Outro disparo acertou a garota Amanda Ferrão Martinho, 10, que estava no banco de trás de um Gol que era

guiado pelo pai dela, um gerente de banco de 46 anos.

Amanda, o pai dela, a mãe e uma irmã de 14 anos estavam voltando do litoral, onde tinham ido passar o feriado. O tiro quebrou o vidro de trás do veículo e atravessou a cabeça da menina, que já chegou sem vida ao hospital.

Um segurança, de 25 anos, que passava de moto pelo local foi outra vítima de bala perdida. Ele foi atingido por um tiro nas costas e não correu risco de morrer.

CLIMA DE INSEGURANÇA

A reação de Santos, segundo o advogado dele, Caleb Garcia, só aconteceu por causa do clima de insegurança pelo qual passa o Estado, onde 92 policiais militares foram assassinados desde o início do ano.

"Ele foi uma vítima. Agiu no instinto de defender sua família", afirmou o defensor.

O outro ladrão, Jeferson Lucas do Nascimento, 18, fugiu a pé e foi detido por quatro PMs que estavam de folga e passavam pelo local.

Ele foi preso por tentativa de roubo, resistência à prisão e corrupção de menores.

O advogado Marcelo Passiani, defensor de Nascimento, não retornou aos recados deixados ontem pela **Folha**. O bombeiro foi indiciado sob a suspeita de homicídio culposo (não intencional) pela morte de Amanda.

Para a polícia, o tiro que matou a estudante —ela frequentava a escola São Francisco, na região norte de São Paulo— foi disparado pela pistola do soldado.

Ele chegou a ser preso, porém foi solto após pagar fiança de R\$ 3.110.

Moto e capacete usados por suspeitos de trocar tiros com bombeiro na zona sul de São Paulo

Cidade enfrenta mais uma noite violenta

DE SÃO PAULO

São Paulo enfrentou mais uma noite violenta na virada de domingo para segunda. Ao menos 13 pessoas morreram nas zonas norte, oeste, leste e sul da cidade e na Grande São Paulo, entre as 18h de anteontem e a tarde de ontem. Parte dos casos foi em ata-

ques que tiveram características semelhantes ao que vem ocorrendo nas duas últimas semanas: criminosos em motos ou carros atiraram aleatoriamente em pessoas que estavam nas ruas.

Na zona oeste, quatro pessoas foram baleadas em um bar no Jardim Esmeralda, por volta das 20h50. Elas foram

socorridas, mas um comerciante, de 30 anos, não resistiu aos ferimentos.

Três homens foram baleados na zona sul, por volta das 23h. Ninguém morreu.

Na Brasilândia (zona norte), criminosos incendiaram ônibus e houve corte de energia elétrica, o que tumultuou a vida dos moradores.

ONDA DE VIOLÊNCIA
Capital e Grande SP tiveram 13 mortes desde domingo à noite*



ALGUNS CASOS

DOMINGO

20h30 Ipiranga (zona sul)
Duas pessoas morreram durante uma troca de tiros entre um bombeiro e dois suspeitos de roubo de carro. Uma das vítimas é uma menina de 10 anos

20h49 Jardim Esmeralda (zona oeste)
Quatro pessoas são baleadas na rua General Syzzen Sarmento. Uma delas morreu no hospital

22h Guarulhos (Grande SP)
Agente penitenciário Juares Benedito Ferreira Alves, 47, é morto a tiros na avenida Faria Lima

ONTEM

15h30 Grajaú (zona sul)
Dois homens foram mortos em troca de tiros com a polícia após suposta tentativa de roubo

*Até a tarde de ontem

- **Matéria 20**

› **ENTREVISTA**

'O instinto do policial é agir', diz comandante

DE SÃO PAULO

O comandante da Polícia Militar na capital, Marcos Roberto Chaves, afirma que a polícia tem feito ações "cirúrgicas" para combater a violência e que o "instinto do policial é agir". (CAROLINA LEAL)

★

Folha - Os policiais estão mais assustados?

Marcos Roberto Chaves - O policial é sempre bem treinado e, quando é necessário, ele vai reagir. Toda vez que ele se defronta com uma ação criminosa o instinto dele é agir. Não vejo como medo ou precipitação.

O Estado perdeu o controle da violência?

A polícia está cada vez mais se empenhando para manter a situação sob controle, tanto é que as operações feitas ultimamente são cirúrgicas. Ela está indo no foco do problema, como em Paraisópolis.

É possível dizer quando a onda de violência acabará?

Aí jogaríamos com previsão, e a polícia trabalha com fatos. É difícil prever.

› **ENTREVISTA**

Para pesquisadora, contexto leva a atos impulsivos

DE SÃO PAULO

As recentes mortes de PMs criam uma situação em que é natural que os policiais ajam movidos pelo medo. A opinião é da pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Camila Nunes. (CL)

★

Folha - Os policiais estão mais assustados?

Camila Nunes - Acho que sim. Esse contexto em que policiais estão sendo executados de forma rotineira provoca uma situação propícia a atos de descontrole, de impulso, gerados por uma reação ao próprio medo. É natural.

O Estado perdeu o controle da violência?

Não perdeu o controle, mas é um grande responsável por tudo que está acontecendo, sobretudo quando não tem transparência na solução dos problemas.

É possível dizer quando a onda de violência acabará?

Não acho possível e plausível que isso se estenda por muito mais tempo. Mas a volta à normalidade não significa que o problema esteja resolvido.

- **Matéria 21**

Agora, ministro irá oferecer verba ao governo paulista

José Eduardo Cardozo se encontra hoje com a cúpula da segurança do Estado

Reunião foi acertada por Dilma e Alckmin após troca de farpas entre titular da Justiça e secretário estadual

CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO
FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) deve anunciar hoje a liberação de verba para o combate da escalada da violência no Estado.

O anúncio está previsto para ocorrer na primeira reunião entre as cúpulas da segurança federal e estadual, marcada para a tarde de hoje no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, em São Paulo.

O encontro ocorre após uma intensa troca pública de farpas entre o ministro e o secretário estadual Antonio Ferreira Pinto (Segurança Pública), interrompida por um telefonema da presidente Dilma

Rousseff (PT) para o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

O valor a ser liberado deve ser de parte dos R\$ 148,8 milhões pleiteados pela secretaria paulista ao Ministério da Justiça. Há uma semana, Cardozo havia dito que a pasta "não é um banco", e que o Estado só queria o dinheiro, e não fazer projetos em parceria.

À época, havia uma troca de acusações. Enquanto o ministro dizia ter oferecido apoio, o secretário negava e dizia que o governo federal não entende "nada de facção criminosa".

REUNIÃO

O encontro de hoje em São Paulo é para acertar as bases do apoio do governo federal. Na pauta, estão temas como transferência de presos e troca de informações (cooperação na área de inteligência).

Inicialmente, o governo federal está disposto a oferecer vagas nos quatro presídios federais, organizar operações conjuntas entre as polícias Civil, Militar, Federal e Rodovi-

ária Federal, além de troca de informações com a Receita.

Participam ainda do encontro com a cúpula paulista representantes dos departamentos de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Penitenciário Nacional, além da Secretaria Nacional de Segurança.

Pelo desenho preliminar, a parceria não envolveria por ora envio de tropas do Exêr-

cito nem da Força Nacional.

A ideia de mandar assassinos de policiais e integrantes do PCC para presídios federais agrada ao governo paulista. Já a presença do Exército é considerada desnecessária.

TELEFONEMA

Segundo a **Folha** apurou, o governador paulista encara a ligação de Dilma como uma tentativa de apaziguar a tensão —ela propôs que eles superassem o impasse e trabalhassem juntos.

Alckmin reclamou de Cardozo —para ele, o ministro explorou a crise para se apresentar como potencial candidato a governador em 2014.

No Palácio dos Bandeirantes, prevaleceu a tese de que não pegaria bem passar uma ideia de que o governo estava rejeitando ajuda —e que seria melhor dividir a responsabilidade. Já no Palácio do Planalto, a intenção é evitar que Dilma seja responsabilizada por uma crise na segurança por conta da disputa com o PSDB.

► BICO OFICIAL

OPERAÇÃO DELEGADA VAI SER AMPLIADA

Hoje, a bancada do governo na Assembleia vai aprovar um projeto de lei que facilitará, de imediato, convênios entre o Estado e 135 municípios. A operação permite que PMs prestem serviço às prefeituras no horário de folga. Hoje, só a capital e Mogi das Cruzes têm a parceria.

AÇÃO CONJUNTA

Governos estadual e federal se reúnem hoje

O QUE DIZ A LEI



► Investigar crimes contra a União e aquelas com repercussão interestadual ou internacional

► Prevenir e reprimir o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho

► Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras

► Patrulhamento ostensivo das rodovias federais



► Investigar crimes dentro da sua área de abrangência

► Policiamento ostensivo, preservação da ordem pública e atividades de defesa civil

Fontes: Folha e Constituição Federal

O QUE O GOVERNO FEDERAL PODE OFERECER DE IMEDIATO



Vagas nas penitenciárias federais de segurança máxima. São quatro: Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN)



Troca de informações com o serviço de inteligência da Polícia Federal, a Receita e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras)



Operações conjuntas entre as polícias Civil e Militar de SP e as forças federais de segurança



Ajuda financeira, com a liberação de parte dos R\$ 148,8 milhões reinvidicados pela Secretaria da Segurança Pública

Secretário desautoriza uso de lei do regime militar contra facção

Recomendação havia sido dada pelo delegado-geral a seus subordinados

DE SÃO PAULO

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, desautorizou ontem a Polícia Civil de utilizar uma lei do regime militar para enquadrar ataques feitos por organizações criminosas como se fossem ações terroristas.

A recomendação para o uso da Lei de Segurança Nacional (lei 7.170/83) havia sido dada pelo delegado-geral Marcos Carneiro Lima aos seus subordinados.

O objetivo do uso era aproveitar uma lei ainda em vigor para tentar punir com mais rigor ações que criam pânico e levar a mensagem de que eles não podem ser considerados "crimes comuns".

Pela legislação normal, segundo a polícia, um suspeito de atear fogo ao ônibus deve responder por dano ao patrimônio (com uma pena máxima de três anos).

Se enquadrado na lei de 1983, como a Delegacia Geral queria, a ação seria considerada "sabotagem" a veículos de transporte com uma pena de até 15 anos, caso houvesse ferido, ou até 30 anos, caso houvesse morte.

O argumento utilizado pela Delegacia Geral é que um ataque a um ônibus não tem como alvo o proprietário da empresa, mas sim "a sociedade, o Estado democrático de direito".

Procurado na tarde de ontem, o delegado-geral Marcos Carneiro Lima confirmou o pedido e que havia pedido a autorização do secretário Ferreira Pinto.

Mais tarde, porém, a assessoria do secretário informou que a ação foi barrada.

"A SSP [Secretaria da Segurança Pública] não acolheu a proposta da Delegacia Geral de Polícia de utilizar a Lei de Segurança Nacional para a prática de vandalismo (incêndios de ônibus) em São Paulo", diz a nota oficial.

Carneiro Lima informou que iria acatar a ordem. (ROGÉRIO PAGNAN E AFONSO BENITES)

VARIAÇÃO DAS PENAS

- Código Penal:

Quem atea fogo em um ônibus pode responder por dano qualificado. Detenção, de 6 meses a 3 anos, e multa

- Lei de Segurança Nacional:

Ato poderia ser entendido como sabotagem. Reclusão de 3 a 10 anos, podendo ser triplicada em caso de morte

- Matéria 23

União e Estado de SP vão criar agência de inteligência policial

Após outra noite de violência em São Paulo, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) e o governador Geraldo Alckmin anunciaram a criação de uma agência integrada de inteligência, a remoção de criminosos para presídios federais e maior vigilância nas fronteiras.

Para especialistas, as propostas são genéricas. Na capital paulista, oito pessoas foram mortas (entre elas o filho de ex-PM). Houve ônibus queimados e duas escolas fechadas após boato de toque de recolher. **Cotidiano C1**

União reduziu em 61% gastos com inteligência policial. **Cotidiano C4**

Governos Dilma e Alckmin criam agência integrada contra a violência

Plano inclui a remoção de criminosos para presídios federais e o reforço da vigilância nas fronteiras

Após farpas, governos falam em cooperação para enfrentar o crime; envio de tropas federais ao Estado é descartado

DE SÃO PAULO

A criação de uma agência integrada de inteligência, a remoção de chefes criminosos para presídios federais e maior vigilância nas fronteiras foram as principais ações anunciadas ontem por Estado e União para tentar pôr fim à onda de violência em São Paulo.

O anúncio veio após nova noite de violência na capital, com uma chacina, ônibus queimados e boatos de toque de recolher que provocaram até a suspensão de aulas.

O plano foi definido em reunião entre o governo paulista — incluindo o governador Geraldo Alckmin (PSDB) — e representantes do governo federal liderados pelo ministro José Eduardo Cardozo (Justiça).

Uma das principais ações do pacote (que tem seis pontos) foi criar uma agência pa-

Alckmin, Cardozo, a secretária nacional de Segurança, Regina Miki, e o secretário Ferreira Pinto

ra integrar setores de inteligência das polícias estaduais e federais, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Receita e Secretaria da Fazenda.

Também haverá ações de fiscalização em pontos críticos das fronteiras do Estado (em rodovias, no porto de

Santos e em aeroportos).

A medida contempla crítica recorrente de Alckmin: a de que a violência em SP decorre da entrada de armas e drogas em razão da falta de fiscalização nas fronteiras.

Também foi acertada a remoção de presos para peni-

tenciárias federais — o primeiro, para Porto Velho (RO), será Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, chefe do PCC na favela Paraísopolis e acusado de mandar matar PMs. Sua transferência foi autorizada ontem pela Justiça.

Também foram anuncia-

dos um programa para enfrentar o crack e o aperfeiçoamento da Polícia Científica.

A Receita e a Fazenda estadual vão atuar juntas para "asfixiar" as finanças do PCC, facção que era minimizada por Alckmin — em outubro, disse que havia "muita lenda" sobre o poder da facção.

O envio de tropas federais para o Estado foi descartado pelos dois governos.

COOPERAÇÃO

O acordo veio após troca de farpas entre Cardozo e o secretário Antonio Ferreira Pinto (Segurança Pública), interrompida por telefonema da presidente Dilma Rousseff a Alckmin na semana passada.

Ontem, as declarações procuravam passar um clima de cooperação. "Organizações criminosas não têm fronteira. É fundamental nós trabalharmos unidos", disse Alckmin.

Para Cardozo, ações de segurança pública são política de Estado, não de governo.

(CAROLINA LEAL, ROGERIO PAGHAN E CATIA SEABRA)

» LEIA MAIS nas págs. C3 a C6

“Organizações criminosas não têm fronteira. É fundamental nós trabalharmos unidos na questão da segurança pública

É evidente que há reação [do crime organizado]. Nós não devemos temer as reações, devemos perseverar nesse trabalho

GERALDO ALCKMIN
governador do São Paulo

São medidas corretas, definidas de comum acordo, que terão um impacto muito grande no enfrentamento de organizações criminosas

Juntos, governo estadual e governo federal são muito mais fortes do que o crime organizado

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
ministro da Justiça

- **Matéria 24, 25 e 26**

▶ **ATAQUE**

NA ZONA LESTE, DELEGADO É BALEADO

Caso ocorreu ontem à noite na região da Penha. De acordo com a Polícia Militar, dois homens em uma moto o abordaram e dispararam enquanto ele estava no carro. Mesmo ferido no ombro, o delegado conseguiu dirigir seu carro até um batalhão da PM. Policiais militares o levaram para o pronto-socorro do Tatuapé, também na zona leste. Durante o resgate, o delegado contou que conseguiu balear um dos suspeitos do crime.

Criminoso mata filho de ex-PM da Rota no Imirim

DE SÃO PAULO

Dois filhos de um ex-policia militar foram baleados e um deles morreu durante um atentado na noite de anteontem no Imirim, zona norte de São Paulo.

Eram 21h10 de anteontem quando Tiago de Souza Serrão, 29, e o irmão dele, Diego, 22, foram baleados dentro de um carro na rua Dr. Ventura Carneiro.

O atirador, conforme imagens captadas por câmeras de segurança, saiu de um táxi, abordou o motorista e ati-

rou nele e no passageiro. Tiago morreu. Diego foi internado e até ontem à noite estava em coma.

Um terceiro homem que estava no carro não se feriu.

Os dois foram os primeiros parentes de policiais mortos dessa forma neste ano. Até então, só policiais tinham sido assassinados. Ao total, foram 92 até ontem.

A polícia investiga se o atentado contra os rapazes foi uma vingança contra o pai, o ex-PM João José Gonçalves Serrão. João foi policial de 1985 a 1997 e já trabalhou na Rota.

“Vamos apurar se tem relação com o pai deles ou se era algum problema envolvendo os rapazes”, afirmou o delegado Levi D’Oliveira.

Bando rouba ônibus, atropela três pessoas na calçada e mata mecânico

DE SÃO PAULO

Armado com paus e pedras, um bando de 30 jovens roubou um ônibus que passava pela avenida Cantídio Sampaio, na Brasilândia, zona norte de São Paulo, tentou guiá-lo, mas acabou atropelando três pessoas. Uma morreu.

Como nenhum dos ladrões sabia dirigir o ônibus, o veículo desceu pela ladeira e atropelou o mecânico Raimundo Teodoro do Nascimento, 64, a mulher dele e uma outra pessoa que estava na calçada. O mecânico morreu na hora. Os outros dois não correm risco de morrer.

Conforme a polícia, eram

20h20 de anteontem quando o bando parou na frente do

ônibus da viação Santa Brígida, ordenou que o motorista, a cobradora e o único passageiro descessem e disse que atearia fogo no veículo porque dois traficantes foram mortos no bairro.

A polícia não confirmou a informação dessas mortes.

Antes de tentar incendiar o veículo, um rapaz sentou no banco do motorista e disse que iria guiá-lo. Ele não sabia onde desativar o freio. Quando conseguiu ligar o ônibus, o veículo só parou em um poste, depois de atropelar as três pessoas. Ninguém foi preso pelos crimes.

- **Matéria 27**

Zona norte tem mortes, aula suspensa e ônibus queimado

Vila Brasilândia tem noite de terror; três foram mortos em uma chacina

Escolas suspenderam as aulas e lojas fecharam após cortes criminosos de luz e onda de boatos sobre toque de recolher

DE SÃO PAULO DO "AGORA"

Oito mortos, uma chacina, ônibus incendiados, outro sequestrado por adolescentes e aulas suspensas em ao menos duas escolas após cortes de energia por criminosos e boatos de toque de recolher marcaram a noite de anteontem e madrugada de ontem na zona norte paulistana.

O foco da violência foi na Vila Brasilândia. O terror no bairro começou por volta das 20h de anteontem, quando um ônibus foi tomado e queimado por criminosos.

Outros dois ônibus foram tomados —um deles, sequestrado por cerca de 30 adolescentes, ficou desgovernado, atropelou três pessoas e matou um mecânico de 64 anos.

Houve ainda corte de energia elétrica, supostamente por criminosos, em vários pontos da Vila Brasilândia.

Estabelecimentos comerciais fecharam mais cedo as portas após boatos de toque de recolher. Perto das 17h, poucas lojas funcionavam.

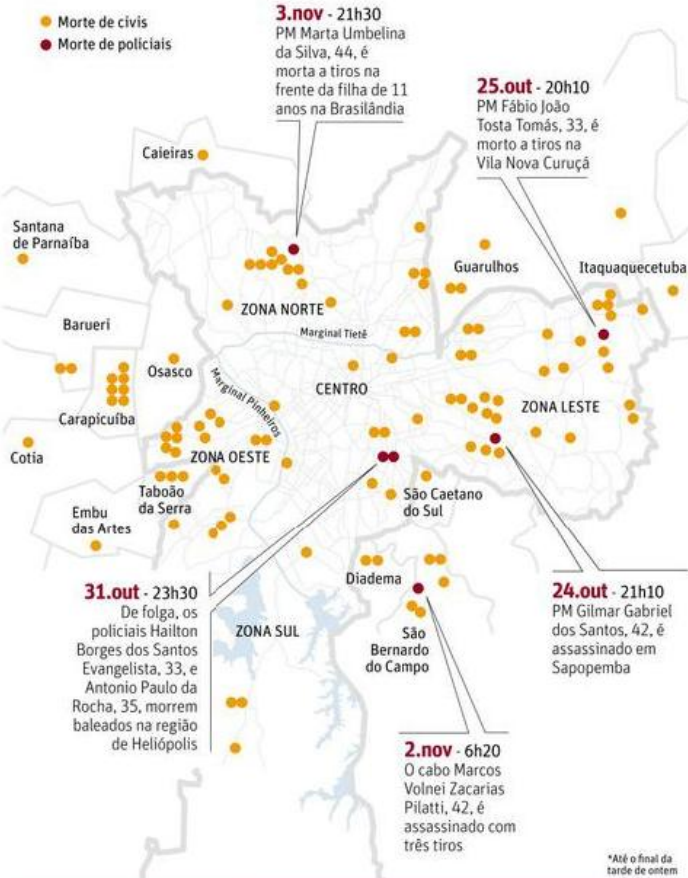
A falta de luz e os boatos de toque de recolher levaram duas escolas estaduais na região a dispensarem os alunos. Um cartaz afixado no portão da escola Dr. Ubaldo da Costa Leite informava a "suspensão das aulas por causa do toque de recolher".

O aviso foi retirado. A Secretaria de Estado da Educação diz que as aulas foram suspensas por falta de energia elétrica. A Polícia Militar negou que tivesse havido toque de recolher na região.

Três dos assassinatos ocorreram em uma chacina na rua Alberto Buriú. As vítimas —entre elas, dois adolescentes de 13 e 16 anos— estavam em um bar quando dois homens em uma moto atiraram.

MAPA DA VIOLÊNCIA

Onde foram algumas mortes registradas desde o dia 24 na capital e na Grande SP*



*Até o final da tarde de ontem

OPERAÇÃO ESPECIAL

A violência na zona norte levou o Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais) a fazer uma operação especial ontem à noite na região da Vila Brasilândia.

Segundo o Deic, o objetivo foi "manter a ordem pública na área". Policiais buscavam locais usados para esconder armas e tentavam inibir crimes contra o patrimônio.

2) Toque de recolher

Escola fechou após boatos se espalharem pelo bairro

3) Assassinatos

Manchas de sangue em rua onde dois foram mortos

4) Atropelado

Homem morreu ao ser atingido por ônibus desgovernado

8. Notícias dia 8 de novembro de 2012

- Matéria 28

PM amplia operação para mais três favelas da Grande São Paulo

Cetidiano C1

OPERAÇÃO SATURAÇÃO Depois de Paraisópolis, polícia ocupa mais três favelas



O QUE É

Reforço no policiamento nas comunidades para prender foragidos, apreender drogas, retirar armas ilegais das ruas e evitar toques de recolher

FAVELA JARDIM DAMASCENO
160 PMs
32 motos
15 carros
1 helicóptero
Águia

FAVELA PARAISÓPOLIS
600 PMs
100 carros
2 caminhões
28 motocicletas



FAVELA SÃO RAFAEL
110 PMs
12 motocicletas
27 carros
1 aeronave
3 cavalos

FAVELA SANTA INÊS
130 PMs
20 motos
20 carros
1 helicóptero

PM amplia operação para mais 3 favelas

Pela primeira vez, ocupação policial ostensiva de áreas críticas avança para fora da capital, com ação em Guarulhos

Objetivo é prender 20 criminosos foragidos da Justiça, combater o tráfico e evitar boatos de toques de recolher

CAROLINA LEAL
AFONSO BEHYES
DE SÃO PAULO

O governo paulista ampliou ontem para três favelas da Grande São Paulo a Operação Saturação, ocupação ostensiva por policiais mili-

tares de áreas com forte presença do crime organizado que já havia sido implantada em Paraisópolis (zona sul).

Pela primeira vez, a ação avança para fora da capital, com a ação na favela São Rafael, em Guarulhos. Também foram ocupadas áreas no Jardim Damasceno (zona norte) e em Santa Inês (leste).

As intervenções de ontem envolveram cerca de 400 homens de três batalhões, da Tropa de Choque e da Cavalaria. Com isso, chega a 1.000 o número de policiais deslo-

cados para essa operação — em Paraisópolis, foram 600.

O objetivo das novas ocupações é prender ao menos 20 foragidos da Justiça, asfaltar o tráfico de drogas e evitar que boatos de toques de recolher se propaguem, como ocorreu nos últimos dias.

As operações, iniciadas após escalada da violência em setembro e outubro, com mais de 200 assassinatos, não têm prazo para acabar.

Logo depois de desencadear a operação em Paraisópolis, a maior favela de São Pau-

lo, na semana passada, a PM ocupou outras favelas na zona sul (em Capão Redondo e Campo Limpo), mas essas ações duraram só dois dias.

Em Paraisópolis, até ontem, os PMs tinham prendido 47 pessoas e apreendido 16 armas de fogo e quase 400 kg de drogas. Em Campo Limpo ocorreu a única morte até agora: um suspeito de tráfico, em troca de tiros com PMs.

CLIMA

A favela São Rafael, que há alguns anos era considerada

uma das mais críticas de Guarulhos, hoje vive em relativa tranquilidade, segundo a polícia e os moradores.

A comunidade ficou conhecida nacionalmente em 2001, quando um helicóptero da Polícia Civil caiu na região após se chocar com fios de alta tensão durante uma troca de tiros com ladrões. Três policiais morreram na ocasião.

Ontem, pegos de surpresa pela movimentação policial, moradores se dividiram entre o alívio pela presença da PM e por certa insegurança.

“É ótimo a polícia aqui, mas há um clima esquisito no ar”, resumiu um morador.

A PM bloqueou pontos no acesso à favela, revistando todos os veículos. Um dos principais objetivos, segundo o comandante da operação, capitão Jackson Dorta, era manter os comércios abertos.

“Às 18h eu vou fechar tudo, por precaução. É duro a gente ficar preso e eles [os bandidos], soltos”, disse a dona de um salão de beleza.

» LEXA MAIS na pág. C2

- Matéria 29, 30 e 31

Chefes de facção criminosa são isolados em presídio

Governo transfere Vida Loka e Jiló para penitenciária de segurança máxima

Criminosos ficarão em regime de maior isolamento; promotores e magistrados temem aumento da violência

DE SÃO PAULO
DO "AGORA"

O governo de São Paulo transferiu ontem dois integrantes da facção criminosa PCC para um presídio de segurança máxima.

A remoção ocorreu após investigação da Polícia Federal descobrir que eles comandavam ações criminosas de dentro da prisão onde estavam.

Entre os presos está um dos principais bandidos da facção, Abel Pacheco de Andrade, o Vida Loka. O outro é Alexandre Campos dos Santos, o Jiló, acusado de ser um dos tesoureiros do PCC (Primeiro Co-

mando da Capital).

Santos era companheiro de cela de outro cabeça do PCC, Roberto Soriano, o Betinho Tirica, que só não foi transferido porque já está no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes.

Soriano foi transferido em maio deste ano porque, segundo a Promotoria e a polícia, foi flagrado enviando um bilhete com o nome de seis po-

liciais militares da Rota que deveriam ser mortos.

Segundo membros da Promotoria e da Justiça, a investigação da PF, realizada no começo deste ano, tinha como alvo o tráfico de drogas, mas acabou chegando ao PCC por meio de interceptações telefônicas. Não foi informado se Vida Loka e Jiló foram flagrados nessas conversas telefônicas.

TRANSFERÊNCIA

A transferência dos dois não tem ligação com a parceria anunciada anteontem pelos governos federal e paulista para o combate ao crime organizado, que prevê a remoção de presos da facção para outros Estados.

A única transferência de criminosos ligados ao PCC para presídios federais é a de Antonio Cesário da Silva, o Piauí, que a polícia diz ter comandado a morte de seis po-

liciais militares neste ano.

A transferência de presos do PCC para o regime disciplinar diferenciado de Presidente Bernardes só é adotada em casos extremos.

Para policiais, magistrados e promotores, a movimentação dos chefes da facção para esse regime de isolamento pode provocar um acirramento na violência hoje vivida no Estado.

A transferência de presos da facção é apontada como um dos motivos para a série de ataques contra as forças de segurança em 2006, quando mais de 500 pessoas foram mortas nas ruas de São Paulo, entre elas agentes penitenciários e policiais.

Procuradas, as secretarias da Segurança e da Administração Penitenciária não comentaram o assunto.

(ROGÉRIO PAGNAN, AFRONSO BENTES E JOSMAR JOZIRO)

TRANSFERÊNCIA DE CRIMINOSOS

Para o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)

Abel Pacheco de Andrade, o Vida Loka

> Um dos principais chefes do PCC. Estava até ontem no Presídio de Presidente Venecelau (SP)

Alexandre Campos dos Santos, o Jiló

> Preso era companheiro de cela de Roberto Soriano

Roberto Soriano, o Beto Tirica

> Um dos principais chefes do PCC. Está desde maio em RDD, após ser flagrado enviando ordem para morte de seis PMs

Como funciona

> Banho de sol de 2 h ao dia, só com 5 pessoas

> Preso não tem contato físico com seu visitante. Não há visita íntima

> Detectores identificam armas e telefones celulares

> Preso só é levado para lá se cometer faltas graves

Para presídios federais

Antonio Cesário da Silva, o Piauí

> Chefe do PCC na favela de Paraisópolis. Suspeito de comandar a morte de policiais militares. Está no presídio de Avaré (SP)

Como funciona

> Presos são monitorados 24 h por dia por câmeras

> Banhos de sol duram 2 h por dia

> Visitas ocorrem semanalmente. Presos têm direito a visitas íntimas

> Detectores de metais identificam se os visitantes estão com armas, telefones celulares, drogas ou explosivos

> Preso pode cumprir toda sua pena nesses cadeias

> Por ficar fora de seu Estado, o contato com outros criminosos é dificultado

Fontes: Depes e SAP

NÚMEROS

160

é a capacidade do presídio de Presidente Bernardes, o único que tem o RDD

38

é a lotação dele hoje, o único presídio masculino que ainda tem vagas

Grande São Paulo tem seis mortos a tiros

DE SÃO PAULO

Seis pessoas foram assassinadas a tiros e três ficaram feridas, entre elas um delegado e um guarda civil municipal, na Grande São Paulo, entre a noite de anteontem e a madrugada de ontem.

Em ao menos três casos, os crimes tiveram característica de atentado: homens em motocicletas atiraram contra as vítimas. Ninguém foi preso.

Cinco casos foram na zona leste. Em um deles, dois homens foram mortos em Itaquera, às 23h de anteontem. Eles estavam na rua quando homens em uma moto se aproximaram — eles tentaram fugir, mas foram baleados.

Na Vila Carrão, um homem foi assassinado na rua Madu-

reira Calheiros, no final da noite de anteontem, por um criminoso em uma motocicleta.

Fernando Tavares Ferreira, 33, também foi baleado na zona leste, no Itaim Paulista — ele foi levado ao pronto-socorro São Mateus, onde morreu.

Na Vila Amélia (zona norte), um homem foi morto à 1h30 de ontem. Em Guarulhos (Grande São Paulo), outro homem foi achado morto.

Na Penha (zona leste) homens em uma moto abordaram o delegado Diogo Zamut Junior, do 57º DP (Parque da Mooca), que reagiu. O policial foi baleado no ombro, mas conseguiu dirigir até um batalhão da PM e pediu ajuda.

Em Carapicuíba, um guarda civil municipal foi baleado de raspão na cabeça.

MEDO DE VIOLÊNCIA

LOJAS FICAM FECHADAS NA BRASILÂNDIA

Um dia depois de o bairro viver uma noite de violência, com oito mortos, uma chacinha, ônibus queimados e boatos de toque de recolher, moradores e comerciantes da Vila Brasilândia (zona norte) ainda temiam violência ontem de manhã. Algumas lojas da avenida Cantídio Sampaio estavam com as portas fechadas. "Tenho medo de morrer e de perder minha mercadoria", disse uma comerciante.

Marca de bala em árvore na rua Tomazzo Ferrara, em Itaquera, onde dois homens foram mortos

9. Notícias dia 9 de novembro de 2012

- Matéria 32, 33, 34 e 35

Estado dobra indenização a familiares de policial morto

Alckmin anuncia aumento da cobertura de seguro de R\$ 100 mil para R\$ 200 mil

Medida ocorre após o assassinato de 92 PMs no ano; governador diz que violência está em 'um ritmo bem menor'

DE SÃO PAULO

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou ontem que vai dobrar —de R\$ 100 mil para R\$ 200 mil— a indenização paga às famílias de policiais mortos no Estado.

É a segunda medida que o tucano anuncia para beneficiar familiares de policiais desde o início da escalada da violência contra PMs —foram 92 assassinados neste ano.

Ele já havia estendido a indenização para policiais mortos na folga, desde que a morte tenha sido em razão de ser policial. Do total de mortos no ano, 87 estavam de folga. “Aqueles casos em que a pessoa estava de folga, mas que o óbito foi em decorrência da condição policial, o seguro vai cobrir”, disse.

O contrato com a MetLife, empresa que faz as apólices de seguro de 128 mil policiais militares e civis do Estado, vence no fim do mês.

A empresa já ganhou uma nova licitação para mais cinco anos, mas o governo disse que será aberta uma nova licitação, que pode permitir o aumento da indenização.

O deputado estadual Olímpio Gomes (PDT), maior da reserva e membro da Comissão de Segurança da Assembleia,

disse que o novo valor é um avanço, pois a indenização ficou congelada por anos.

Para ele, o pagamento da indenização deveria ser retroativo. “Como ficam as famílias dos mais de 90 policiais mortos neste ano?”

‘RITMO MENOR’

Alckmin disse também que a onda de violência que atinge a Grande São Paulo desde setembro está diminuindo. “[As mortes] já estão em processo de queda. Eu tenho um acompanhamento diário, elas já estão em um ritmo bem menor”, afirmou.

Ele disse ainda que parte das mortes registradas nos últimos dias não tem relação com facções criminosas.

“Tem coisa que não tem ligação com o crime organizado. Você tem crime passionnal, você tem uma série de outros crimes”, afirmou, durante evento na capital paulista.

Desde o dia 24 de outubro, ao menos 144 pessoas foram assassinadas na Grande São Paulo. A média diária de mortes é bem maior que a média de seis homicídios diários registrada de janeiro a setembro deste ano na região.

As declarações ocorreram após outra noite e madrugada violentas, com nove mortes na Grande São Paulo, sendo cinco delas em confrontos com guardas civis ou PMs.

As mortes foram em Cotia, Itaquaquecetuba, Diadema, Taboão da Serra, Itapevi e São Paulo —uma delas nos Jardins, região nobre da capital.

Capacete de bandido que assaltou um posto de combustíveis na rua Estados Unidos, nos Jardins, zona oeste da capital

Policial de folga reage a ataque e mata homem

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Atacado na tarde de ontem, um policial militar de folga baleou os dois suspeitos que o abordaram. Um deles morreu. O caso ocorreu na Freguesia do Ó, zona norte de São Paulo.

Segundo a Polícia Militar, o soldado foi agredido por uma mulher com uma garrafa nos arredores da estrada do Sabão. O policial reagiu e atirou nela.

Um homem que estava com a mulher tentou sacar uma arma e também foi atingido. O suspeito, não identificado, chegou a ser socorrido, mas não resistiu.

Outros dois suspeitos fugiram em um carro. Ninguém havia sido preso até a conclusão desta edição.

Em Santo André, no ABC, outro policial militar foi atacado. Ele foi hospitalizado após ser atingido por seis tiros por volta das 23h de anteontem.

Marcas dos tiros disparados contra carro da PM em posto

Assaltante é morto durante troca de tiros em rua dos Jardins

DE SÃO PAULO

Um tiroteio entre um assaltante e PMs nos Jardins, região nobre de São Paulo, terminou com o criminoso morto ontem de madrugada.

O caso foi na rua Jamaica. O homem era perseguido por ter roubado um posto de gasolina na esquina das ruas Estados Unidos e Consolação.

Por volta das 2h, o homem, armado e usando capacete, entrou na loja de conveniência e levou R\$ 230 do caixa.

O frentista avisou PMs que passavam pela rua da Consolação. No tiroteio, o assaltante acertou dois tiros no parabrisa do carro da polícia, mas nenhum PM ficou ferido. O ladrão foi levado ao Hospital das Clínicas, onde morreu.

Suspeitos de matar filho de ex-PM da Rota são presos

DE SÃO PAULO

O taxista Carlos Alberto Contradesi, 46, e o segurança Luiz Rodrigues de Oliveira, 45, foram presos anteontem como suspeitos do assassinato de Tiago Augusto de Sousa Serrão, 29, filho de um ex-PM da Rota, na segunda-feira.

O irmão dele, Diego Augusto de Sousa Serrão, 27, foi baleado e sobreviveu.

Para o delegado Cosmo Stikovics Filho, o crime não parece ter sido ação do crime organizado. Há suspeita de que pode ter havido discussão de trânsito.

Uma testemunha disse que Rodrigues bateu no vidro do carro e disse: “O que é que está pegando?”

“Nos casos de represálias de facções criminosas, não há início de diálogo. Os bandidos já chegam atirando”, disse Stikovics.

A Folha não localizou os advogados dos suspeitos.

Promotores querem manter chefes de facção fora do Estado

Documento diz que governo não controla presídios e pede suspensão da saída temporária de final de ano

PF detectou vários telefonemas feitos por detentos de presídio de segurança máxima; Estado não comenta

ROGÉRIO PAGNAN
AFONSO BENITES
DE SÃO PAULO
JOSMAR JOZINO
DE "AGORA"

Documento assinado por promotores de São Paulo afirma que o governo estadual não consegue impedir que presos do PCC comandem a atuação de bandidos nas ruas e defende a transferência da cúpula da facção para outros Estados.

Os signatários são os 12 promotores de Justiça responsáveis pelo cumprimento das penas de metade dos quase 200 mil presos de SP, incluindo os chefes acusados de ordenar ataques contra PMs.

O documento foi entregue na terça ao procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, horas antes da reunião entre os governos federal e estadual que acertou a transferência de alguns chefes da facção para presídios federais.

O primeiro foi transferido ontem. Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, chefe do tráfico na favela Paraisópolis,

manifestações dos promotores. As secretarias da Administração Penitenciária e de Segurança Pública não se manifestaram sobre suposta falha no isolamento de presos

polis, deixou presídio de Avaré e foi levado ao presídio federal de Porto Velho (RO).

'REAL SITUAÇÃO'

Segundo os promotores, a intenção é informar "a real situação" do sistema penitenciário. Hoje, dizem, o sistema "está nas mãos do PCC".

Uma das bases do pedido é a investigação da Polícia Federal que descobriu, por meio de interceptações, uma intensa troca de telefonemas entre presos da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau na coordenação de tráfico internacional de drogas e de armas.

Os presos Roberto Sotiano, o Betinho Tiriça, e Abel Pacheco de Andrade, o Vida Loka, foram flagrados nas ligações dando ordens a seus subordinados que estavam nas ruas.

Esses telefonemas, gravados a partir de fevereiro de 2011, são provas de que esse presídio não tem sistema que impede a comunicação dos presos com o mundo exterior.

Os promotores dizem que a investigação da PF tirou "a falsa ilusão" que eles tinham de que o governo concentrava a cúpula do PCC em Venceslau por ser um presídio

com alto rigor de isolamento. Para os promotores, a transferência dos presos para outros Estados vai ajudar a acabar com a crise. A Procuradoria-Geral de Justiça afirmou que apoia as

Os promotores também pediram que os presos do PCC não sejam beneficiados pela saída temporária de final de ano. A pasta disse que isso será debatido internamente.

Traficante conhecido como Piauí é levado para Porto Velho

Piauí é levado para presídio em Porto Velho

DE SÃO PAULO

Acusado de mandar matar seis PMs, Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, foi transferido ontem da Penitenciária 1 de Avaré (a 267 km de São Paulo) para o presídio federal de Porto Velho (RO).

Piauí é considerado chefe da facção PCC na favela Paraisópolis. Na terça-feira, governos estadual e federal acertaram a transferência de chefes do PCC para outros Estados. A remoção de Piauí foi a primeira.

“ O sistema prisional do Estado não tem condições de assegurar o isolamento de líderes das organizações criminosas e impedir que sejam afastados da criminalidade ou que exerçam influência e liderança sobre criminosos soltos

TRECHOS DE DOCUMENTO ASSINADO POR PROMOTORES PAULISTAS

10. Notícias dia 10 de novembro de 2012

- **Matéria 38**



Ônibus biarticulado incendiado anteontem à noite na região da Cidade Dutra, na zona sul de São Paulo; o cobrador teve parte do corpo queimado

Violência aumenta e dez são mortos por dia em SP

15 são assassinados após Alckmin dizer que homicídios estavam caindo

Menos de 24 horas depois de o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmar que a série de crimes na Grande São Paulo estava diminuindo, 15 pessoas foram mortas entre a noite de quinta-feira e a manhã de ontem.

Nos últimos 15 dias, quando teve início uma nova escalada da violência, 142 pessoas foram assassinadas na região metropolitana. A média diária de homicídios neste período se aproxima de dez. No ano passado, era de seis.

A aliados Alckmin diz estar insatisfeito com o secretário da Segurança, Antônio Ferreira Pinto. Segundo interlocutores, ele procura um substituto há três meses, mas tem dificuldade de encontrar um novo nome.

Em junho, a PF informou o governo do Estado de que a facção PCC aumentaria os ataques contra policiais.

Apesar do recrudescimento das mortes, São Paulo não figura entre os Estados mais violentos. **Cotidiano**

- **Matéria 39**

Em 2 semanas, 142 pessoas foram mortas na Grande SP

Só na noite de anteontem e madrugada de ontem, houve 15 homicídios

» LEIA nas pág. C2 a C5

- **Matéria 40**

PF avisou governo de SP sobre ações do PCC

Gravações telefônicas flagraram chefes do bando dando ordens a partir de um presídio paulista para ataques

Órgão federal vigiava a facção criminosa ao menos desde 2007; alerta ao Estado foi feito em junho passado

MARCO ANTÔNIO MARTINS
EM SÃO PAULO
ROCÉRIO PAGHAN
DE SÃO PAULO

A Polícia Federal avisou, em junho deste ano, o governo de São Paulo que a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) aumentaria os ataques a policiais.

As informações foram repassadas pela PF com base em interceptações telefônicas feitas, com autorização judicial, durante o monitoramento de criminosos.

Conforme a **Folha** revelou ontem, a PF flagrou alguns chefes do PCC coordenando o tráfico de drogas e de armas a partir da Penitenciária 2 de

Presidente Venceslau, um presídio de segurança máxima do governo paulista.

Gravações foram feitas pelo menos desde fevereiro de 2011 e atingiram criminosos como Roberto Soriano, o Betinho Iriça, e Abel Pacheco de Andrade, o Vida Loka, apontados pela Promotoria como cabeças do PCC.

A Justiça determinou o envio de ambos para um presídio de segurança máxima. O pedido foi feito pelo Ministério Público utilizando material repassado pela PF.

A Promotoria, agora, quer a transferência de toda a cúpula da facção para presídios federais em outros Estados por acreditar que o governo paulista não consegue isolar os chefes do bando, como afirmava conseguir.

DESDE 2007

As gravações com as informações sobre os planos do PCC de intensificar ataques

contra policiais paulistas são dos primeiros dias de junho. A PF monitora, porém, a facção criminosa desde 2007.

Esse acompanhamento era feito por uma equipe de Brasília, comandada pelo delegado Roberto Troncon Filho. Hoje, ele é o superintendente da PF de São Paulo.

As informações, segundo os policiais ouvidos pela reportagem, foram repassadas

diretamente pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto. O secretário, no entanto, nega ter recebido essa informação.

Neste ano, 92 policiais militares foram mortos (incluindo PMs da ativa e os aposentados), a maior parte em ataques de criminosos. Até o começo de junho, quando foi feito o alerta da PF, 41 policiais haviam sido mortos.

Além da PF, a **Folha** apurou que a Polícia Civil também tinha informações, com base em grampos, de ordens de criminosos para matar PMs.

Nessas conversas, a ordem era para que os policiais fossem atacados perto de suas casas ou na saída de seu segundo emprego, o "bico". Apenas três dos policiais mortos por criminosos neste ano estavam de serviço.

GOVERNO

EM OITO MESES,
12 CELULARES
SÃO APREENDIDOS

A Secretaria da Administração Penitenciária diz que, de janeiro e agosto, apreendeu 12 celulares. Disse, ainda, que até a Promotoria já enviou ofício reconhecendo a "atuação firme" da pasta.

Colaborou AFONSO BENITES

Corpo de homem baleado na Cidade Dutra, zona sul de SP

Sindicato orienta agente prisional a portar arma

DE SÃO PAULO

O Sindicato dos Agentes Penitenciários de São Paulo passou a orientar os trabalhadores do sistema prisional a andarem armados para evitar que sejam vítimas de crimes.

A sugestão foi feita porque o sindicato teme um acirramento da onda de violência contra esses profissionais devido à transferência de presos da facção PCC para penitenciárias federais e para o regime disciplinar diferenciado.

Neste ano, ao menos 19 agentes penitenciários foram mortos. Segundo o sindicato, sete desses crimes tiveram características de ataque encomendado pela facção.

"Nesta semana um delegado só sobreviveu a um ataque porque ele estava armado, reagiu e matou um bandido. Essa é uma das saídas para nós", afirmou o presidente do sindicato Daniel Grandolfo.

Conforme dados do sindicato, 20% dos 30 mil agentes paulistas portam já arma de fogo. Eles têm direito a andar armados desde que passem por teste de aptidão psicológica e comprovem a capacidade técnica para o manuseio.

O governo paulista disse ser contra os agentes usarem armas e que eles, assim como outros cidadãos, devem ser protegidos pelas polícias.

PEDIDOS

Ontem, os agentes se reuniram com o governador Geraldo Alckmin (PSDB) para discutiram menos dois assuntos: a automatização das penitenciárias (travas automáticas nas celas) e o aumento do valor do seguro de vida.

Conforme a Secretaria de Administração Penitenciária, estão sendo feitos testes em duas unidades do interior para a implantação desse sistema.

"Hoje, o contato do agente com o preso na hora do banho de sol é direto, o que nos deixa expostos. Qualquer um pode ser feito refém na hora em que vai abrir as celas. Se a abertura das celas fosse automáti-

co, controlado à distância, correríamos menos riscos", disse.

Sobre o valor do seguro, o governador informou aos agentes que nos casos em que eles forem vítimas de homicídios, seus familiares receberão o valor de R\$ 200 mil, o dobro do que é pago hoje. O mesmo ocorrerá para policiais militares.

O secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, chefe dos agentes, não participou do encontro com Alckmin por "incompatibilidade de agenda", segundo a assessoria da pasta.

(AFONSO BENITES)

• **Matéria 41**

11. Notícias dia 11 de novembro de 2012

- **Matéria 42**

Insegurança faz igreja de SP cancelar missas à noite

A Igreja Católica diz ter cancelado algumas missas à noite por conta da violência na periferia de São Paulo.

Dom Milton Kenan Júnior, bispo auxiliar para a região da Brasilândia, na zona norte, disse em nota que a insegurança se instalou na região, com toques de recolher.

Entre a noite de sexta e a tarde de ontem, a polícia registrou dez mortes na Grande São Paulo. **Foder A13**

» **CRIME SEM CASTIGO** Irmã de Willian de Souza, morto aos 13 anos por bala perdida, segura sua foto em missa em SP; avó afirma que assassino não será encontrado **Cotidiano C4**

Com medo de crimes, Igreja cancela missas na periferia

Na Grande SP, dez pessoas morreram entre a noite de sexta e ontem à tarde

Na zona leste, PM foi preso após matar dois homens que fecharam seu veículo; polícia apura se houve abuso

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA DE SÃO PAULO

A Igreja Católica informou ontem que igrejas estão cancelando reuniões e missas à noite devido à violência na periferia de São Paulo.

Em nota na sexta-feira, dom Milton Kenan Júnior, o bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo na Brasilândia, disse que a insegurança se instalou na região, que sofre com toques de recolher e o clima de ameaça.

“Lamentamos o fato de que esta situação já era prevista e não faltaram aqueles que advertiram as autoridades para medidas serem tomadas”, diz a nota de dom Milton.

Ele disse à reportagem que o medo está generalizado. “Já cancelei duas reuniões, porque as pessoas estão com medo de vir para cá”, disse.

Não há uma orientação geral para que os padres cancelem as missas. Por enquanto, cada padre tem julgado a gravidade da situação.

As paróquias mais afetadas —todas localizadas na Brasilândia— são a Bom Pastor, no Jardim Carumbé, a São Francisco de Assis, no Jardim

Guarani e a Santa Terezinha, na Vila Terezinha. Porém, há relatos de cancelamentos em outras regiões também.

“Quando parece tranquilo, a gente faz [reuniões e missas], mas quando acontece alguma coisa e o clima fica tenso, desmarcamos”, conta o padre Konrad Körner, da Paróquia Bom Pastor.

O arcebispo metropolitano, cardeal dom Odilo Pedro Scherer, rezará missa hoje no evento do Dia Nacional da Juventude na praça da Sé e convocou ato de protesto por paz.

ONDA DE MORTES

Só entre a noite de sexta e a tarde de ontem, dez pessoas morreram na capital e na Grande São Paulo. Um ônibus foi incendiado.

Na noite de sexta, a polícia encontrou corpos no Jaçanã (zona norte) e no Cursino (zona sul). Na Grande São Paulo, duas pessoas morreram em Itaquaquetuba e Suza no durante a madrugada.

Na manhã de ontem, no Campo Limpo (zona sul), outro homem encontrado baleado chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu.

No mesmo bairro, dois homens foram mortos em suposto confronto com policiais.

Outro suposto assaltante foi baleado por um PM de folga na Mooca, na zona leste, na tarde de ontem.

▶ ARAÇATUBA

ADVOGADA ENVOLVIDA COM PCC É MORTA

Segundo a polícia, Priscila Soraya Dib, 35, estava na cabana de sua picape em um posto de gasolina, quando dois homens em uma motocicleta atiraram. Em setembro de 2011, durante a operação Anaconda, ela foi detida por suspeita de envolvimento com a facção criminosa PCC.

“ENGANO”

A Polícia Civil investiga se um PM de folga matou por engano dois homens na região de São Mateus, na zona leste, na noite de sexta.

Segundo a versão do soldado Edcarlos Oliveira Lima, 36, ele passava de carro com a mulher e o filho, quando notou que era perseguido por uma moto. Em seguida, disse que foi fechado por uma perua e que um dos ocupantes apontou uma arma.

Na reação, o policial atingiu dois homens.

A versão do policial é contestada por parentes das vítimas. Segundo eles, Jefferson de Oliveira Santos, 27, e seu cunhado Renato Silva Ferraz, 22, trabalhavam em uma empresa de polimento de peças de metal. “Inventaram uma versão para o assassinato do meu irmão”, disse a estudante Geine de Oliveira Santos, 26, irmã de Jefferson.

O policial foi preso em flagrante e indiciado sob suspeita de duplo homicídio doloso. (OLÍVIA FLORÊNCIA, ANDRÉ MONTEIRO E MARTHA ALVES)

▶ LEIA MAIS em Cotidiano

Com medo, morador se ‘enclausura’ na periferia

Comércio, escolas e transporte também são afetados pela escalada da violência

Medidas conjuntas anunciadas pelos governos estadual e federal tentam frear alta na criminalidade

**AFONSO BENITES
CAROLINA LEAL**
DE SÃO PAULO

Quem costumava ficar até tarde na rua agora se recolhe mais cedo. Escolas fecham, e os pais ficam com medo de liberar os filhos para as aulas à noite. Comerciantes optam por não fazer entregas em determinados bairros e antecipam o fechamento de suas lojas.

A onda de violência que assola São Paulo desde o dia 24 de outubro levou moradores da periferia a mudar a rotina. “Nós estamos trancados”, resume Katia Cilene, avó de criação de um menino de 13 anos morto em uma chacina na semana passada. “Quem está barbarizando está do lado de fora.”

Laura (nome fictício) já se acostumou a ligar para uma colega que sai mais cedo do trabalho para saber se há ônibus circulando e checar como está o “clima”. Um dia, a amiga avisou: “Vem logo, porque o ônibus não está passando”.

Naquela noite, o filho de Laura foi baleado em um tiroteio na zona norte. Sobreviveu. Agora, conta, qualquer pessoa que bate na casa dela já a deixa apavorada.

Em bairros periféricos das zonas norte, leste e sul da capital paulista, escolas fecharam suas portas por ao menos um dia na semana passada. Em alguns casos, em todas as regiões da cidade, alunos do período noturno têm sido dispensados mais cedo.

Em Diadema (Grande São Paulo), onde um ônibus foi queimado no dia 27, a prefeitura alterou a rota de duas linhas.

queimado no dia 27, a prefeitura alterou a rota de duas linhas.

“Tenho que andar quase dois quilômetros a mais para pegar o ônibus”, disse um morador do bairro Conceição.

Na favela São Rafael, em Guarulhos, ocupada pela PM na semana passada, mães não têm deixado os filhos irem para a aula à noite.

Em Santos, uma vendedora de roupas em domicílio decidiu deixar de atender bairros de São Vicente e do Guarujá.

“Fazia umas oito ou dez entregas por semana nessas cidades. Agora, parei de ir em alguns bairros. O duro é que tem bandido que aproveita o clima de insegurança para assaltar e criar desordem.”

A onda de violência tem assustado até policiais. Alguns PMs também mudaram suas rotinas após o assassinato de 92 colegas neste ano. “Deixei

até de ir ao barzinho na esquina de casa, que frequento há mais de 20 anos”, afirmou um cabo, morador de Osasco.

Em várias regiões, têm sido frequentes os boatos de toque de recolher. O governo e a Polícia Militar contestam — dizem que os toques são inverídicos.

Para combater a violência, os governos federal e estadual anunciaram uma parceria que inclui atuação integrada, ações para asfixiar as finanças do crime organizado e a transferência de presos para presídios federais.

» LEIA MAIS nas págs. C4 e C5

Pedido de demissão na PM é o maior em 12 anos

Até outubro, 440 policiais deixaram a corporação; violência é principal razão

Segundo comandante da polícia, a baixa corresponde a menos de 0,5% do efetivo; quadro é reposto, diz

**AFONSO BENTES
ROGERIO PAGNAN**
DE SÃO PAULO

Quase uma década de sua vida foi dedicada à Polícia Militar. Acordava cedo, vestia sua farda, botava a arma no coldre, fazia uma oração ao lado da mulher e ia para o batalhão na Grande São Paulo.

Neste ano, estava trabalhando em Guarulhos, cidade onde dois PMs foram assassinados na mais recente onda de violência. Em todo o Estado, ao menos 92 policiais foram mortos em 2012.

Foi exatamente por conta desses ataques que Gabriel, nome fictício, decidiu deixar a corporação. Disse que se cansou de ser alvo de ladrões.

"Você põe a 'cara' na mira do bandido e é chamado de violento. É hostilizado por quem você quer defender e o salário é uma piada", disse.

E Gabriel, que agora é supervisor de uma empresa de segurança, não está sozinho. Dos últimos 12 anos, 2012 já é o recordista em número de PMs que pediram demissão. Foram 440 até outubro.

Nem no ano dos ataques

Nem no ano dos ataques da facção criminosa PCC, em 2006, houve tantos pedidos de exoneração. De janeiro a outubro daquele ano, 411 PMs saíram por vontade própria.

Entre eles estava o então cabo Arylco de Paula, que foi da Rota e da Força Tática (tropas de elite da PM), e hoje é advogado de policiais.

"Vi que não tinha o apoio de ninguém. Corria o risco de morrer e era chamado de 'cozinha' por algumas pessoas. Se me envolvesse numa ocorrência de resistência seguida de morte, mesmo estando certo, não teria suporte. Por isso, pedi para sair", disse.

Para cinco comandantes de batalhões da PM ouvidos pela reportagem, a violência é o principal fator que influencia na saída dos militares. Mas há outros dois que precisam ser levados em conta: o salário baixo (o piso salarial de um soldado é de R\$ 2.378) e a distância dos policiais até suas casas.

Há casos em que o PM é lotado em cidades a mais de 500 quilômetros de casa.

Quando perguntado sobre se sabia por que este ano registrou um recorde no número de PMs que pediram demissão, o comandante da corporação, coronel Roberval Ferreira França, disse que era boato.

Ao ser confrontado com os

Arylco de Paula, ex-policial, mostra braçal que usou na PM

números que foram informados pela própria PM por meio da Lei de Acesso à Informação, o coronel mudou o discurso e afirmou que os dados não o preocupam.

"Nosso 'turnover' (rotatividade) é baixo. Temos quase 100 mil policiais e menos de 0,5% pediram exoneração. Isso é sempre reposto."

Desde o ano 2000, cerca de mil pessoas ingressam na corporação por ano. Nessa média, estão inclusos os oficiais recém formados pela Academia Militar do Barro Branco.

Para o deputado Olímpio Gomes (PDT), major da reser-

va da PM, o elevado número de pedidos de demissões demonstra que há muitas pessoas sem vocação na polícia. "O salário é baixo, o risco é grande e, quando se põe na balança, alguns bons policiais saem para outras carreiras, como delegado federal ou agente rodoviário. Entre os que ficam, há aqueles que veem a polícia só como mais um emprego público", disse.



PRINCIPAIS MOTIVOS PARA AS SAÍDAS

VIOLENCIA
92 PMs foram assassinados este ano em SP. Parte das mortes é atribuída à facção criminosa PCC

DISTÂNCIA DE CASA
Em alguns casos, policiais são lotados em batalhões muito distantes de suas casas. Em Diadema há PMs de Presidente Prudente, há mais de 500 km

SALÁRIOS BAIXOS
O piso salarial de um soldado da PM de SP é R\$ 2.378

Fonte: Polícia Militar, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e ex-policiais militares

12. Notícias dia 12 de novembro de 2012

Violência tem escalada e mortes chegam a 31

Grande SP registra o maior número de homicídios desde o início da crise

A região metropolitana de São Paulo teve o fim de semana com mais mortes desde o começo da onda de crimes. Foram dez homicídios entre a noite de sexta e a tarde de sábado, mais 21 até o início da noite de ontem.

Nos dois finais de semana anteriores, haviam sido 12 e 20 mortes, respectivamente. Em 18 dias, ao menos 191 foram mortos (inclusive policiais), média de 10,6 por dia.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse manter confiança na polícia paulista. "Já enfrentamos outros problemas de organizações criminosas no passado, e a polícia venceu", afirmou.

O arcebispo metropolitano, dom Odilo Pedro Scherer, lamentou a escalada e a morte de jovens. "Devemos condenar isso abertamente e nunca nos conformar com a violência." **Cotidiano C1**

Maconha em São Paulo está mais forte e danosa

Análise de 35 amostras de maconha apreendidas em São Paulo, feita pelo Instituto de Criminalística a pedido da **Folha**, aponta nível de 5,7% da principal substância psicoativa (THC) da droga, informa **Morris Kachani**. Pesquisa anterior apontara bem menos, 2,5%.

O teor de THC é maior do que a média mundial para esse entorpecente, de 0,5% a 5%. Na Holanda, chega a 15%, e nos EUA, a 10%.

O IC constatou ainda teor baixo de canabidiol, composto que modula o efeito do THC e diminui a chance de alucinações. **Cotidiano C5**

Grande SP tem 31 mortes no fim de semana

Período foi o mais violento desde o início da onda de crimes, em outubro; em 18 dias, 191 pessoas foram assassinadas

Questionado sobre a violência, governador Geraldo Alckmin diz que é preciso confiar na ação da polícia

DE SÃO PAULO
DO "AGORA"

Com um saldo de 31 pessoas mortas, a região metropolitana de São Paulo teve o fim de semana mais violento desde que se iniciou a onda de crimes, em outubro.

As mortes foram registradas entre a noite de sexta e o início da noite de ontem. Nos dois finais de semana anteriores, as mortes chegaram a 12 e a 20.

A maior parte dos casos tem autoria desconhecida. Outros ocorreram em troca de tiros com policiais ou em confronto com PMs à paisana.

Em Parelheiros (zona sul), seis pessoas ficaram feridas numa sequência de ataques cometidos por atiradores em uma moto, na tarde de sábado. Elas estavam na rua, em três endereços diferentes, e foram atacadas num período de 15 minutos.

Um agricultor de 35 anos foi a sétima vítima na região, às 19h. Ele foi baleado em seu sítio. O irmão da vítima disse à polícia que ele não tinha inimigos nem recebeu ameaças.

No Campo Limpo, também na zona sul, houve ataque às 21h de anteontem. Uma pessoa morreu.

Na zona leste, três pessoas foram baleadas na esquina da rua Edimburgo e da avenida Cangaíba. Uma não resistiu aos ferimentos. Em Ferus, na zona norte, um motociclista foi morto.

Desde a noite de sábado, houve mortes com caracterís-

Homem baleado na zona leste, na madrugada de ontem

ticas de execução em Guarulhos, Itapevi e Diadema.

ALCKMIN

Em 18 dias, a região metropolitana registrou ao menos 191 vítimas de homicídio, numa média de 10,6 mortes por dia. Até setembro, a média diária era de seis mortes.

Questionado ontem sobre os novos casos de violência, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) elogiou a polícia. "É preciso ter confiança na nossa polícia. Já enfrentamos outros problemas de organizações criminosas no passado e a polícia venceu", disse.

Ele também citou o acordo firmado com o governo federal para combater o crime, que será assinado hoje com o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça).

Cinco PMs são afastados após denúncia de TV

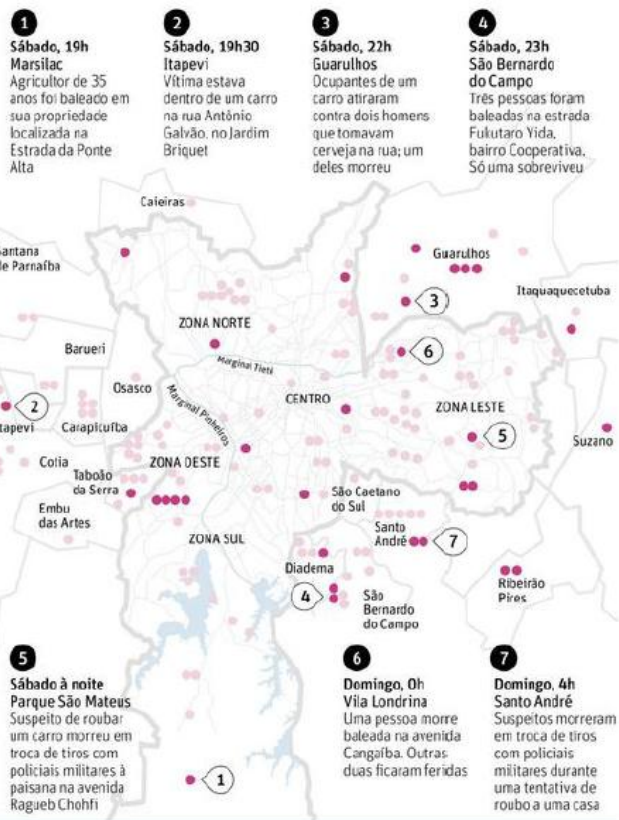
DE SÃO PAULO

O comando da PM determinou a prisão de cinco policiais envolvidos na morte do sergente Paulo Batista Nascimento, 25, anteontem. Vídeo amador divulgado pelo "Fantástico" mostra a vítima sendo encurralada em casa no Campo Limpo (zona sul). Em seguida, o sergente aparece morto. O boletim de ocorrência registrava que ele tinha fugido e fora achado morto mais tarde.

MAPA DA VIOLÊNCIA

Como foram algumas mortes ocorridas no final de semana

- Mortes entre a noite de sexta e a tarde de ontem
- Mortes desde 26 de outubro



- **Matéria 46**

Maconha vendida em São Paulo está mais potente, indica estudo

Análise encomendada pela Folha apontou alta no teor da principal substância psicoativa da droga

De acordo com médico, maior potência da droga prolonga os seus efeitos e aumenta os riscos de danos para usuários

MORRIS KACHANI
DE SÃO PAULO

A maconha vendida em São Paulo está mais potente. Uma análise do Instituto de Criminalística em 35 amostras apreendidas entre julho e agosto na capital apontou uma média de 5,7% no nível de THC, a principal substância psicoativa da droga.

O estudo foi feito a pedido da **Folha**. Análise semelhante realizada entre 2006 e 2007 mostrou uma média de 2,5%.

“O resultado pode indicar uma certa tendência no aumento do princípio ativo da maconha vendida nas ruas, como se tem observado em alguns países desenvolvidos”, diz Maurício Yonamine, professor de toxicologia da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.

O teor de THC aferido é maior do que a média na maconha apreendida no mundo: de 0,5 a 5%, de acordo com relatório da ONU.

Na Holanda e nos Estados Unidos, onde a tecnologia do plantio da droga é mais avançada, essa escalada atinge níveis médios de 15% e 10%, respectivamente.

A análise do IC mostrou também um baixo teor de canabidiol —0,6%, em média. A substância presente na planta *Cannabis* modula o efeito de THC, diminuindo a sensação de ansiedade.

“Para reduzir a chance de delírio e alucinação, a proporção deveria ser de um para quatro”, explica Elisaldo Carlini, da Unifesp.

Quanto mais potente a maconha, mais forte e prolongado é o seu efeito. “Se pensarmos no uso por adolescentes, os riscos seriam em princípio maiores [de alterações cognitivas, por exemplo]”, afirma o médico psiquiatra Dartius

Xavier, da Unifesp.

De acordo com levantamentos feitos pela Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) em 2010, 13,2% dos estudantes brasileiros entre 17 e 18 anos e 26,1% dos universitários já tinham fumado maconha pelo menos uma vez na vida.

RESSALVAS

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam ressalvas com relação aos estudos,



RAIO-X DA MACONHA

Pesquisas científicas encontram “de tudo” na droga usada no Brasil

SUBSTÂNCIAS DA PLANTA

CANABIDIOL - Modula o efeito do THC, diminuindo a ansiedade (0,6%)
THC - principal substância psicoativa (5,7%)

NÍVEIS DE THC, EM %

Brasil: 5,7 nas amostras analisadas a pedido da Folha
Brasil: 2,5 em estudo semelhante com amostras de 2006 e 2007
Holanda: 15
EUA: 10
Globalmente: 0,5 a 5

13,2% dos estudantes entre 17 e 18 anos já fumaram maconha uma vez na vida

26,1% dos universitários já fumaram maconha uma vez na vida

“Ela [maconha] é vegetal. Se eu plantar a mesma semente no pé do morro ou no alto da montanha, o resultado já vai ser diferente”

JOSÉ LUIZ DA COSTA
perito do Instituto de Criminalística e presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia

no que diz respeito à representatividade da amostragem e o tempo de armazenamento das apreensões. Mas a escassez de estudos mais aprofundados sobre o tema torna as medições relevantes.

A análise feita agora e a anterior adotaram a mesma metodologia e protocolo de medição. O espaço amostral, porém, foi reduzido. Em 2006 e 2007, foram analisadas amostras de 55 apreensões, contra as 35 da investigação atual.

Em ambos os estudos, a escolha das amostras foi aleatória e sem preocupação com o estado de conservação da droga. Foram analisados de cigarros prontos a tijolos de 500 gramas os mais, com apreensões feitas tanto no atacado como no varejo.

Em função da decomposição natural, quanto mais antiga fora a apreensão, menor o nível de THC. José Luiz da Costa, perito do Instituto de Criminalística e presidente da

Sociedade Brasileira de Toxicologia, explica por que a interpretação de resultados com análise de maconha é mais complexa que a de outras drogas: “Ela é vegetal. Se eu plantar a mesma semente no pé do morro ou no alto da montanha, o resultado já vai ser diferente”, explica.

“Mas a verdade é que a maconha é uma droga tão barata que não justifica você encontrá-la adulterada”, acrescenta Costa.

Paraguaia, droga vem com fungos e formigas

DE SÃO PAULO

A maconha vendida em São Paulo é quase toda produzida no Paraguai. A droga aparece misturada a folhas, caules e outras plantas. “É também restos de insetos ou formigas, como em qualquer colheita rudimentar feita de forma clandestina”, explica o perito José Luiz da Costa, do Instituto de Criminalística.

Em geral, a maconha paraguaia chega a São Paulo prensada e embalada em filme plástico ou alumínio, e adesivada. As condições de transporte são precárias —normal-

mente em caminhões, escondida entre outros produtos.

Por uma questão econômica, ela não chega ao mercado totalmente seca. É que o tempo de secagem da colheita é relativamente longo (cerca de uma a duas semanas) e as folhas úmidas pesam mais, o que significa um ganho extra para o produtor.

Uma monografia coordenada por Costa em 2011 apontou a presença de três tipos de fungos em maconha apreendida, alguns deles comumente encontrados em alimentos em estado de deterioração. Para Dartiu Xavier, da

Unifesp, de forma geral, não há nada objetivo quanto ao risco para seres humanos. Os fungos podem causar alergia e intoxicação para pessoas hipersensíveis, como também doenças em indivíduos imunodeprimidos.

As condições de embalagem e transporte da maconha prensada também podem favorecer a liberação de amônia, de acordo com Elisaldo Carlini, também da Unifesp.

“Com o tempo, a maconha envelhece e se degrada. Pior ainda se estiver umedecida. Amônia na maconha é sinal de má conservação”, diz.

O CAMINHO DA DROGA

Cerca de 80% da maconha consumida no Brasil vem de cidades paraguaias



1 Camponeses são pagos para cuidar das lavouras. Após a colheita, o tempo de secagem é abreviado, e a maconha é prensada com as folhas úmidas

2 A droga é armazenada precariamente em sacos plásticos e cruza a fronteira em carros particulares ou na bagagem de “formiguinhas”

3 É levada até São Paulo e Rio de Janeiro por meio de caminhões, escondida dentro de outras mercadorias

ANÁLISE

Desafios para ‘decifrar’ a droga começam antes do laboratório

TARSO ARAUJO

ESPECIAL PARA A FOLHA

Em 2002, o czar antidrogas norte-americano, John Walters, disse ao “Washington Post” que “a maconha de hoje é diferente daquela de uma geração atrás, com potência 10 a 20 vezes mais forte”. Desde então, esse argumento alarmista tem sido usado com frequência nos debates.

Ora, nenhum traficante quer vender maconha fraca. Logo, é previsível que o plantio se profissionalize. Assim

como buscam tulipas de novas cores e raças de cão mais fortes, quem cultiva *Cannabis* quer mais THC, o principal psicoativo da planta. Hoje, para fazer isso, há luzes e métodos modernos, sementes selecionadas em décadas de cruzamentos. Tudo na internet.

Mas é pequena a chance de camponeses do Paraguai usarem essa tecnologia na produção massiva de maconha. O que fazem é o tal “prensado”, e a prova de que ele não está tão potente assim é visível a olho nu: ele

tem sementes. Maconha com muito THC raramente tem sementes, porque, para fabricá-las, a planta usa a energia que precisa para fazer a molécula psicoativa.

No Brasil, só se faz maconha de “altos teores” em pequenas plantações caseiras. Esse cultivo “indoor” até tem crescido no país, por causa de usuários que não querem bancar o tráfico, mas sua produção é irrelevante.

Logo, é preciso cautela na comparação dos resultados dos testes de 2006/2007 e

2012. Por mais corretas que sejam as análises químicas, a dosagem de THC tem desafios que começam bem antes do laboratório.

Um fator crucial para medições confiáveis é ter uma amostragem representativa. Para medir a intenção de voto em São Paulo com algum valor estatístico, não basta entrevistar uns 50 cidadãos em Higienópolis.

No caso da maconha: o THC se decompõe rapidamente exposto à luz e ao ar. Se a pesquisa de 2006/2007

usou uma droga colhida há meses, apreendida em “trouxinhas” ou “baseados”, sua NA EUROPA, OS TESTES USAM MILHARES DE AMOSTRAS, COLHIDAS REGULARMENTE AO LONGO DO ANO

baixa potência pode ser mera consequência da má conservação. Se a de 2012 usou

amostras novas, lacradas, o

THC estava bem preservado.

Na Europa, onde se quantifica THC desde a década de 1990, os testes usam milhares de amostras, colhidas regularmente ao longo do ano, de várias fontes, para garantir representatividade.

É preciso ter esse cuidado aqui, antes de disparar o alarme. E fazer testes todo ano, de modo padronizado. Não nos faltam bons peritos, apenas verba e vontade política.

TARSO ARAUJO é autor do Almanaque das Drogas e editor da revista “Galileu”

• Matéria 47

Jovens fazem ato na praça da Sé contra as recentes mortes

Cardeal dom Odilo diz que morte de jovens é o que mais preocupa

OLÍVIA FLORÊNCIA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O arcebispo metropolitano, dom Odilo Pedro Scherer, demonstrou preocupação com as mortes de jovens decorrente da violência em São Paulo nos últimos dias.

Ontem, na missa do Dia Nacional da Juventude, na praça da Sé, ele comentou o problema: “Fico triste sabendo que grande parte dos que estão morrendo são jovens”.

“É inaceitável que se comece a matar para resolver questões, sabe-se lá quais questões. Para nós cristãos o ódio não é aceitável. Devemos condenar isso abertamente e nunca nos conformar com a violência”, afirmou.

Algumas igrejas da Brasi- lândia cancelaram reuniões e missas à noite na última semana por causa dos assassi- natos na região.

Questionado sobre os cancelamentos, dom Odilo confirmou, mas disse que não são todas as atividades que estão sendo comprometidas.

“Algumas decisões [de cancelar eventos] o padre tomou localmente porque achava que deveria tomar”, disse ao ressaltar que não há orientação geral.

E acrescentou: “É um fato lamentável porque realmente a população está assustada. Nós esperamos que isso logo seja superado e que o povo possa frequentar de novo a igreja à noite.”

13. Notícias dia 13 de novembro de 2012

- **Matéria 48 e 49**

Polícia investiga venda de dados de PMs a criminosos

A Corregedoria da Polícia Militar paulista investiga policiais que teriam vendido para criminosos uma lista com nomes, endereços e telefones de quase cem PMs, informam **André Caramante** e **Afonso Benites**.

Segundo a Corregedoria, as informações, saídas de uma companhia de Itaquaquecetuba, seriam usadas pela facção PCC para atacar policiais. **Cotidiano C1**



Como foi a descoberta

"PLANO DE CHAMADA"

Listagem foi encontrada em celular de um detento em agosto



O que as listas continham

Dados pessoais de quase cem policiais da Grande SP. As informações fazem parte de um "plano de chamada" — documento sigiloso a que só a PM tem acesso



Como os dados foram obtidos

A suspeita é que dados tenham sido vendidos para bandidos por R\$ 8.000

LISTA DOS GÊMEOS

Em outubro, durante operação na favela Paraisópolis (zona sul). Os documentos estavam em posse de dois irmãos gêmeos de 17 anos

Anotações com nomes ou apelidos e funções de seis policiais civis e militares

Lista foi produzida por criminosos do PCC que moravam na vizinhança dos policiais ou agiam em pontos de drogas na região

Documentos apreendidos com irmãos em Paraisópolis

Corregedoria suspeita que policiais venderam dados de PMs a bandidos

Listagem com nomes, endereços e telefones teria sido retirada de batalhão na Grande São Paulo

Informações teriam sido repassadas à facção PCC; governo confirma investigação, mas não dá detalhes

ANDRÉ CARAMANTE
AFONSO BENITES

A Corregedoria da Polícia Militar suspeita que policiais entregaram a criminosos uma listagem com nomes completos, endereços residenciais e telefones de quase cem PMs que atuam na Grande SP.

Segundo a apuração do órgão, a venda dos dados foi feita por R\$ 8.000. A listagem teria sido retirada do 35º Batalhão da PM de Itaquaquecetuba, e as informações seriam usadas por membros da facção criminosa PCC para cometer atentados contra policiais e/ou seus familiares.

A Folha tentou ouvir o comandante-geral da PM, Roberval França, mas ele não se manifestou. Por meio do Centro de Comunicação Social, a PM informou que "todos os detalhes envolvidos na investigação não podem ser divulgados para não atrapalhá-la".

Neste ano, 93 PMs foram assassinados no Estado. Parte das mortes, segundo investigações, ocorreram como retaliação a prisões ou mortes de criminosos por policiais.

As ordens para os assassinatos em série de PMs partiram de chefes do grupo criminoso que estão abrigados em penitenciárias paulistas.

Em agosto, agentes penitenciários apreenderam um celular usado por um detento ligado ao PCC no qual ha-

via uma listagem com as informações sobre policiais.

Dias depois, a Corregedoria fez uma busca no batalhão de Itaquaquecetuba e recolheu três computadores de onde suspeita-se que a lista tenha sido vazada. Essa listagem, sigilosa, é utilizada para a convocação de PMs em situações de urgência.

A lista foi distribuída, segundo a apuração, entre criminosos do PCC por meio da rede social Facebook em um "salve", nome dado a uma ordem dos chefes da facção.

Em outubro, a Folha mostrou que o PCC incluía em livro-caixa pagamentos a policiais civis e acordos com PMs.

Em um comunicado, os chefes pedem que outros criminosos busquem informações com os "PMs que roubam com a gente", porque só eles teriam os dados que eles precisavam. Não fica claro, porém, se o pedido se refere a endereços de policiais.

"É extremamente preocupante criminosos terem acesso à lista. É entregar o ouro para o bandido. Os PMs e seus familiares ficam mais expostos", disse o presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM, Wilson Moraes.

GÊMEOS

No dia 30 de outubro, outra lista com nomes de policiais foi apreendida na favela Paraisópolis (zona sul) com dois gêmeos de 17 anos.

Ela tinha nomes ou apelidos de seis policiais, além de detalhes de lugares que eles frequentavam e anotações sobre tráfico de drogas.

» LEIA MAIS na pág. C3

Para Alckmin, preso com celular é 'fonte importante' para a polícia

DE SÃO PAULO

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que o Estado tem dificuldades para

Permitir celulares nas prisões para monitorar criminosos é uma estratégia polêmica. O delegado-geral Marcos Carneiro Lima é contra.

impedir o uso de telefones celulares pelos presos, mas afirmou que isso pode até ajudar a polícia nas investigações.

"Não há ainda tecnologia detalhada no sentido de bloquear apenas uma pequena área. Então, ou você não consegue bloquear ou bloqueia área muito grande", disse.

"O próprio sistema de segurança acompanha todo esse trabalho. Isso faz parte também do trabalho de investigação da polícia, com autorização judicial. Quer dizer: isso é uma fonte importante de acompanhamento de inteligência policial", afirmou.

"O isolamento dos presos é fundamental. A Itália só avançou no combate às máfias quando endureceu as penas, até com prisão perpétua, e isolou os chefes", disse.

Chefes do PCC foram flagrados pela Polícia Federal comandando o tráfico de drogas e de armas de dentro da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau. Promotores pediram a remoção dos chefes da facção para presídios federais, alegando que o Estado não os controla. "É óbvio que teremos transfêrencias", disse Alckmin. (ROCÉRIO PAGNAN)

POLICIAIS ASSASSINADOS

93 PMs foram mortos neste ano no Estado

EM NOVEMBRO

3 mortos até ontem

MORTE NO CAMPO LIMPO O que mostram as imagens de vídeo amador divulgado pelo "Fantástico" antontem

1 Cinco policiais cercam o servente Paulo Batista Nascimento, 25, em uma casa no Campo Limpo. Um deles dá um chute no rapaz

2 O servente é levado para perto do carro. Do lado do veículo, policial estica os braços, em posição de tiro. Gravação é interrompida após um estrondo

3 Cinegrafista volta a gravar a casa, onde ainda estão alguns dos policiais. Depois, os PMs deixam o local em um carro da corporação

Morte de servente por PM é 'intolerável', diz Alckmin

Paulo Nascimento levou tiro de policial militar quando já estava dominado

Ação foi registrada por cinegrafista amador; governador afirma não haver tolerância a abusos

DESÃO PAULO

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), classificou ontem de "intolerável" a morte do servente Paulo Batista Nascimento, 25, no último sábado. Ele foi morto por um PM quando estava dominado, na região do Campo Limpo (zona sul).

"Nós tivemos um caso de execução de um preso por parte de um policial militar, e isso é intolerável. A Polícia Militar já prendeu toda a equipe [cinco policiais], poucas horas depois da descoberta do fato", disse ele, que prometeu

uma punição severa aos responsáveis.

Nascimento foi detido por policiais militares em uma casa, suspeito de ter participado de uma troca de tiros com PMs momentos antes.

Ao ser colocado no compartimento para presos de um carro de polícia, sem resistência (só tentava argumentar), um dos PMs atirou.

A ação foi filmada por um cinegrafista amador e divulgada antontem pelo "Fantástico", da Rede Globo.

O registro oficial dizia que

o servente havia trocado tiros com uma equipe e que havia sido encontrado morto.

A imagem da TV deixa pouca dúvida de ter havido uma ação criminosa porque ela é interrompida no exato momento do disparo.

Alckmin afirmou, mais de uma vez, que a polícia tem mais de 130 mil homens emulheres e que casos como o flagrado são exceção. "Não há nenhuma tolerância."

Administrativamente, segundo ele, os responsáveis pelo crime serão expulsos.

O comando da PM não forneceu os nomes dos policiais presos. Assim, não foi possível falar com seus advogados.

ESCÂNDALO

Para o deputado estadual Olímpio Gomes (PDT), major da reserva da PM, não é possível generalizar a conduta da polícia com base no vídeo.

"Esse sujeito tresloucado tomou uma atitude criminosa e precipitada. Acabou com a própria vida e arrastou quatro outros companheiros."

Oscar Vilhena, diretor da Escola de Direito da FGV, diz que a ação representa uma derrota na tentativa de controle da letalidade policial.

"Esse vídeo é um escândalo: o sujeito foi executado e torturado", disse Martim de Almeida Sampaio, presidente da comissão de direitos humanos da OAB-SP.

“Nós tivemos um caso de uma execução de um preso por parte de um policial militar, e isso é intolerável. A Polícia Militar já prendeu toda a equipe

GERALDO ALCKMIN
governador de São Paulo

Ação conjunta controlará pontos na divisa de SP

DESÃO PAULO

Policiais estaduais e federais devem iniciar na próxima segunda-feira uma operação conjunta de controle de entrada em 14 pontos nas divisas do Estado de São Paulo.

A ação, que faz parte do acordo entre os governos federal e estadual para o combate ao crime organizado, será feita nos pontos considerados "nevrálgicos": rotas de tráficos de drogas e contrabando de objetos e armas.

Devem participar homens das polícias Civil e Militar, além de equipes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Os detalhes da operação estão sendo afinados em reuniões ontem e hoje.

Uma das grandes críticas do governo paulista ao governo federal em relação à violência em SP é o fracasso da

União em evitar a entrada de drogas e de armas no país.

O início da operação foi acertado ontem em nova reunião entre o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após a assinatura formal de acordo de cooperação entre Estado e União.

Segundo integrantes do governo estadual que participaram do encontro, o comandante da PM, Roberval França, disse que havia a possibilidade de iniciar imediatamente a ação. Mas o governo federal pediu um prazo.

VERBA

Além dessa operação, Cardozo anunciou um repasse de R\$60 milhões para ajudar na construção de um centro integrado de "comando e controle" em São Paulo, voltado para integrar ações especiais

em gerenciamento de crises.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, não ficou claro na reunião se o montante anunciado é só para São Paulo ou para todo o país.

Em recente "bate-boca" com o governo paulista, Cardozo chegou a dizer que o ministério "não é um banco" e que o Estado só queria dinheiro, e não fazer projetos em parceria.

Ontem, o compromisso de repasse foi feito sem a apresentação de projetos.

Procurada, a assessoria de Cardozo não informou até o fechamento desta edição se os R\$ 60 milhões eram apenas para o Estado paulista.

Sobre a transferência de presos, o governo informou que a conveniência, a quantidade e os nomes serão discutidos nas reuniões e que esses dados serão divulgados em momento oportuno.

MULTIMÍDIA
Violência repercute na imprensa internacional



"The Guardian" (Reino Unido)
Site noticia que onda de assassinatos deixou ao menos 140 mortos em duas semanas



"Bloomberg" (EUA)
Agência afirma em site que violência se intensificou no "polo financeiro" brasileiro e cita a ajuda do governo federal



"Salon" (EUA)
Nota reproduzida pela revista on-line diz que crescente onda de violência desvasta a maior cidade do Brasil

Folha promove debate sobre a onda de violência

DE SÃO PAULO

A **Folha** promove, amanhã, às 15h, um debate sobre segurança pública e a recente onda de violência.

Participarão os vereadores eleitos Conte Lopes e Ari Friedenbach, o pesquisador Renato Sérgio de Lima e o ex-secretário de Segurança de São Paulo Ronaldo Marzagão.

O debate, mediado pelo repórter especial Mário Cesar Carvalho, acontece no auditório da **Folha** (alameda Barão de Limeira, 425, 9º andar, região central).

Assinantes do jornal e do UOL, empresa controlada pelo Grupo Folha, que edita a **Folha**, podem acompanhar o debate.

É preciso se inscrever pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br ou telefone 011/3224-3473, das 14h às 19h.

GUARULHOS EM ATAQUE, 3 MORREM E 7 FICAM FERIDOS

Pelo menos três pessoas foram mortas a tiros e seis ficaram feridas em ataques ocorridos antontem em Guarulhos (Grande SP). As ações ocorreram em bairros próximos. Em todos os casos a característica do crime foi a mesma: ocupantes em um carro escuro se aproximaram e abriram fogo contra um grupo de pessoas.

- Matéria 53 e 54

Preferia morrer a ficar na prisão, diz ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo afirma em SP que o sistema carcerário é 'medieval' e não 'ressocializa ninguém'

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, classificou o sistema prisional como "medieval" num evento em São Paulo e disse que "preferia morrer" a cumprir muitos anos em uma prisão.

A declaração foi dada um dia após José Dirceu, seu colega de PT, ser condenado a quase 11 anos de prisão, mas não teve relação com o julgamento do mensalão.

Ao responder uma pergunta sobre pena de morte, Cardozo disse que o sistema penitenciário não consegue ressocializar os detentos. "Quem entra no presídio como um pequeno delinquente muitas vezes sai como membro de uma organização criminosa." Dados do ministério mostram que, em 2011, havia 471 mil presos no Brasil para 295 mil vagas.

Para especialistas, uma das razões da superlotação nas prisões e da violação aos direitos humanos, criticada pelo ministro, é o elevado número de presos provisórios —encarcerados, mas ainda não julgados.

Ontem, 45 dos 46 adolescentes infratores internados na Fundação Casa do Itaim Paulista (zona leste de São Paulo) fugiram. *Cotidiano C1*

PMs suspeitos de homicídio serão investigados por mais uma morte

A Polícia Civil investiga se policiais militares presos sob suspeita de assassinarem um servente mataram outra pessoa minutos antes. Segundo os PMs, os dois morreram em troca de tiros. O diretor do departamento de homicídios disse que o servente não ofereceu resistência. "Foi um homicídio."

Após 19 dias de assassinatos em série, a Grande São Paulo registrou uma morte ontem. *Cotidiano C1 e C4*

- 53

Prisão brasileira é 'medieval' e viola direitos, afirma ministro da Justiça

Em evento em SP, Cardozo diz que preferiria morrer a cumprir pena longa em algumas prisões

Declaração foi dada um dia após o STF condenar o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu a cumprir pena em regime fechado

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, classificou ontem o sistema prisional brasileiro como "medieval" e disse que preferia morrer a cumprir pena por longo tempo em uma prisão do país.

A afirmação foi feita em um evento com 300 empresários em São Paulo, um dia após o STF (Supremo Tribunal Federal) condenar o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu a 10 anos e 10 meses de prisão em regime fechado por causa do escândalo do mensalão.

Ele respondia a uma pergunta sobre qual era a sua posição em relação à adoção da pena de morte. "Se fosse para cumprir muitos anos em uma prisão, em algumas prisões nossas, eu preferia morrer", disse durante o evento.

O ministro afirmou ainda que o sistema penitenciário não consegue ressocializar os detentos. "Quem entra no presídio como um pequeno delinquente, muitas vezes sai como membro de uma organização criminosa para praticar grandes crimes."

Para ele, o sistema prisional é medieval e violador de direitos humanos. "Ele não possibilita aquilo que é mais importante numa ação penal, que é a reinserção social da-quele que foi colocado na si-

tuação de privação da sua liberdade", disse Cardozo.

SUPERLOTAÇÃO

Dados do próprio Ministério da Justiça mostram que, no ano passado, havia 471 mil presos em todo o país para 295 mil vagas no sistema.

Todas as 27 unidades da federação têm mais detentos do que comportam e, ano a ano, a situação está piorando. Em 2000, por exemplo, a população carcerária do país era de 232 mil detentos.

Assim como ocorre com a segurança pública, o sistema penitenciário é de responsabilidade de cada Estado. Porém, uma das funções do ministério dirigido por Cardozo é coordenar as ações nessa área também.

Para especialistas, uma das razões da superlotação e da consequente afronta aos direitos humanos, conforme disse o ministro, ocorre por causa do elevado número de presos provisórios. Esses são os detentos que não foram

juulgados e estão em penitenciárias de regime fechado.

De acordo com o Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 37% dos presos do Brasil aguardam julgamento.

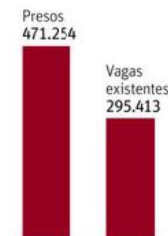
CULTURA DA VIOLÊNCIA

Durante o mesmo evento, Cardozo criticou a cultura da violência, citando que até nos videogames os vencedores são os que matam mais. Disse ainda que todos os governos têm responsabilidade sobre a segurança pública.

RAIO-X DO SISTEMA

PENITENCIÁRIO*

Deficit de vagas no país é de 175,8 mil



Relação presos por vagas

1,6

Quantidade de estabelecimentos penais

1.312

*Em 2011
Fonte: Depen e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O ministra da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante evento ontem em São Paulo

JOVEM INFRATOR

45 INTERNOS FOGEM DA FUNDAÇÃO CASA

No início da noite de ontem, 45 dos 46 internos fugiram da Fundação Casa do Itaim Paulista (zona leste da capital). Com paus, renderam funcionários e estouraram os portões. Até as 20h, nove haviam sido recapturados.

“ Se fosse para cumprir muitos anos em uma prisão, em algumas prisões nossas, eu preferia morrer

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
ministro da Justiça

As condições prisionais são degradantes, mas as pessoas que estão presas também não gostariam de morrer. O que eu gostaria de ouvir é que o governo vai criar um plano de redução da reincidência, para reduzir a população carcerária

JOSÉ DE JESUS
assessor jurídico da Pastoral Carcerária

Faltou dizer que as autoridades devem se conscientizar e não mandar as pessoas para as penitenciárias com tanta facilidade

LUÍS FERNANDO CAMARGO DE BARROS VIDAL
membro da Associação Juizes para a Democracia

Lamento que, apenas nas vésperas do provável encarceramento de algumas figuras importantes do partido a que pertence, a questão tenha ganhado a atenção devida

ROBERTO SOARES GARCIA
advogado criminal e palestrante no curso de pós-graduação na FGV-SP

- **Matéria 54 e 55**

PMs que mataram servente são suspeitos de outra morte

Polícia Civil apura se eles atiraram, minutos antes, contra outro suspeito desarmado

Testemunhas afirmam que eles foram mortos na mesma ação; vítimas podem ser ligadas ao traficante Piauí, do PCC

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA DE SÃO PAULO DO "AGORA"

A Polícia Civil investiga se os policiais militares presos sob a acusação de assassinar no último sábado o servente Paulo Batista do Nascimento, no Campo Limpo (zona sul), mataram outro suspeito que também estava dominado.

Essa outra morte ocorreu minutos antes, no mesmo bairro. O ajudante Gefferson Oliveira Soares do Nascimento, 23, estava no mesmo veículo de Paulo e trocou tiros com os PMs, de acordo com os policiais suspeitos.

Nessa versão, os policiais só atiraram por necessidade e teria havido uma "resistência seguida de morte".

Segundo o relato policial, Gefferson foi baleado e socorrido sem sucesso. Paulo, por sua vez, conseguiu fugir e foi encontrado em uma viela, minutos depois, já sem vida.

Imagens feitas por cinegrafista amador e divulgadas pelo "Fantástico", da Rede Globo, no domingo, revelaram que a morte de Paulo não foi como os PMs contaram. O suspeito estava dominado quando foi baleado por um PM.

Para o diretor do DHPP (departamento de homicídios), Jorge Carlos Carrasco, neste caso, houve homicídio.

Testemunhas ouvidas pela Folha disseram ontem que a história tem outros detalhes.

Um deles é que, após o disparo — momento em que o cinegrafista se esconde e perde

o foco —, Paulo conseguiu fugir dos PMs e se esconder em mercadinho na mesma rua.

Lá dentro, foi novamente baleado e arrastado para a rua. A versão foi contada à Folha por cinco moradores em diferentes pontos da região.

De acordo com Polícia Civil, Paulo recebeu três tiros (nos braços e um no peito). Dois tiros, segundo a polícia, foram dados pelo soldado Marcelo de Oliveira Silva.

Já com relação a Gefferson, os vizinhos também afirmam ter havido uma "execução" — que os PMs também atiraram no rapaz já rendido e que as cenas de motos caídas, como apareceram nas imagens de TV e jornais, foi armada.

Jorge Carrasco, do DHPP, disse que o caso é investigado e alguns questionamentos só poderão ser respondidos após "provas técnicas, mais depoimentos e oitivas de tes-

temunhas".

A Folha apurou que uma das linhas de investigação é a suposta ligação de Paulo e Gefferson com o tráfico de drogas de Paraisópolis e a ligação deles com o traficante Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, suspeito de ordenar a morte de PMs.

A polícia pedirá a prisão preventiva do tenente Halstons Kay Yin Chen e dos soldados Francisco Anderson Henrique, Marcelo de Oliveira Silva, Jailson Pimentel de Almeida e Diógenes de Melo.

OUTRO LADO

O advogado José Miguel da Silva Júnior, que defende o soldado Henrique e o tenente Chen, disse que seus clientes negam ter atirado. A reportagem não conseguiu falar com os advogados dos outros três policiais. (FELIPE SOUZA, ROGÉRIO PAGNAN E JOSMAR JOZINO)

Imagem de vídeo mostra servente sendo levado por PMs

Policiais dentro da casa depois de atirarem na vítima

▶ A FAVOR

Medida garante segurança, diz psiquiatra do Rio

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Chefe do setor de dependência química da Santa Casa do Rio, a psiquiatra Analice Gigliotti, é a favor do uso de tasers contra usuários de crack.

★

Folha - Como vê a medida?
Analice Gigliotti - É uma questão policial. Se legalmente ele pode usar essa arma contra uma pessoa para tirá-la do meio de uma via, por exemplo, por colocar em risco a segurança de quem trafega, ele também pode usar contra um usuário de drogas.

Em casos de internação?
Sou contra. Essa abordagem deve ser feita com apoio de enfermeiros e médicos. O uso do choque iria contra essa abordagem.

Usar choque em alguém que usa drogas é seguro?
Dependendo da descarga, em um paciente que já apresenta uma sobrecarga no organismo, em uma crise hipertensiva, pode ser letal, e até levar a um

Dependentes fogem pela av. Brasil, no Rio, durante operação municipal de combate ao crack na favela Parque União

Polícia usará arma de choque contra viciados

Distribuição de equipamentos faz parte de novo programa federal de combate ao crack

MARCO ANTÔNIO MARTINS
00310

As polícias do Brasil terão armas de choque e spray de pimenta para conter dependentes de crack. A distribuição desses dispositivos é uma das ações previstas no programa "Crack, é possível vencer", do Ministério da Justiça. A utilização de força policial, incluindo armas não letais, para o controle de dependentes é controversa.

de prefeitura foi criticada por especialistas, que defendiam loco maior em saúde.

A orientação para o uso de armas de choque, chamadas de taser, é da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), ligada ao ministério. Segundo nota da pasta, a intenção é que "os policiais tenham opções menos letais, principalmente para situações em que existem aglomerados de pessoas".

A determinação foi motiva-

de Direitos Humanos da Presidência. A orientação é que as armas sejam usadas só por policiais treinados.

PROGRAMA

Até agora, 12 Estados estão no programa federal, totalizando R\$ 62 milhões em recursos. O Rio recebeu mais recursos: R\$ 9 milhões. O próximo a aderir deve ser São Paulo.

Além de armas, o programa prevê treinamento de policiais e a compra de câmeras

policiais. Os equipamentos, 250 armas de choque e 750 sprays de pimenta, já chegaram, segundo a Secretaria de Segurança do Rio.

Em nota, a pasta disse que as armas "serão usadas apenas em caso de extrema necessidade por agentes policiais" e que não há "qualquer estratégia repressiva de tratamento de choque para usuários".

Os 150 homens da Força Nacional que desde maio ocupam o morro do Santo Amaro, zona

▶ CONTRA

Uso de arma é abominável, afirma professor

DE SÃO PAULO

Para Dartiu Xavier da Silveira, diretor do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes da Unifesp, usar armas como taser contra usuários de drogas é "abominável".

★

Folha - Como vê a medida?
Dartiu Xavier da Silveira - É absurdo, abominável. Qual a justificativa para usar métodos agressivos contra usuários de drogas? Está se supondo que ele é um agressor. Isso está fadado ao fracasso. Não se pode esperar que o indivíduo pare de usar drogas com medidas agressivas.

Qual é a melhor medida?

É preciso chamar pessoas da área médica, especializadas em dependência química. A questão da crackolândia é multidisciplinar. Há uma leitura deturpada colocando a situação de miséria da crackolândia como consequência do uso de droga. Mas foi a situação de miséria social um prato cheio

- **Matéria 56 e 57**

Polícia apura se PM traiu 2 colegas mortos em favela

DE SÃO PAULO

O departamento de homicídios de São Paulo investiga se dois policiais militares mortos no dia 31 de outubro, na zona sul, foram “traídos” por um colega de farda.

As informações da Polícia Civil são de que um PM do mesmo batalhão do cabo Hailton Borges dos Santos Evangelista, 33, e do soldado Antonio Paulo da Rocha, 35, teria ligado para traficantes de Heliópolis para informar que os dois estavam circulando em uma moto preta pelas ruas da favela.

Na ocasião Evangelista e Rocha, que estavam de folga, foram mortos a tiros quando passavam pela rua Paraíba.

Investigações iniciais mostram que a dupla foi à favela

para identificar criminosos que seriam vítimas de atentados cometidos por policiais.

Esse é o segundo caso de suspeita de traição cometido por PMs que se tem conhecimento nos últimos dias. Ontem, a **Folha** revelou que a Corregedoria da PM suspeita que policiais tenham vendido, por R\$ 8 mil, uma lista com quase cem nomes de policiais para bandidos do PCC.

A relação seria usada pelos criminosos para cometer atentados contra os policiais ou seus familiares. Neste ano, 93 policiais militares da ativa e da reserva foram mortos.

Após onda de crimes, Grande São Paulo tem um assassinato

DE SÃO PAULO

Após 19 dias consecutivos de assassinatos em série na Grande São Paulo, a região registrou ontem uma morte — em Guarulhos, um homem foi assassinado com 12 tiros.

Segundo a polícia, por volta das 20h, dois homens se aproximaram da vítima em rua da Vila Nova Bonsucesso e um deles disparou um tiro na cabeça dela. Em seguida, com o homem no chão, deram mais 11 tiros de pistola.

Nas duas semanas anteriores, a média de mortes na Grande São Paulo chegou a quase 10 por dia, bem acima da média de seis casos por dia registrada em 2011 e de janeiro a setembro deste ano.

A onda de violência levou os governos estadual e fede-

ral a firmarem um acordo de cooperação para combater o avanço da criminalidade.

Também em Guarulhos, durante a madrugada, um ônibus de turismo foi incendiado na avenida Norberto Brás, no bairro Bela Vista.

O motorista estava em casa quando viu um homem se aproximar do ônibus estacionado e jogar um objeto em chamas pela janela do banheiro. Não havia passageiros dentro do coletivo.

Moradores apagaram o fogo antes da chegada dos bombeiros. O fogo danificou o banheiro e os bancos de trás.

- **Matéria 58**

Criminosos de SC 'imitam' os de São Paulo e atacam ônibus, diz governo

Grande Florianópolis e Blumenau sofreram uma série de ações de bandidos; não houve feridos

Secretário de Segurança afirma que eles copiaram o que viram na TV; policiamento foi reforçado

GIOVANA FERINE
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM FLORIANÓPOLIS

Criminosos fizeram uma série de ataques da tarde de anteontem à noite de ontem em Santa Catarina. Não houve feridos. Para o governo, os bandidos "imitaram" os ataques ocorridos em São Paulo com base no que têm visto na TV.

"O que existe é uma imitação, uma cópia. No domingo passou no 'Fantástico' [Globo] uma matéria sobre esses ataques em São Paulo. Criminosos assistem e fazem igual. A motivação é que está sendo investigada", disse César Grubba, secretário de Segurança.

Ontem à noite, um ônibus foi incendiado em Florianópolis. Antes, homens já haviam atado fogo em outros dois ônibus. Ainda houve a tentativa de incendiar um quarto veículo. Ainda na capital, criminosos queimaram um carro da Polícia Civil e um veículo particular de um PM.

Outros dois ataques a ônibus ocorreram na noite de ontem em Navegantes, a 114 km da capital catarinense.

Em Palhoça (Grande Florianópolis), uma base da PM foi alvejada. Em Blumenau (a 143 km de Florianópolis), um ônibus foi queimado e homens atiraram contra o Presídio Regional. Eles foram presos.

A secretaria anunciou reforço no policiamento.

Pouco antes da primeira ação criminosa, em Florianópolis, anteontem, o Corpo de Bombeiros emitiu um alerta sobre possíveis ataques aos ônibus.

Mensagens trocadas entre presos indicavam que "bussões" seriam incendiados em resposta a supostas torturas.

O diretor do departamento prisional, Leandro Lima, negou haver maus-tratos.

EVENTO

Folha promove hoje debate sobre a onda de violência

DE SÃO PAULO - A Folha promove hoje, às 15h, debates sobre segurança pública e a onda recente de violência em São Paulo.

Estão confirmadas as participações dos vereadores eleitos Conte Lopes e Ari Friedenbach, do pesquisador Renato Sérgio de Lima e do ex-secretário da Segurança de São Paulo Ronaldo Marzagão.

O mediador do debate será Mário Cesar Carvalho, repórter especial da Folha.

Desde o dia 24 de outubro, mais de 150 pessoas foram assassinadas na Grande São Paulo.

O debate será no auditório da Folha (alameda Barão de Limeira, 425, 9º andar, região central de São Paulo) e dura cerca de uma hora e meia.

Assinantes do jornal e do UOL, empresa controlada pelo Grupo Folha, que edita a Folha, podem acompanhar o debate. Para isso, é necessário se inscrever pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br. É preciso informar nome completo, telefone, RG e código de assinante.

“ No domingo passou no 'Fantástico' uma matéria sobre esses ataques em São Paulo. Criminosos assistem e fazem igual

CÉSAR GRUBBA
secretário de Segurança Pública de SC

15. Notícias dia 15 de novembro de 2012

- **Matéria 59 e 60**

Governo federal investiu só 1/5 da verba para penitenciárias

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), que disse haver prisões “medievais”, usou neste ano R\$ 63,5 milhões dos R\$ 312,4 milhões disponíveis para investir em presídios — a verba parada daria para fazer oito deles.

Para o ministério, é “aceitável no setor público” gasto menor que o previsto. Ontem, Cardozo afirmou que “o primeiro passo para solucionar um problema é jamais escondê-lo”. **Cotidiano C1**

Santa Catarina reconhece que ataques vêm de grupo criminoso

Após outra noite de atentados a bases e veículos policiais, autoridades de Santa Catarina, que falavam em “imitação” dos ataques em São Paulo, agora reconhecem que as ordens partiram de facções criminosas. O Estado investiga se elas saíram do presídio de São Pedro de Alcântara, em retaliação a supostas torturas.

Em São Paulo, um soldado da Corregedoria da PM foi morto na terça à noite ao chegar em casa. **Cotidiano C4**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia “**Prisões desumanas**”, sobre declaração de ministro a respeito de condições carcerárias, e “**PIB sonolento**”, acerca de recuperação da economia.

- **Matéria 61**

vítimas da violência

Um **garoto** e uma **policial militar**, ambos **assassinados** na Brasilândia, zona norte de São Paulo, estão entre os **alvos** da onda de **crimes** que assola a **capital paulista** desde o dia 24 de outubro

Irmã mais nova de Willian segura uma foto do menino; na imagem, ele tinha cinco anos

Ao centro, Matilde, mãe de Marta Umbelina da Silva de Moraes, na missa do 70 dia da PM

Willian, 13, sonhava em abrir uma oficina

CAROLINA LEAL
DE SÃO PAULO

Corintiano, Willian de Souza, 13, tinha o perfil dos meninos da sua idade: gostava de usar o computador na lan house, de ir à casa do primo jogar videogame e de ficar conversando com os amigos na rua.

Estava na quinta série de um colégio na Brasilândia (zona norte de São Paulo), mas já tinha planos para o futuro: assim como o padrasto, funileiro, queria abrir uma oficina e lidar com carros.

Mas, na última semana, foi pego no fogo cruzado do que seria mais uma chacina na cidade: dois homens armados, de moto, passaram atirando em direção a um bar. Willian, que voltava para casa naquela hora, estava na frente do local. Quatro foram baleados — incluindo Willian e um açougueiro que tinha ido comprar cigarros. O açougueiro sobreviveu; os demais não.

“Estávamos acompanhando as mortes pela TV, mas sem imaginar que no outro dia ia acontecer na nossa família. A gente nunca imagina”, conta Katia Cilene, avó de criação de Willian, ainda sem entender

direito o que tinha acontecido. Naquele dia, o menino estava na casa da outra avó e disse à mãe que iria dormir lá. Ficou conversando com o primo no portão e, perto da 1h, comentou que tinha mudado de ideia e ia para a casa da mãe. Ninguém sabe se ele só passava em frente ao bar ou se tinha parado ali para conversar. O certo é que tudo aconteceu muito rápido. O primo mal tinha fechado o portão quando ouviu os tiros.

No dia seguinte, a notícia se espalhou. Na escola, ninguém acreditava no boato de que o “Neguinho”, como Willian era chamado, estava entre os mortos. Mas, antes mesmo da con-

firmação, uma tia já tinha reconhecido, na TV, os chinelos do menino em frente ao bar.

TAL PAI, TAL FILHO

Nada foi fácil para a família de Willian. Lilian Oliveira demorou seis meses para perceber que estava grávida. “A barriga não crescia”, conta. Quando Willian nasceu, ela tinha 15 anos. “Foi um susto.” A jovem se virou como pôde. Quando o menino tinha três anos, perdeu o pai, que trabalhava em uma fábrica.

O que não dava para prever é que pai e filho teriam mortes semelhantes. Ezequiel de Souza, 24, foi morto a tiros em um bar, também na Brasilândia, por ter testemunhado o assassinato de um amigo.

Lilian casou com outro homem, teve uma filha, se separou e, hoje, é faxineira. Ao resumir o que sente, é direta: “Não tenho medo. Só tristeza”. Katia não tem esperanças de que o culpado seja preso. “Uns coitados como o Willian, que não têm nome, não têm dinheiro, nunca ninguém vai descobrir quem matou.”

A polícia disse apenas que investiga o caso.

Colaborou AFONSO BENITES

“ Ele subiu a rua para não descer nunca mais. Agora, é mais um Willian na estatística. Até quando vão ter outros ‘Willians’?”

KATIA CILENE
avó de criação de Willian de Souza, co-
mentando a morte do menino

RICARDO GALLO
DE SÃO PAULO

— “Quem é a PM baleada?”
— “A Martinha.”
— “Como ela está?”
— “Zerou...”

Naquela noite de sábado, 3 de novembro, corria entre PMs da zona norte de São Paulo a informação de que uma policial militar fora atacada. Ana (nome fictício), 35, apressou-se em ligar para o batalhão onde trabalhava, na mesma região, para saber se a vítima era alguma colega.

Era. Mas a colega não estava apenas baleada: “zerar”, na polícia, significa morte.

Marta Umbelina da Silva de Moraes, 44, a Martinha, doce, animada e de voz fina, foi a primeira mulher a morrer nos assassinatos em série de PMs na Grande São Paulo.

Levou ao menos dez tiros ao chegar em casa, na Vila Brasilândia, também zona norte, depois de ter ido buscar a filha caçula, de 11 anos.

Era dia de folga e ela havia saído do carro para ajudar a filha a abrir o portão. Um homem atirou nas suas costas e

fugiu. A filha viu tudo. Martinha, que estava sem farda (como sempre fazia na folga, a despeito de toda a vizinhança saber que era PM), chegou ao pronto-socorro morta. Na porta do PS, policiais mulheres choravam com a notícia. Para a família, ela não foi morta por ser a PM Martinha; foi morta porque era policial.

VAQUINHA NO ENTERRO

Na quarta anterior, Ana falou com a amiga pela última vez. Martinha havia ligado para lhe oferecer lingeries, modo de engordar o salário líquido de R\$ 2.500.

A vida financeira, aliás, lá mal, asfixiada pelas presta-

ções do carro e da casa, esta comprada na Brasilândia.

Ainda assim, pensava em erguer uma laje e ampliar a casa onde vivia com os três filhos (a caçula, um de 18 anos e a mais velha, de 21), com quem passava o tempo livre desde o divórcio, anos atrás.

Não foi pelo salário que Martinha entrou na PM, em 1996, após largar emprego de telefonista; usar a farda e ajudar a comunidade era um sonho de juventude, diz a filha mais velha. Não há PM na família.

Na polícia, uma ironia: em boa parte da vida, trabalhou para auxiliar e confortar familiares de PMs mortos, uma das tarefas no setor de relações-públicas. De dois anos para cá, cumpria função administrativa noutra área (na rua, atuava só em ações específicas).

Seu corpo ficou quatro horas no IML, à espera de liberação. Depois, os amigos chegaram a fazer uma vaquinha para ajudar no enterro — e se cotizaram para não deixar os três filhos desamparados.

Soldado (a mais baixa patente da PM), Martinha morreu sem alcançar o maior sonho: tornar-se sargento.

Colaborou ROSÉRIO PAGNAN

“ Ela não era linha de frente, não atuava na rua. Para nós, ela nunca seria o alvo. [...] É a nossa estrutura que foi embora, e a gente precisa continuar

FILHA MAIS VELHA DE MARTA
de 21 anos; ela tem três filhos

• Matéria 62

5 morrem em Santo André; ônibus param na zona sul

Onda de violência se agrava e média de mortes na Grande SP aumenta

15 pessoas morreram menos de 24 horas depois de o governador anunciar tendência de pacificação

MARTHA ALVES AFUNSO BENITES
DE SÃO PAULO
DEH OLIVEIRA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Menos de 24 horas após o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmar que a série de crimes registrada na Grande São Paulo estava diminuindo, 15 pessoas foram assassinadas e outras 12 baleadas entre a noite de anteontem e a manhã de ontem.

Nos últimos 15 dias, 142 pessoas morreram. A média diária de assassinatos (quase dez) supera a verificada tanto neste ano quanto em 2011 —seis.

Dentre os crimes, uma chacina em Santo André (ABC) deixou cinco mortos. Nos outros casos, as vítimas foram mortas em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Nove pessoas foram baleadas entre as 19h30 de anteontem e a 0h de ontem no Jardim São Luiz, na zona sul de São Paulo. Três morreram e duas ficaram feridas.

Na mesma região, outros homens foram baleados. Anteontem, Alckmin disse

diário da onda de violência. “[As mortes] já estão em processo de queda. Eu tenho um acompanhamento diário, elas já estão em um ritmo bem menor. Tem coisa que não tem ligação com o crime organizado”, disse.

A escalada da violência começou em setembro, mês em que 144 pessoas foram mortas na capital, e se intensificou após o dia 24 de outubro. Desde então, são comuns relatos de motoqueiros matando moradores e policiais.

Para a polícia, parte das mortes foi ordenada pelo PCC, parte é de bandidos se aproveitando para matar defasados e há os crimes ocasionais, como os passionais.

O delegado Jorge Carrasco, diretor do departamento de homicídios, chegou a dizer que a onda de homicídios era um “balaio louco”.

A chacina em Santo André não tinha explicação até a conclusão desta edição.

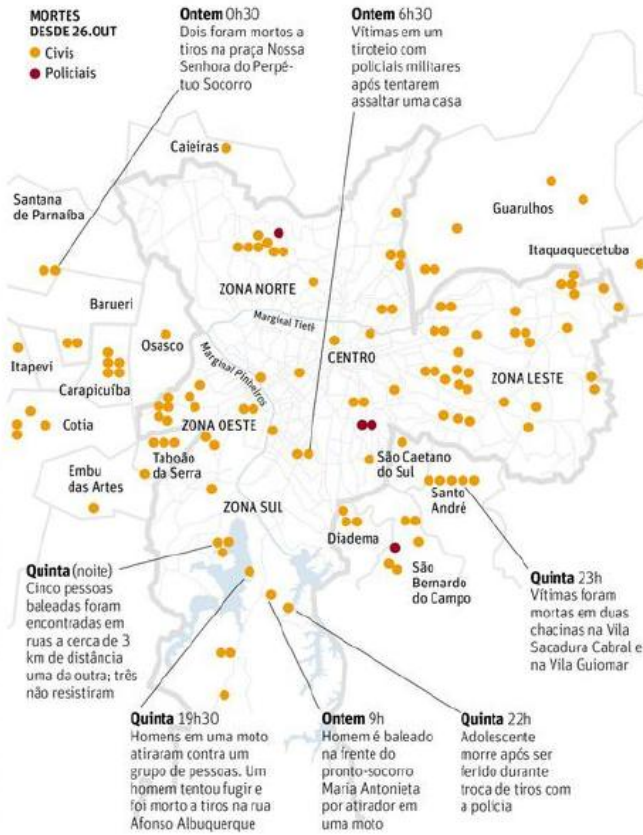
“Ele não roubava e nunca foi violento”, disse Elisângela Alves dos Santos, ex-mulher de Aginaldo Nascimento Silva, uma das vítimas.

CORRE-CORRE

A violência afetou também o transporte coletivo na zona sul. Os mais de cem ônibus da empresa Cidade Dutra deixaram de circular durante a manhã porque criminosos atearam fogo em um veículo

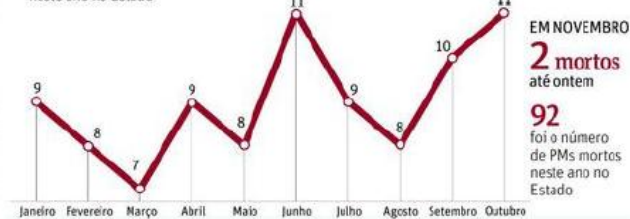
MAPA DA VIOLÊNCIA

Localização de algumas das mortes ocorridas na capital e Grande São Paulo



BALANÇO DE POLICIAIS ASSASSINADOS

Entre os casos registrados neste ano no Estado



Assassinado em chacina tentou vencer o crack

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Em 40 anos de vida, mais de 20 internações em clínicas de reabilitação na tentativa de se livrar do vício das drogas. Todas foram em vão. Após pequenos períodos longe dos entorpecentes, sucumbia e voltava às ruas. Essa foi a trajetória de Aginaldo Nascimento Silva, morto na chacina com quatro vítimas anteontem no bairro de Sacadura Cabral, em Santo André.

“Ele saiu das ruas algumas vezes, disse que queria mudar, mas acabava voltando”, conta Elisângela Alves dos Santos, sua ex-mulher.

O casal se conheceu em uma igreja evangélica onde Silva também buscava refúgio para abandonar o vício. Ficaram juntos por aproximadamente três anos e oficializaram a relação há um ano.

Mas as constantes recaídas abalaram o relacionamento e eles se separaram. Aginaldo catava papelão e objetos no lixo. “Não roubava e nunca foi violento”, diz a ex-mulher.

Segundo Elisângela, na rua onde o ex-marido usava crack mais de 50 usuários se reuniam. No local, foram encontrados cartuchos de armas calibre 12 que traziam inscrições como “É Nós”, “Datena” e “Percival”, provável alusão aos jornalistas de programas policiais de TV José Luiz Datena e Percival de Souza. (10)

Dois PMs de folga são assassinados na favela Heliópolis

Polícia Civil investiga qual a razão de eles estarem no local tarde da noite

DE SÃO PAULO
DO "AGORA"

Dois policiais militares foram assassinados a tiros às 23h30 de anteontem na favela Heliópolis (zona sul de São Paulo). Neste ano, já foram mortos 90 PMs no Estado.

O cabo Hailton Borges dos Santos Evangelista, 33, e o soldado Antonio Paulo da Rocha, 35, ambos do 46º Batalhão, estavam de folga, à paisana, e foram baleados na rua Paraíba.

De acordo com a polícia, eles apresentavam ferimentos na cabeça. Até ontem à noite, ninguém havia sido preso.

A Polícia Civil investiga qual a razão de eles estarem na favela tarde da noite. Em princípio, conforme a **Folha** apurou, há duas hipóteses: terem ido fazer algum acerto com traficantes ou para matar alguém.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, Evangelista e Rocha foram encontrados por PMs do batalhão onde tra-

balhavam, responsável pelo patrulhamento da favela. Não havia armas com os mortos.

Os corpos estavam caídos na calçada ao lado de uma moto Honda CG 150 Fan preta. Outra moto, uma Yamaha XT 660 R preta, em nome de Evangelista, foi achada em São Caetano do Sul (no ABC), por volta de 1h15, quando a ocorrência das mortes era registrada.

A Polícia Civil recebeu informações de que a moto de Evangelista teria sido deixada no quartel e que foi abandonada em São Caetano para simular um roubo. Os investigadores, então, desconfiaram do caso e passaram a investigar a possibilidade de os PMs terem ido à favela para fazer algo ilícito.

A reportagem questionou a PM sobre o motivo de os policiais terem ido à favela, mas a corporação não respondeu.

Outras seis pessoas foram mortas na Grande São Paulo na noite de anteontem, no oitavo dia seguido de violência.

Moto encontrada na favela de Heliópolis, onde dois PMs à paisana foram mortos a tiros

ASSALTO

Dupla leva mochila com cerca de R\$ 750 mil em São Paulo

DE SÃO PAULO - Dois homens roubaram uma mochila com o equivalente a R\$ 750 mil — em dólares, libras e euros — de uma transportadora no centro de São Paulo. O caso ocorreu em 10 de outubro, mas só foi divulgado ontem pela Polícia Civil.

A quantia era levada por dois segurantes a uma casa de câmbio na avenida São Luiz, na região central.

Segundo a polícia, os ladrões se aproximaram numa moto e num carro, e anunciaram o assalto, por volta das 10h30. Armados, eles roubaram a mochila com o dinheiro, um revólver calibre 38 e uma pistola 380 dos segurantes.

Na fuga, os suspeitos tentaram roubar a moto usada pelos segurantes, mas abandonaram o veículo a cerca de 500 metros do local do crime.

De acordo com a Polícia Civil, a única testemunha encontrada não soube informar a placa nem o modelo dos veículos utilizados pelos dois suspeitos do assalto.

O caso foi registrado no 96º DP (Monções), mas será investigado pelo Deic (Departamento de Investigações sobre Crime Organizado).